

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 28 de Janeiro de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1313 • Director: José Casanova

## A «lei das quotas» O PCP contra a proposta do Governo

Carlos Carvalho manifestou a discordância do PCP quanto à proposta governamental. O Partido assume o compromisso de reforçar a participação de mulheres nas listas eleitorais e desafiar os outros partidos a fazerem o mesmo.



■ Carlos Carvalho Pág. 32

EM FOCO

## Governo PS ataca direito às férias

Após quase quatro anos de acção em que os principais problemas não foram atacados, o Governo PS parece querer culminar o seu mandato com medidas das mais lesivas dos direitos dos trabalhadores, dos jovens e das mulheres.



■ António Filipe Pág. 19

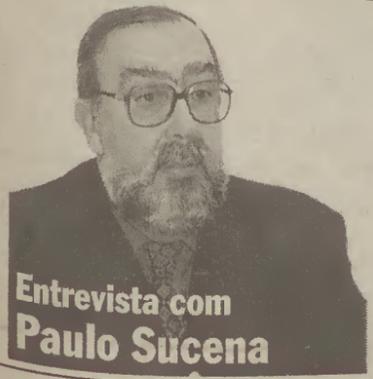
## O negócio da Torralta

As condições em que o Governo aceitou ceder os créditos do Estado sobre a Torralta ao grupo SONAE não são isentas de crítica. Em alguns pontos, os interesses do Estado deveriam ter sido melhor acautelados.

■ António Filipe Pág. 20

## Professor Uma vitória e as próximas batalhas

Pág. 21



Entrevista com Paulo Sucena

INTERNACIONAL

## Embargo Genocídio contra o povo iraquiano

Pág. 15

## Reuniu o Comité Central do Partido

# FORÇA PCP!

- O Comité Central apela aos membros do Partido e a todos os que nele confiam para uma intervenção forte e determinada nas grandes batalhas políticas apontadas para este ano.
- O CC do PCP divulga apelo às comemorações do 25.º aniversário do 25 de Abril.

Págs. 5 a 8



Págs. 16 a 18

## Forum no PCP sobre a situação da Mulher PARTICIPAÇÃO EM IGUALDADE UMA CONDIÇÃO DE PROGRESSO



A situação das mulheres foi tema do fórum do PCP

## RESUMO

20  
Quarta-feira

O PCP debate na Assembleia da República o encerramento de alguma empresas multinacionais ■ É aprovada no parlamento uma deliberação proposta pelo «Verdes» recomendando a suspensão do processo de co-incineração de resíduos nas cimenteiras ■ O Presidente Jorge Sampaio defende a aplicação de um perdão genérico e limitado de penas como uma das celebrações do 25 de Abril ■ A Comissão Europeia prevê a desaceleração da economia portuguesa e não acredita no objectivo de dois por cento para a inflação em 1999 ■ O Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil cancela a greve de dois dias ■ A NATO decide reforçar o dispositivo militar no Adriático depois de a Sérvia ter rejeitado as exigências dos Estados Unidos em relação ao Kosovo.

21  
Quinta-feira

É aprovado na Assembleia da República o projecto de lei do PCP de combate às listas de espera no Serviço Nacional de Saúde ■ O Conselho de Ministros aprova uma proposta de lei que estabelece um novo regime de férias que penaliza fortemente os trabalhadores com faltas ■ A Federação Nacional dos Enfermeiros decide iniciar em 1 de Fevereiro uma paralisação faseada por tempo indeterminado ■ As forças armadas angolanas reconhecem que a situação militar em Malaje e no Huambo é particularmente preocupante ■ Após violentos confrontos com a polícia de que resultaram mais de uma centena de feridos, milhares de mineiros romenos prosseguem a sua marcha sobre Bucarest.

22  
Sexta-feira

A Frente Comum dos Sindicatos apresenta uma contraproposta de 4,1 por cento para os aumentos na Administração Pública ■ Marcelo Rebelo de Sousa apresenta os princípios programáticos da coligação entre o PSD e o PP ■ Jorge Sampaio visita Viana do Castelo por ocasião das comemorações dos 150 anos da cidade ■ A ministra do Ambiente inaugura em Tavira o Sistema de Abastecimento de Água do Sotavento Algarvio ■ O movimento dos mineiros grevistas romenos decide suspender a sua marcha sobre Bucarest ■ João Paulo II chega ao México para uma visita de quatro dias ■ A Rússia decide manter a estação MIR em órbita por um prazo de mais três anos.

23  
Sábado

O PCP promove um fórum sobre a situação da mulher no limiar do

séc. XXI ■ Germano de Sousa toma posse como bastonário da Ordem dos Médicos ■ O assassínio de Sishipo Nkabinde, líder regional do Movimento Democrático Unido, provoca uma onda de violência na província sul-africana KwaZulu-Natal.

24  
Domingo

Inicia-se a Reunião do Comité Central do PCP ■ D. António Vitalino Dantas é nomeado o novo bispo de Beja ■ Bruno Mégret é eleito presidente de uma Frente Nacional constituída em resultado da cisão do partido da extrema-direita francesa ■ Mais de um milhão de fiéis assistem à missa campal do Papa João Paulo II dedicada aos índios mexicanos, incluindo o movimento guerrilheiro de Chiapas.

25  
Segunda-feira

O Comité Central do PCP divulga em conferência de imprensa as conclusões da reunião de dois dias ■ A Provedoria da Justiça recomendou a imediata suspensão das taxas de activação das chamadas telefónicas da Portugal Telecom ■ O Presidente Jorge Sampaio defende no Luxemburgo a reforma do sistema judicial comunitário ■ A Frente Comum dos Sindicatos rompe as negociações com o Governo não aceitam a proposta de 3 por cento de aumentos salariais ■ A União Europeia expressou o seu apoio às posições da Nato para impor a sérvos e albaneses um acordo negociado no Kosovo ■ Aviões norte-americanos desferem novo ataque contra o Iraque ■ Mais de 50 pessoas morrem na Colômbia, na sequência de um sismo de magnitude seis na escala de Richter ■ D. Ximenes Belo confirma que o exército indonésio está a distribuir armas a grupos apoiantes da anexação de Timor-Leste.

26  
Terça-feira

Carlos Carvalhas anuncia que o PCP votará contra as quotas de participação das mulheres nas listas para a AR e para o PE ■ Depois do México o Papa chega aos Estados Unidos onde é recebido por Bill Clinton ■ Ocorrem cinco novos acidentes entre caças americanos e a defesa antiaérea iraquiana na zona de exclusão aérea no Norte do Iraque ■ Madeleine Albright, secretária de Estado americana, e o seu homólogo russo, Igor Ivanov, apelam ao início de conversações entre as autoridades de Belgrado e os separatistas do Kosovo ■ No Congo, a guerra estende-se a Dolisie.

## A esquerda que faz a diferença

A situação que vivemos confirma todos os dias a importância e a necessidade da existência de um Partido Comunista forte, influente e com grande capacidade de intervenção. Olhando o que se passou no país, nomeadamente nos últimos três anos, qualquer observador despreconceituado reconhecerá que o PCP assumiu um papel singular no quadro partidário nacional. Por efeito da sua concreta e específica avaliação da situação do país e da política do Governo do PS e através da intervenção dos seus activistas nas várias frentes do movimento social, dos seus eleitos nas autarquias, no Parlamento Europeu e na Assembleia da República, o PCP fez a diferença enquanto força protagonista de uma intervenção de lúcida e frontal contestação da política de direita e, simultaneamente, de utilização de todos os meios disponíveis no sentido de impedir ou atenuar os efeitos e consequências negativas dessa política. O PCP tem sido, é, continuará a ser a única oposição de facto à política do Governo PS, a força mais firme, determinada e coerente na luta por uma política de esquerda capaz de responder aos interesses e anseios dos trabalhadores, do povo, do país.

Oposição de esquerda à política de direita que tem vindo a ser aplicada pelo actual Governo e que (como os comunistas há muito vêm afirmando e hoje é generalizadamente reconhecido) em nada se distingue, nos seus aspectos essenciais e estruturantes, da que foi praticada durante uma década pelos governos do PSD, a intervenção do PCP na vida nacional e as formas de que se reveste, confirmam-no como um partido diferente, que intervém todos os dias e em todas as situações, nos períodos eleitorais e fora deles, nas mais diversas áreas. Não é de mais insistir que a intensa, ampla e diversificada acção desenvolvida pelos comunistas, marca impressivamente uma diferença de forma e de conteúdo entre o PCP e todos os restantes partidos, estabelece uma clara distinção entre um partido que existe para defender os interesses e direitos da maioria dos portugueses e os partidos que colocam na primeira linha de preocupações interesses outros e muitas vezes de sentido diametralmente oposto. Esta diferença mostra que os interesses dos trabalhadores, do país e do povo serão tanto melhor defendidos quanto maior for a força e a influência social, eleitoral e política do PCP, quanto maior for o número de comunistas eleitos nas várias instituições, nomeadamente no Parlamento Europeu e na Assembleia da República.

Assim, se nos questionarmos sobre o objecto da utilização dos votos que cada partido vier a obter nas próximas eleições, a evidência responderá sem hesitações que os votos da CDU são os únicos com utilidade e eficácia para derrotar a política de direita e impor uma política de esquerda. De facto, se atentarmos na experiência destes três anos de Governo Guterres e nas perspectivas que se anunciam, não é difícil concluir que o PS pretende utilizar os seus votos no prosseguimento da política de direita que tem vindo a praticar. Aliás, os seus apelos cifrados mas óbvios (envergonha-

dos, digamos) à maioria absoluta não têm outro objectivo que não seja o de criar melhores condições para cumprir essa pretensão sem quaisquer limitações ou impedimentos. Negar-lhe essa possibilidade passa pela alteração, em favor da CDU, da correlação de forças actualmente existente na Assembleia e, portanto, por um reforço da expressão eleitoral dos comunistas e dos seus aliados. É por de mais evidente, também, que não é dispersando votos de esquerda em «blocos» fabricados em véspera de eleições e invisíveis no dia-a-dia da luta, que se reforça a possibilidade de derrotar a política de direita - bem pelo contrário. E quanto à anciã recém-nascida que dá pelo nome de AD, é desnecessário especificar em que tipo de «oposição» vão ser utilizados os votos que vier a obter.

As aspas que envolvem a «oposição», quer do PSD quer do PP à política do governo PS, definem com rigor o seu conteúdo e esclarecem os motivos que fizeram correr Marcelo e Portas nestes últimos anos - e que os levaram a dar as mãos, agora que se aproximam as eleições. Desencantando nos seus bafientos baús um fantasma chamado AD, os chefes da direita exibem todas as suas fragilidades e disfarçam mal a certeza que têm na derrota que os espera. Procurando esconder ou fazer esquecer o apoio que, às claras ou disfarçadamente, concederam à política do Governo do PS; procurando sacudir a água do capote no que toca às suas responsabilidades na passada e presente execução da política de direita - jogam

abertamente na manipulação e na falta de memória do eleitorado. Por outro lado, apavora-os o facto de os principais beneficiários da política de direita ora praticada pelo PSD ora pelo PS - os grandes grupos económicos e as multinacionais - não esconderem as suas preferências pela prestação do actual Governo que consideram defender melhor e mais eficazmente os seus

interesses do que o fizeram no passado os governos do PSD. Daí, também, a vertente populista com que têm vindo a travestir o seu discurso eleitoralista e que, na circunstância, não passa de uma patética demonstração de impotência, de uma representação demagógica de quem, sabendo-se derrotado, não olha a meios para alcançar fins... que antecipadamente sabe serem inatingíveis.

Na sua recente reunião, o Comité Central do PCP sublinha o significado e a dimensão da actividade do Partido no ano de 1998, destacando a sua intervenção na luta de massas e na acção institucional, na iniciativa política e no reforço da organização partidária. É à luz desta experiência e desta realidade - e, por isso mesmo, com uma muito grande serenidade e com uma muito sólida confiança - que o Comité Central encara as lutas que se colocam aos comunistas no decorrer do presente ano, nomeadamente as duas importantes batalhas eleitorais cujos resultados influenciarão, no futuro imediato e de forma determinante, a vida nacional. O envolvimento empenhado e confiante de todas as organizações e militantes nestas batalhas, é condição indispensável para que delas resulte o reforço da influência eleitoral e da representação institucional do PCP e da CDU, condição básica para derrotar a política de direita e abrir caminhos a uma política de esquerda.

*Os votos da CDU são os únicos com utilidade e eficácia para derrotar a política de direita e impor uma política de esquerda*

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socio Pereira Gomes, 3  
— 1600 - 196 Lisboa, Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socio Pereira Gomes, 3 — 1600 - 196 Lisboa  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,  
1100 Lisboa  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.  
NIF — 500 090 440  
Inscrição na Direcção Geral da Comunicação Social  
N.º 102235

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE'S  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,  
1100 Lisboa  
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira.  
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota - Linho - 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial do Maia  
Sector IX  
Rua B.L. 227 - 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 - 139 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85

## TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA 50 números: 28 600\$00	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU 50 números: 33 850\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_  
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## Bem os topamos!

Mesmo que nenhuma outra informação existisse sobre o assunto, bastariam dois fenómenos recentes para demonstrar que, este ano, há eleições.

O primeiro fenómeno é que, salvo algumas excepções, quase desapareceram as devastadoras afirmações debitadas por personalidades e comentadores não comunistas acerca das semelhanças entre a política do Governo PS e a do PSD que povoaram os «media» ao longo dos últimos três anos.

Este facto é tanto mais curioso e intrigante quando, na lógica profunda das coisas, quem tanto andou a dizer isso e quem depois não deixou de registar a rendição programática do PP ao PSD deveria andar agora repetir todos os dias que, no quadro político nacional, há agora três partidos - PS, PSD e PP - que estão muito próximos.

O segundo fenómeno é que, por artes mágicas, e sem que tenha havido entretanto qualquer alteração da sua orientação, posicionamento e intervenção, o PCP que, durante três anos, foi as mais das vezes apresentado como radical, intransigente, se não mesmo mancomunado com a detestável direita contra o adorável PS, é

agora sistematicamente apresentado como «colaboracionista» com o PS, mergulhado em operações de «colagem» e dominado por palpitações e aspirações de «entendimentos» e «alianças» com o partido da rosa deslavada.

Este segundo fenómeno sustenta-se numa articulada galáxia de pretensas notícias e desvairadas opiniões, servidas num turvo «cocktail» em que entram, em partes variáveis, doses substanciais de preconceito, de absoluto desprezo pelo que o PCP efectivamente faz e diz, e tudo apimentado ainda com extractos aromáticos de ignorância e patetice.

Como se tem visto, vale tudo.

Já tivemos essa extraordinária inovação política e jornalística em 25 anos de democracia que é dizer-se que o PCP «salva» ou «ajuda» o PS ou Maria de Belém, só porque o PCP votou a favor do seu projecto sobre as listas de esperas e o viu aprovado também com os votos do PS. Inovação que parece querer decretar sabiamente que um partido que não queira ser tratado como salvador de outro, daqui para a frente só tem um remédio: passar a votar contra os seus próprios projectos!

Já tivemos as farândolas mediáticas a propósito daquelas coisas que Manuel Alegre diz de vez em quando, mas das quais, sem questionar a sinceridades ou discutir agora o acerto, se pode dizer que, em ano de eleições, são a conveniente cereja de esquerda no bolo da política de direita do PS.

Já tivemos, em prosa alucinada no «DN», o Carreira Bom a fantasiar não sei o quê sobre «o negócio do ano» que seria Guterres «converter o cordato PCP à política europeia».

E até já tivemos os insuportáveis paternalismos e as vergonhosas insinuações «ad hominem», mais próprias de um licenciado em carroças do que em Filosofia, por parte do Chico Terceira Via, perdão, de Francisco Assis.

Está visto: há eleições este ano.

E também está visto que, por isso, há muita gente a querer salvar a política de direita. E que, para isso, aposta em baralhar, confundir, anestesiar, enervar e paralisar a base de apoio - a existente e a potencial - que pode, com o seu voto na CDU, abrir caminho para a viragem à esquerda que faz falta.

Bem os topamos!

■ Vítor Dias

## Política de fachada

Num Forte à beira Tejo, na linha da melhor tradição governativa, Guterres e seus ministros iniciaram o novo ano político. Na agenda do conclave, vivido entre uma fase de recolhimento e a exposição mediática que a estes eventos convém, onde não deixou de marcar presença a inevitável foto de família, esteve o balanço a três anos de governação e o lançamento do novo ano político.

Recatadamente o prato forte da discussão ter-se-á centrado, ao que consta, no domínio da estratégia eleitoral. Por palavras mais simples, um debate centrado na sempre exigente definição dos temas e assuntos de maior rentabilidade eleitoral a prioritar, na retoma a várias vozes do discurso e da preocupação social, na adequada distribuição de papéis e funções entre governantes na inevitável correria pelo País na caça ao voto em busca da anunciada maioria inequívoca. E, claro está, a não esquecida preocupação de transmitir, em privado, aquela palavra de tranquilização aos dignatários do grande capital pelo tom de discurso que a disputa dos votos obrigará.

Publicamente, a conversa usual: enaltecimento dos êxitos e virtudes governativas, um país pintado a cores de rosa e olhado pela janela da Expo.

Tudo, pois, na mais aparente normalidade da prática e experiência deste e dos governos que o precederam. Tudo, tenhamos a humildade de reconhecer, não.

Seria uma injustiça deixar passar aquele novo e patriótico objectivo nacional sério e pomposamente anunciado pelo governo: Fazer de Portugal a fachada Atlântica da Europa. Ao que se associamos a intenção também já publicamente manifestada de transformar o País numa Expo, nos obriga a concluir estar-se perante um novo ciclo dos desígnios governativos.

Já se conhecia o esforço posto por este governo no cuidar das aparências. Só que agora as coisas ameaçam passar do estilo à obsessão. Seguramente, porque nada melhor do que, em tempos de sedução aos eleitores, jogar com o poder de atracção de uma montra bem apresentada como disfarce do que por detrás dela se esconde.

O conjunto dos problemas que o País enfrenta não se resolve e agrava-se com esta política preocupada em preservar a fachada de quem governa e passando ao lado deliberada e conscientemente, do combate às desigualdades e injustiças sociais; uma política que em cada momento que foi chamada a optar entre interesses do capital e os direitos de quem trabalha, entre favorecer a concentração da riqueza ou reequilibrar a distribuição dos rendimentos o fez, nas mais pequenas e nas maiores decisões, em favor das primeiras. O que Portugal e os portugueses precisam é não de uma política de fachada social - aqui ou ali pontuada com esta ou aquela medida avulsa a mais das vezes resultantes da iniciativa, da intervenção e das propostas do PCP e parcial e atabalhoadamente acolhidas - mas sim de uma política que rompa com as opções e orientações essenciais que têm preponderado pela mão ora do PSD ora do PS. De uma nova política que cuide menos da fachada e se preocupe mais com as pessoas.

■ Jorge Cordeiro

# NATO

## Alerta necessário

Talvez ensombrado pela bronca em torno da corrupção na Comissão presidida por Jacques Santer, o discurso do ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, em 12 de Janeiro em Estrasburgo, não teve a repercussão mediática e política que merecia e merece. Desde logo porque se trata do anúncio oficial das opções-programa que vão guiar a presidência alemã da União Europeia durante a primeira parte do ano. Depois, - e é essa a questão fundamental - porque anuncia um novo "grande salto em frente" (o último foi precisamente o "euro") no processo de construção federalista supranacional da União Europeia e da sua configuração como bloco económico-político-militar imperialista.

Joschka Fischer, comportando-se como um vulgar "ex" rendido aos encantos do poder, não esconde as ambiciosas pretensões do seu governo. "O objectivo maior da presidência alemã é preparar a União Europeia, as suas estruturas e os seus métodos, para passar do estádio de uma união da Europa ocidental a uma união que seja simultaneamente pan-europeia e dotada de capacidade de acção à escala mundial." Para tanto, há que andar depressa. No alargamento da U.E. a Leste, significativamente considerado - certamente em articulação com o alargamento da NATO - "como o único modo de garantir duravelmente a paz e a estabilidade de toda a Europa". Na reforma das instituições europeias, para lhes assegurar "eficiência", apontando já para o ano 2001 uma nova Conferência Intergovernamental. No retomar do projecto de uma "Constituição europeia", considerada ainda mais "urgente" após o Tratado de Amsterdão. Há que andar depressa na "comunitarização" (o termo "federação" continua a ser cuidadosamente evitado) de políticas e instituições. Considerando que "a moeda, a segurança e a constituição são os três domínios de soberania cruciais dos estados nacionais modernos" a abater, J. Fischer aponta a necessidade - uma vez criado o "euro" e já "comunitarizada" a moeda - de abordar a "comunitarização" dos demais instrumentos de soberania e, nomeadamente, avançar rapidamente e em força no domínio de uma "Política Externa e de Segurança Comum" (PESC) "digna desse nome".

O ministro J. Fischer dificilmente poderia ser mais claro quanto à concepção que o governo alemão tem do que deve ser a U.E., o lugar da Alemanha nela, o papel que lhe destina no plano internacional, nomeadamente na concertação/rivalidade/confronto com os EUA e o Japão. E isto por duas vias fundamentais. Via "euro" disputando ao dólar e ao ien uma posição de primeiro plano no sistema monetário internacional. Via PESC e uma "entidade europeia de segurança e defesa", subalterna em relação à NATO (de que pretende ser o " pilar europeu") mas questionando, ainda que timidamente, a avassaladora hegemonia dos EUA e reclamando alguma margem de acção própria na "gestão das crises", eufemismo para designar uma política intervencionista.

Tudo isto ganha ainda maior importância se tivermos em conta, por um lado, a crise económica e financeira que aí está, a "guerra económica" que esta agudiza, a propensão inerente ao sistema para que sejam os trabalhadores e as camadas mais exploradas e desfavorecidas da sociedade a pagar os seus custos. E, por outro, quando se exasperam deliberadamente focos de tensão e de guerra - como em relação ao Iraque e ao Kosovo - para justificar gigantescos exercícios de força e acções de guerra, arrogantes afirmações de hegemonia imperial por parte dos EUA e a transformação da NATO em instrumento da hegemonia norte-americana e braço armado da "nova ordem" imperialista.

Fica assim bem sublinhada a importância e oportunidade do alerta do Comité Central do PCP quanto à necessidade de intensificar a vigilância e a luta contra a política militarista e agressiva do imperialismo, em todas as suas vertentes - incluindo a militarização da U.E. que a Alemanha se propõe relançar - e pôr uma Europa de paz e cooperação.

■ Albano Nunes



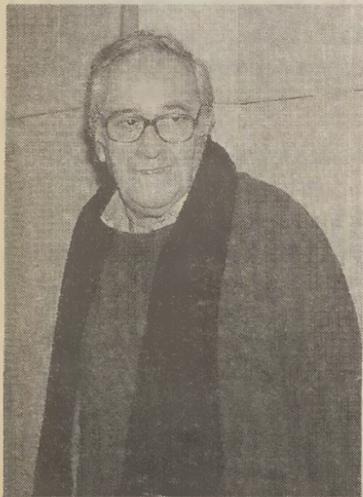
Foto: Jorge Caria

## Morreu Manuel Costa e Silva

Morreu o director de fotografia e cineasta Manuel Costa e Silva, com 61 anos de idade, deixando uma obra vasta e diversificada na arte cinematográfica. Os seus numerosos trabalhos como operador de câmara, director de fotografia e de produção e assistente de realização granjearam-lhe um enorme prestígio internacional, trabalhando com realizadores como Franco Zeffirelli, enquanto, internamente, foi director de fotografia de quase todos os realizadores portugueses e, sobretudo, de grande parte dos mais importantes

Fernando Lopes, Fernando Matos Silva, Fonseca e Costa, Eduardo Geadá, Manoel de Oliveira, José Nascimento, Margarida Gil, Luís Vidal Lopes, Faria de Almeida, João César Monteiro, Victorino d'Almeida, António Ole, Lauro António, Perdigão Queiroga, Alfredo Tropa, Pedro Bandeira Freire, Quirino Simões, Eduardo David, Gonçalves Preto ou António Pedro de Vasconcelos. Quanto à importância do seu trabalho neste campo, basta dizer que têm fotografia sua filmes como *Uma Abelha na Chuva*, *Belarmino*,

*Amor de Perdição*, *O Mal Amado*, *Sofia e a Educação Sexual*, *A Santa Aliança*, *Nós por cá todos bem*, *Crónica dos Bons Malandros*, *Repórter X*, etc. Ele próprio realizou diversas curtas, médias e longas metragens, quer para cinema quer para televisão, de que destacamos a longa metragem *A Moura Encantada*. São quase inumeráveis os prémios de fotografia de cinema e televisão que recebeu em Portugal e no estrangeiro. Mas não se ficou por aqui: entre outras actividades ligadas ao cinema, era



professor na Escola Superior de Cinema no Conservatório Nacional, fez parte do Festival Internacional de Cinema de Tróia e dirigia os encontros de cinema da AMASCULTURA. Antifascista de longa data, aderiu ao PCP logo após o 25 de Abril, de que foi sempre um destacado militante. No campo da intervenção partidária, recordamos a sua participação na Festa do *Avante!* onde organizou, por exemplo, diversos ciclos de cinema, ou a elaboração de tempos de antena do Partido.

filmes realizados em Portugal. O seu vastíssimo trabalho no campo da fotografia de cinema estendeu-se, praticamente, por todos os géneros - documentário, reportagem, curta, média e longa metragem - assistindo, no estrangeiro, realizadores como Jean Rouch, Pierre Kast, Doniolo Valcroze, Jorn Donner, Alf Sjöberg, Cliff Owen, Jacques Deray, Denys de la Patellière, Alain Querey, Michel Deville, Franklin Schaffner ou Franco Zeffirelli, enquanto em Portugal trabalhou com realizadores como



## Governo impõe aumentos de 3% à Função Pública

Após uma longa maratona negociada com as estruturas sindicais, o Governo impõe aos trabalhadores da Função Pública um pretensão salarial de 3%, valor que o Governo «descobriu» através de uma confusa soma de «benesses», nomeadamente a revisão do regime de carreiras, uma nova fórmula de cálculo para o IRS, um aumento diferenciado para as pensões degradadas e a implementação de pensões mínimas. O «acordo» apenas foi aceite pela FESAP, organização da UGT que, assim e mais uma vez, se prestou a ser o «alibi sindical» dos objectivos gover-

namentais em não atender às reivindicações fundamentais dos trabalhadores. Entretanto, a Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública, que representa a maioria esmagadora dos trabalhadores, esbarrou com a intransigência do Governo, que recusou liminarmente a contraproposta da Frente Comum para que o Executivo separasse os processos negociais, «embrulhados» pelos negociadores governamentais num documento de meras intenções genéricas a concretizar a quatro ou cinco anos. O Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE) também se

recusou a subscrever a proposta governamental, deixando a FESAP completamente isolada neste acordo que, além do mais e segundo a Frente Comum, carece de legalidade. Diz a Frente Comum que, dada a intransigência do Governo, se reservou o direito de, quanto aos salários e nos termos legais, requerer a negociação suplementar nos próximos cinco dias úteis. «Assim, se o Governo subscreveu, como noticiou, um qualquer acordo seja com quem for, violou frontalmente a Lei da Negociação Colectiva», que «impede a possibilidade de celebração de acordo com qualquer frente

sindical» até à conclusão duma negociação suplementar, como a que foi requerida pela Frente Comum. E conclui o comunicado que temos vindo a citar: «A Frente Comum não aceita actualizações salariais que continuem a degradar o poder de compra dos trabalhadores da Administração Pública, não dá cheques em branco a prazo de cinco anos e muito menos com base em meras declarações de intenções, exige o respeito pela Lei da Negociação e mantém-se disponível para negociar a todo o momento propostas que visem melhorar o estatuto socioprofissional.»

## Governo promete medidas e acidentes laborais continuam

Por coincidência ou não, as três recentes mortes em acidentes de trabalho na construção civil ocorridas em Lisboa e em Leça da Palmeira, e que a Comunicação Social divulgou amplamente, tiveram como sequência a apresentação, pelo ministro Ferro Rodrigues, de mais um pacote de promessas a garantirem «mais firmeza contra acidentes laborais», nomeadamente através de um novo diploma a ser aprovado em Conselho de Ministros sobre infracções à lei laboral na construção civil, que irá elevar os montantes em vigor e fará depender o valor da coima (até agora quase insignificante) da dimensão da empresa, gravidade da situação e grau de culpa. Reconhecendo que existem «situações escandalosas», o ministro Ferro Rodrigues garantiu que tem de «haver repressão dos infractores,

sem nenhuma contemplação, sejam privados ou públicos». Entretanto, segundo a Inspeção Geral de Trabalho, só o sector da construção civil foi responsável por 86 acidentes mortais no primeiro semestre de 1998, mas a realidade aponta para muito mais: segundo a Associação Olho Vivo, ligada a trabalhadores imigrantes no nosso país, o sector da construção civil é responsável por uma média de 15 vítimas/mês.



## Santuário rupestre com três mil anos

Um santuário de arte rupestre com cerca de três mil anos, relacionado com a divinização das forças da natureza e com o culto às serpentes, foi descoberto em Góis (Coimbra), constituindo o primeiro vestígio concreto deste período na região. «A estação arqueológica é do Período do Bronze Final - 1.ª Idade do Ferro e apresenta uma gravura com um conjunto de serpentes. Trata-se de uma descoberta muito importante porque nunca tinha sido encontrada deste período na

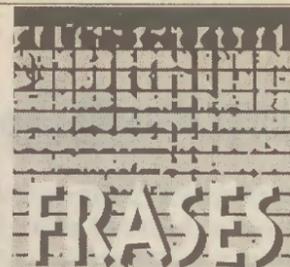
região», disse à Lusa Nuno Ribeiro, arqueólogo do Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Góis. O santuário foi encontrado em Junho, nas proximidades da Vila de Góis, pelo Centro de Estudos Arqueológicos de Góis (CEAG), em colaboração com o gabinete técnico local da autarquia. Nuno Ribeiro considera que o achado tem uma grande importância a nível regional, porque «dá novas indicações da vivência dessa época na região», e também a nível nacional, «dado que

constitui um testemunho que estará relacionado com a exploração mineira e ocupação própria da área do Vale do Ceira». O monumento «tem sete ou oito serpentes umas em cima das outras, gravadas numa lage com objectos de ferro numa profundidade de 4,5 cm». O concelho do Vale do Ceira apresenta-se muito rico em vestígios arqueológicos, tendo o CEAG encontrado mais de 80 novas estações desde a sua criação, correspondentes a vários períodos.

## Filmagens sobre 25 de Abril condicionam trânsito lisboeta

As filmagens para um programa sobre a «Revolução dos Cravos» vão condicionar o trânsito na Baixa e no Cais do Sodré, em Lisboa, entre 29 e 31 de Janeiro e 6 e 7 de Fevereiro. Os cortes de trânsito, anunciados pela Câmara Municipal de Lisboa, devem-se às filmagens que a estação de televisão SIC vai efectuar para um programa evocativo do 25.º aniversário do 25 de Abril de 1974. Assim, o trânsito vai ficar

condicionado na Praça do Comércio, ruas do Ouro, Arsenal, Alfândega, Av. Ribeira das Naus, Sul e Sueste e Cais do Sodré, das 21.00 às 6.00, nos dias 29 e 30 de Janeiro. Nos dias 31 de Janeiro e 6 e 7 de Fevereiro, o trânsito vai estar condicionado entre as 6.00 e as 18.00 horas. A Polícia de Segurança Pública - Divisão de Trânsito coordenará a circulação, os condicionamentos e as interrupções de tráfego.



“A AD está a nascer sob o signo de um fim anunciado. Em vez de ser mobilizadora do centro-direita, é redutora. Em vez de clarificar um projecto de assalto ao poder, confunde as estratégias. Em vez de reforçar a liderança, acentua-lhe o isolamento. Só o desastre é certo! Que alívio!”

(João Amaral, Jornal de Notícias, 25.1.99)

“A direita portuguesa ainda não esqueceu o extremista de gabinete que se chamou Salazar, nem o thatcheriano moderado que dá pelo nome de Cavaco Silva”

(João Carreira Bom, Diário de Notícias, 24.1.99)

“Tal como Guterres se rodeia de ex-comunistas para virar à direita, Marcelo e Portas querem pôr a direita no poder com votantes de esquerda... suburbanos... excluídos... despedidos... Numa palavra: ressentidos”

(idem ibidem)

“Savimbi, um criminoso sem escrúpulos, está armado até aos dentes. Nas savanas de Angola, os seus tanques de guerra, topo de gama, adquiridos nos circuitos das mafias russas, exibem a sua força em combates com o exército angolano mas também nas cidades desarmadas, como a de Cuíto, flagelando a população civil”

(Emídio Rangel, Diário de Notícias, 23.1.99)

“A UNITA anunciou (...) que “não quer falar mais com os governantes actuais de Portugal”. Sorte para Guterres e Gama. Com o tipo de diálogo que a UNITA privilegiou - “bum!, ra-ta-ta!” - um corte de relações com ela é sempre saudável”

(Ferreira Fernandes, 24 Horas, 24.1.99)

“Não tem sentido fazer do silêncio uma virtude. No PS ninguém manda calar ninguém”

(Manuel Alegre, Público, 23.1.99)

“Em Portugal, o próprio Procurador-Geral da República parece concordar com o diagnóstico do tumor: o assalto ao comando das maiores economias financeiras pelo crime organizado”

(Victor Cunha Rego, Diário de Notícias, 26.1.99)

“A excessiva e extraordinariamente prolongada volatilidade dos mercados de capitais - e os consequentes lucros gigantescos - pode ser já um sinal do assalto à mão invisível. Mas essa é uma das tais matérias ainda tidas como catastrofistas enquanto os cartéis do crime vão exercendo o poder de passar ou encaixar os cheques - o maior de todos hoje em dia”

(idem ibidem)

# Resolução do Comité Central do PCP Reforçar o Partido, preparar a intervenção nas batalhas políticas

O Comité Central, reunido nos dias 24 e 25 de Janeiro de 1999, analisou os aspectos mais marcantes dos resultados da acção política do Governo do PS num momento em que entra na recta final dos seus 4 anos de mandato e suas repercussões na situação política, económica e social. Debateu e definiu as principais linhas de trabalho e de acção política do Partido e da sua organização, num ano em que se comemoram os 25 anos da Revolução de Abril, e aprovou as orientações para as importantes batalhas políticas das eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República, sublinhando a importância decisiva do reforço das posições do PCP e da CDU com vista a uma viragem para uma política de esquerda.



1

## Governo PS – Uma política ao serviço do grande capital mantém e agrava os problemas sociais e do aparelho produtivo do País

No momento em que o Governo do Partido Socialista entrou na recta final dos quatro anos de governação, o Comité Central analisou aspectos marcantes dos resultados da sua acção política.

É hoje uma evidência, geralmente reconhecida em amplos sectores da vida portuguesa incluindo na área do Partido Socialista, que em aspectos essenciais e estruturantes das políticas económica e social, difícil é distinguir o Governo de Guterres dos de Cavaco Silva e do PSD, uma vez que aquele se vem apresentando como um continuador de políticas e um defensor e praticante das teses neoliberais.

O contraste entre o discurso oficial e a realidade deixam a claro o malogro da promessa de prosseguir uma nova política económica, e a incapacidade da estrutura produtiva nacional fazer frente às dificuldades que começam a surgir com o fim de um ciclo económico internacionalmente favorável.

Com a acção do Governo assistiu-se nestes quatro anos ao favorecimento dos sectores e actividades financeiras e especulativas, em detrimento dos sectores e actividades produtivas.

O Governo prosseguiu, e mantém, uma prática de autêntico fundamentalismo privatizador, com consequências prejudiciais para o País, quer no plano da restauração do poder económico e político do grande capital, quer no âmbito dos efeitos daí decorrentes ao nível do emprego e dos direitos dos trabalhadores. Fúria privatizadora que se estendeu a sectores prestadores de bens e serviços públicos essenciais.

Na União Europeia, os traços fundamentais da acção política do Governo têm sido, no âmbito negocial a ausência de uma estratégia clara de defesa dos interesses nacionais e as permanentes cedências em nome do "mal menor", e no campo dos objectivos a activa participação no aprofundamento de uma orientação determinante dominada pelos interesses financeiros e pela perspec-

tiva da união política. Em nada contribuindo para um novo rumo da construção europeia assente na prioridade ao emprego com direitos, no desenvolvimento e na coesão económica e social e na cooperação entre Estados soberanos iguais em direitos.

As políticas neoliberais prosseguidas e o relacionamento preferencial e privilegiado do Governo com os grupos económicos e com as multinacionais, conduziram a que o crescimento económico verificado fosse acompanhado da acentuação das desigualdades sociais existentes.

A redistribuição da riqueza foi feita em prejuízo dos trabalhadores e dos rendimentos salariais, com os salários a evoluírem, sempre, bastante menos que os lucros e os rendimentos de capital, de tal forma que Portugal é, cada vez mais, o país que na União Europeia regista a maior desigualdade na distribuição da riqueza.

Do mesmo modo no âmbito dos impostos directos, as reduções de impostos e os benefícios fiscais privilegiaram o grande capital e a actividade financeira, à custa da carga fiscal sobre os trabalhadores, realidade que as alterações de sentido positivo introduzidas pelo PCP no Orçamento do Estado para 1999 não são suficientes para alterar.

A promessa da prioridade voltada para as pessoas e para os problemas sociais deu lugar à realidade da prioridade efectiva para a colocação dos trabalhadores ao serviço da economia e dos interesses de classe que nela dominam, e bem assim para a redução do défice orçamental e a satisfação dos restantes critérios ditados por Maastricht e pelos interesses dos grupos económicos.

A promessa de um futuro mais solidário e de uma sociedade mais justa, foi substituída por uma prática de deterioração do quadro laboral, com a imposição da legislação sobre flexibilidade e polivalência, com a cobertura governamental ao incumprimento da legislação sobre as 40 horas,

com a permanente eliminação de obstáculos ao trabalho precário, com a ameaça - que actualmente pesa sobre os trabalhadores - de gravosa legislação visando uma maior desregulação do mercado de trabalho, eliminando e enfraquecendo direitos laborais e sindicais e reforçando direitos e regalias do grande patronato.

A promessa de desenvolvimento da responsabilidade social do Estado, no âmbito da protecção social, deu lugar a uma preocupante proposta do Governo de Lei de Bases da Segurança Social convergente em aspectos essenciais com os projectos de lei do PSD e do PP, visando a privatização de partes lucrativas da Segurança Social, em que a garantia da protecção social é encarada fundamentalmente como uma fonte de rendimentos, e de lucros para o sector financeiro privado, e não como um factor de dignidade pessoal e de integração e participação na sociedade. É igualmente inaceitável o facto de mais de um milhão de pensionistas é reformados continuarem a usufruir pensões de valor extremamente baixo.

Igualmente a promessa do Governo de reafirmação do papel estratégico essencial do sector prestador do Serviço Nacional de Saúde afundou-se em hesitações e nas cedências às pressões dos grandes interesses que disputam e absorvem o grosso dos recursos públicos disponibilizados para o sector.

As promessas sobre o ensino e a propalada paixão pela educação estão longe de terem sido concretizadas, tendo sido substituídas por uma linha de desresponsabilização do Estado e fomento de uma cultura empresarial das escolas, designadamente através da Lei da Gestão e Autonomia. Continua a haver insuficientes taxas de escolarização e um baixo nível da acção social escolar. O insucesso escolar continua elevado. A expansão do pré-escolar nem sempre tem sido acompanhada pela gratuitidade da componente educativa e pela cobertura nacional através da rede pública.

No ensino superior o Governo limitou-se a retomar a política de governos anteriores de subfinanciamento do ensino público e de imposição de um aumento significativo das propinas.

A promessa de uma justiça de qualidade para todos os cidadãos deu lugar à agudização das condições em que se realiza a Justiça em Portugal, particularmente no que respeita à desigualdade dos cidadãos no acesso à informação judiciária, ao direito e aos tribunais e na concretização efectiva de direitos e utilização das garantias processuais; ao crescente volume de processos e à morosidade das investigações judiciais e das decisões dos tribunais; e às disfunções de um sistema prisional que reproduz o crime e as injustiças, em vez de assegurar ou contribuir para uma efectiva reinserção social. Do mesmo modo que se gorou a promessa do PS de combate à corrupção e ao clientelismo.

A promessa de promoção da igualdade, entre mulheres e homens é substituída por políticas que, globalmente mantiveram as discriminações no mundo do trabalho e alimentam um défice de participação em igualdade de milhares de cidadãos em domínios da vida social, política e cultural.

Finalmente, a apregoada promessa relativa à necessária melhoria da qualidade do ambiente e de preservação da natureza, consubstanciada em planos estratégicos sectoriais, foi substituída por uma actuação com base em decisões casuísticas, na maioria das vezes subordinadas a critérios meramente economicistas. Exemplo relevante desta lógica de actuação e da falência do propalado diálogo com as populações e a transparência de métodos — é a decisão tomada relativamente ao processo e à localização das estruturas de tratamento e de queima de resíduos industriais.

# Resolução do Comité Central do PCP

## 2

### Resposta das massas, resposta do Partido

Beneficiando das sequelas deixadas pela arrogante política do consulado cavaquista, de um forte apoio de grandes meios da Comunicação Social, sobrevalorizando e propagandeando medidas pontuais e avulsas de carácter positivo, algumas das quais há muito reclamadas pelo PCP, para escamotear a verdadeira natureza e objectivos da sua política, o Governo PS procurou e procura neutralizar vastos sectores da sociedade portuguesa que afectou com a sua política.

Mas é um facto que durante os últimos três anos e, particularmente no ano de 98, assistiu-se a um amplo e diversificado movimento de protesto e luta, com destaque para a acção dos trabalhadores, dos agricultores, dos estudantes e das populações em geral.

Na luta pela redução efectiva do horário de trabalho para as 40 horas, contra o pacote laboral, por salários mais justos, contra o encerramento das empresas e os despedimentos, centenas de milhar de trabalhadores, em torno da CGTP-IN, travaram corajosas e prolongadas lutas, que não só adiaram e impediram algumas das medidas mais graves como, em muitos casos, tiveram êxito e resultados.

Os agricultores, em defesa dos seus interesses e da produção nacional, realizaram importantes iniciativas, movimentações e lutas que conduziram a alguns êxitos.

Os estudantes, sobretudo em torno do financiamento do ensino superior e das propinas, revelaram grande combatividade, com recurso a formas de luta criativas e diversificadas.

Caracterizando objectivamente a política do Governo PS, o PCP combateu-a, desenvolvendo uma ampla e diversificada acção e intervenção políticas com capacidade de iniciativa e de apresentação de propostas, incentivando e acompanhando o desenvolvimento do protesto e da luta social, sacudindo o conformismo e renovando a esperança de uma vida melhor.

No plano económico, o PCP bateu-se contra as privatizações e a destruição do aparelho produtivo nacional, pela sua interrupção e a criação de um sector público forte e dinâmico, denunciou os benefícios e os privilégios ao grande capital, assumiu propostas e aspirações justas dos pequenos e médios agricultores, empresários e comerciantes, com base

numa visão estratégica do desenvolvimento e progresso da economia nacional.

No plano social e laboral, o PCP foi a grande força política que, ao longo dos últimos três anos, se afirmou como Partido de luta e de proposta, em defesa dos principais pilares do direito do trabalho, das grandes causas e reivindicações dos trabalhadores, dos reformados, da juventude, das mulheres e da população.

Na sua intervenção política geral, através da acção e empenhamento dos comunistas no movimento sindical e das Comissões de Trabalhadores, nas instituições, designadamente na Assembleia da República, o PCP criou condições para que fosse travada com êxito a luta pela redução do horário de trabalho para as 40 horas. Tomou a iniciativa, desenvolveu o esclarecimento e alertou os trabalhadores para os perigos decorrentes de um gravoso conjunto de propostas de alteração às leis do trabalho, substanciadas num novo pacote laboral, apresenta-

conteúdo das propostas do Partido para a redução do horário de trabalho e salvaguarda das pausas como tempo de trabalho efectivo; o projecto de uma reforma progressista do Sistema Público da Segurança Social; a exigência de envio das propostas laborais do Governo para a sede legislativa (Assembleia da República) e consequente discussão pública prévia.

Face à recente aprovação em Conselho de Ministros de três propostas de Lei que, a par da proposta de trabalho a tempo parcial, integram o núcleo mais gravoso do pacote laboral (reconhecimento às associações patronais na elaboração da legislação de trabalho, alteração do conceito de retribuição e da Lei das Férias). O Comité Central considera indispensável ter iniciativa do Partido, alertando os trabalhadores, com destaque para as mulheres e jovens, para os perigos que decorrem sobre os seus direitos caso o Governo tente fazer aprovar tais propostas na Assembleia da República.

O Comité Central apela a todos os militantes para

Nacional de Saúde, para eliminação das listas de espera nos hospitais e centros de saúde e a redução dos preços dos medicamentos; sobre o alargamento dos direitos sindicais; sobre o combate às desigualdades salariais dos jovens trabalhadores; sobre os problemas mais sentidos pelas mulheres, visando designadamente a eliminação das discriminações de que são vítimas, o combate ao aborto clandestino, a defesa do planeamento familiar, a protecção à família e a educação sexual.

Foi o PCP quem primeiro defendeu e propôs um aumento extraordinário das pensões e reformas mais degradadas, quem defendeu a valorização das carreiras dos trabalhadores da Administração Central e Local e que, no quadro da discussão e aprovação do Orçamento de Estado, mantendo a denúncia da injustiça fiscal, fez propostas que foram aprovadas, ao nível do IRS e se reflectirão de forma positiva na vida de milhares de famílias.

Foi o PCP quem, em relação às tarifas telefónicas e de electricidade, soube congrega o protesto e a manifestação da vontade de milhares de utentes que conduziram ao, embora insuficiente, recuo e reconsideração do Governo quanto aos seus objectivos de agravamento das tarifas e à sua redução pela primeira vez no caso da energia eléctrica.

Foi o PCP que, com a sua luta e as suas propostas, contribuiu decisivamente para a afirmação dos direitos dos profissionais das Forças de Segurança e para uma política de proximidade com as populações que inclui a criação dos Conselhos Municipais de Segurança.

Foi o PCP que apresentou projectos para tornar a justiça mais eficaz e mais justa; que promoveu o debate, teve iniciativa e propostas nas questões da toxicod dependência, narcotráfico e branqueamento de capitais.

Pela sua intervenção política, pela sua acção quotidiana, pelo seu empenhamento nos movimentos e organizações sociais, pela seriedade e validade das suas posições e propostas na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, pelo trabalho desenvolvido nas autarquias o PCP demonstrou e demonstra ser uma força política insubstituível e indispensável na vida nacional, um Partido que está em condições de lutar por uma vida melhor para os portugueses por uma viragem para uma política de esquerda.



das pelo Governo PS, articulada com uma proposta de reforma da Segurança Social de natureza privatizadora e redutora dos direitos.

Foi a luta que determinou os resultados positivos e possibilitou os adiamentos da aprovação das medidas legislativas mais graves. Será a luta que poderá influir de forma decisiva nos desfechos legislativos. O Comité Central do PCP sublinha a importância da contribuição inestimável da denúncia política e do

a sua empenhada participação nas acções decididas pela CGTP-IN, designadamente na primeira semana de Fevereiro. É neste quadro, de uma grande identificação com os direitos e interesses dos trabalhadores e de outras classes e camadas da população portuguesa, que devem ser consideradas as propostas do PCP sobre o Rendimento Mínimo Garantido; sobre o combate ao trabalho infantil; sobre a sinistralidade no trabalho; para a melhoria do Serviço

## Apelo do Comité Central do PCP — As comemorações do

### Repor a verdade histórica

O PCP, partido que se mantém fiel aos valores e ideais progressistas e transformadores de Abril, que assume a participação e intervenção das massas populares como factor essencial da vida democrática, apela a todas as suas Organizações, aos trabalhadores e às massas populares, às organizações sociais e a todos os sectores democráticos para um grande empenhamento na organização das comemorações, com especial empenhamento junto das jovens gerações, iluminando a verdade sobre o 25 de Abril e o seu significado e combatendo as tentativas dos que, saudando o advento das liberdades, se empenham em esvaziar o verdadeiro conteúdo do regime democrático saído da Revolução e a apagar as esperanças que ela despertou no povo português.

A par da justa homenagem aos capitães de Abril pela sua acção libertadora e à exaltante luta de resistência dos trabalhadores e dos democratas antifascistas, as comemorações do 25.º Aniversário da Revolução devem contribuir para a reafirmação dos valores e dos ideais de Abril e para a sua projecção numa vasta participação popular e democrática, para que Portugal possa retomar os caminhos abertos por Abril pondo fim às políticas de destruição das conquistas democráticas, de agravamento das condições de vida de largas camadas do povo português, de intensificação da exploração dos trabalhadores, de graves limitações de importantes direitos, de recomposição do poder dos grandes grupos económicos com evidentes perigos para a independência do poder político e para o funcionamento do sistema democrático.

As comemorações do 25 de Abril devem igualmente constituir

Portugal comemora este ano 25 anos sobre uma das datas que mais profundas e positivas modificações assinala na vida do povo português: o 25 de Abril de 1974.

A Revolução de Abril, ao pôr fim à ditadura fascista e à guerra colonial, ao restituir a liberdade ao povo português, ao abrir caminho à construção de um Portugal democrático, progressista e pacífico, concretizou sonhos e objectivos pelos quais lutaram durante quase meio século sucessivas gerações de portuguesas e portugueses, assim se inscrevendo como um marco maior na nossa História.

No actual quadro político da vida nacional, quando avultam limitações de importantes direitos sociais, económicos e políticos, a acentuação de desigualdades, a liquidação de importantes conquistas sociais e económicas, aumenta o domínio económico e político do grande capital nacional e internacional, se perfilam ameaças mesmo sobre a independência e a soberania do País e quando se multiplicam operações visando branquear a história e a natureza do fascismo salazarista, as comemorações do 25.º Aniversário do 25 de Abril revestem-se de acrescida importância.

Comemorar hoje o 25 de Abril significa denunciar e condenar a opressão, o terror e os crimes fascistas, significa recordar que tais crimes tinham autores e tinham beneficiários. Comemorar hoje o 25 de Abril significa recordar e valorizar o que foi a resistência contra a ditadura, contra a exploração e contra a repressão, o que foi o colonialismo e treze anos de guerra colonial. Comemorar hoje o 25 de Abril significa esclarecer e defender o carácter libertador da Revolução e a forma como ela nasceu de um momento ímpar de identificação do povo português e das suas Forças Armadas. Comemorar hoje o 25 de Abril significa lutar hoje por uma outra política.





## 3

## As eleições para o Parlamento Europeu e a Assembleia da República – importantes batalhas políticas de 1999

O Comité Central procedeu à avaliação do quadro político em que se realizam as próximas eleições e definiu as linhas gerais de orientação para a intervenção do Partido nas importantes batalhas políticas que as eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República constituem.

Avaliando positivamente a experiência e as possibilidades de intervenção política e eleitoral, o Comité Central pronunciou-se favoravelmente a que o PCP concorra às próximas eleições no quadro da CDU – Coligação Democrática Unitária – e mandatou os organismos executivos para, na sequência de contactos já iniciados, concretizar com o Partido Ecologista Os Verdes e a Intervenção Democrática a reconstituição da CDU, confirmando-a como um amplo espaço unitário e democrático que integra também milhares de democratas independentes que lutam e aspiram a uma nova política.

As próximas eleições constituem – ainda que com especificidades, natureza e objectivos diversos – duas importantes batalhas políticas com reflexos no desenvolvimento da vida política e nas perspectivas da sua evolução, cujos resultados influenciarão no futuro imediato o sentido e conteúdo da política e da afirmação dos interesses nacionais.

O Comité Central sublinha que é o reforço da votação e do número de deputados eleitos pela CDU nas próximas eleições que pode contribuir

decisivamente para impulsionar e favorecer a luta por uma viragem na política nacional que abra caminho a uma política de esquerda.

A retoma do discurso social e o eventual abandono por parte do PS, nesta fase final de mandato, de algumas matérias mais polémicas não atenuam o seu enfeudamento aos interesses do grande capital e a ausência de resposta às principais aspirações dos trabalhadores e de outras importantes camadas sociais que caracterizaram a política deste Governo nem ocultam o indisfarçável objectivo de procurar obter em próximas eleições o apoio e os votos necessários para prosseguir de mãos livres os objectivos essenciais desta política.

O Comité Central chama igualmente a atenção para a operação em curso por parte do PSD e do PP que isolada ou conjuntamente procuram esconder as constantes convergências, entendimentos e explícitos apoios ao governo e à política do PS e apresentar-se numa postura populista, despídos das pesadas responsabilidades, passadas e presentes, na condução da vida política nacional.

O vasto património de propostas, de intervenção, de luta e de resultados que a acção coerente e determinada do PCP alcançou no combate à política de direita comprovam a importância e a utilidade do voto na CDU.

Fica claro na acção política do PCP, nestes três anos de governo, o combate decidido às orientações e opções fundamentais de direita do PS e a

contribuição pelas suas propostas e intervenção à aprovação de medidas e decisões de sentido positivo aprovadas na Assembleia da República.

O reforço da votação da CDU e do número de deputados do PCP e dos seus aliados são não apenas a expressão mais consequente para condenar a política de direita prosseguida pelo PS mas também a única garantia de virem a ser integralmente colocadas ao serviço da defesa dos interesses concretos dos portugueses, de dar mais força à exigência de uma política de esquerda, de uma alternativa democrática que rompa decididamente com o ciclo de política de direita desempenhada ora pelo PS ora pelo PSD e para pesar eficazmente nas soluções políticas e governativas do país.

O aprofundamento da construção de uma União Europeia na lógica de uma integração capitalista e federalista, reforça a importância da presença dos eleitos do PCP e da CDU no Parlamento Europeu como condição essencial para dar voz à defesa dos interesses nacionais e prosseguir a luta por uma Europa de paz e cooperação.

O Comité Central salienta que dar mais peso à CDU e à sua presença no Parlamento Europeu nas eleições do próximo dia 13 de Junho, é dar força aos que se batem pela construção de uma Europa com dimensão social e lutam pela convergência real dos níveis de vida e desenvolvimento dos povos e países e por um novo rumo para a construção europeia.

O Comité Central deliberou ainda dar andamento à elaboração de uma Declaração Programática do PCP para as eleições para o Parlamento Europeu e de um Programa Eleitoral do PCP para a Assembleia da República que evidencie a diferença da prática e orientações que têm caracterizado a actuação do actual Governo e apresente e dê visibilidade às propostas políticas do Partido para uma política de esquerda.

A importância política das próximas eleições impõe desde já um sério e firme empenhamento de todas as organizações e militantes do Partido na preparação e intervenção eleitorais que conjugada e articuladamente com a dinamização da luta social, o combate à política de direita e às tarefas de reforço do PCP, podem contribuir decisivamente para um êxito eleitoral.

O Comité Central apela a todo o Partido para que se empenhe num amplo debate sobre as ideias e orientações gerais apuradas na reunião e à concentração, desde já, de uma atenção particular nas eleições para o Parlamento Europeu, não só pela sua proximidade, mas também pelas acrescidas exigências de uma maior motivação e em razão da influência que os seus resultados poderão assumir na dinâmica e motivação para as eleições legislativas de Outubro.

## 25.º aniversário do 25 de Abril

um reatar dos históricos passos dados com o final da guerra colonial no estabelecimento de um novo relacionamento do povo português com os povos das antigas colónias e no desenvolvimento de uma política de cooperação que, respeitando a independência de cada Nação, contribua activamente para a paz e o desenvolvimento, com particular destaque para a situação de Timor cujo povo sofre há um quarto de século a sangrenta ocupação militar indonésia e se vê privado do seu reconhecimento à autodeterminação e à independência.

A ditadura fascista não se caracterizava apenas pela ausência de liberdades. O regime fascista era a ditadura terrorista dos monopólios e dos latifundiários associados ao imperialismo estrangeiro. Toda a estrutura do poder fascista, incluindo o aparelho repressivo, estava montado para servir os interesses e privilégios dos grupos económicos dominantes, interesses e privilégios que se perpetuaram pelo recurso à repressão de milhares e milhares de portugueses, pela exploração desenfreada dos trabalhadores e dos povos das colónias, pela subordinação dos interesses nacionais aos do imperialismo.

### Defender as conquistas democráticas

As grandes conquistas democráticas resultantes da Revolução – os direitos fundamentais, incluindo a liberdade de organização sindical e amplos direitos para os trabalhadores e a adopção de um largo conjunto de medidas sociais, como os aumentos dos salários, das reformas e pensões, do número de dias de férias, a instauração do salário mínimo nacional; a reforma agrária; as nacionalizações;

o fim do regime colonial; o poder local democrático, em especial quando permitiu a democracia participativa e a resolução de muitos problemas essenciais para as populações; o desenvolvimento de uma política externa de paz e cooperação e de salvaguarda da independência e soberania nacionais – tornaram-se um imperativo para pôr fim ao poder dos grandes grupos económicos, para assegurar as liberdades e o regime democrático e foram igualmente essenciais para a real democratização da sociedade portuguesa, o desenvolvimento do País e a melhoria das condições de vida do povo.

A Revolução de Abril, ao pôr fim a um regime obscurantista e retrógrado, abriu caminho ao desenvolvimento cultural, à afirmação de valores humanistas, à alteração de mentalidades, à dignificação da mulher em todos os domínios da vida social, ao respeito pelas minorias, a uma generalizada valorização do património e da identidade nacionais nas suas vertentes culturais, patrimoniais e ecológicas.

A Revolução de Abril demonstrou que a verdadeira democratização da sociedade portuguesa é inseparável de um regime firmemente ancorado numa democracia política, económica, social e cultural.

A política de destruição sistemática das grandes conquistas de Abril, seguida por sucessivos governos, causando enormes prejuízos ao desenvolvimento do País, não anula a realidade indelével de os grandes valores democráticos da Revolução de Abril terem criado profundas raízes na sociedade portuguesa e continuar a inspirar a luta dos trabalhadores e de largos sectores democráticos por uma nova política, por um verdadeiro rumo democrático para Portugal.

O PCP participará activamente na dinamização de um conjunto muito diversificado de iniciativas comemorativas de carácter democrático e popular, com destaque para a grande manifestação unitária de Lisboa no dia 25 de Abril, mas organizará igualmente um conjunto de iniciativas próprias (debates, exposições, acções de esclarecimento) como importante contributo para a divulgação dos valores de Abril que o PCP activamente incorpora na sua luta e no seu projecto de Democracia.

Os trabalhadores portugueses preparam-se igualmente para comemorar o 25.º aniversário do 1.º de Maio de 1974, jornada inseparável da Revolução de Abril. Em todos os sectores da vida nacional, a classe operária e todos os trabalhadores foram determinantes para a defesa da Revolução e para o avanço do seu carácter transformador.

O PCP apela à mobilização dos trabalhadores para fazerem das comemorações do 25.º aniversário do 1.º de Maio em liberdade uma grande jornada de afirmação dos valores de Abril e de defesa dos direitos que, após décadas de luta, foram então consagrados.

O Partido Comunista Português, ao apelar à participação dos trabalhadores e a todos os portugueses que se identificam com os valores e ideais de Abril, fá-lo com a responsabilidade de um partido cuja história, pela luta heróica de gerações de comunistas contra o fascismo e pela liberdade, se tornou componente fundamental da resistência à ditadura, e cujo empenho realizador e combativo no quarto de século decorrido desde aquela madrugada libertadora o constitui como parte integrante, inseparável e indispensável do regime democrático fruto da Revolução de 25 de Abril de 1974.

# Resolução do Comité Central do PCP

## 4

### Aspectos da conjuntura internacional

Numa situação mundial que continua marcada por uma desfavorável correlação de forças, o PCP considera importante evidenciar e valorizar os resultados da luta dos trabalhadores e dos povos, que continua em todo o mundo. A arrogância imperial dos EUA suscita crescente indignação e resistência internacional, incluindo em meios que antes se não manifestavam. Têm-se verificado importantes movimentos de opinião e lutas populares contra as nefastas consequências das políticas neoliberais e as imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM).

A própria crise económica e financeira que aí está, se por um lado significa o agravamento das condições de vida de amplas massas, por outro evidencia o agravamento das contradições do capitalismo e o descrédito das políticas neoliberais, colocando a necessidade de alternativas de esquerda e progressistas para cuja concretização é indispensável a acção dos comunistas e de outras forças progressistas e a sua cooperação internacionalista.

Neste sentido e nomeadamente tendo em vista as próximas eleições para o Parlamento Europeu, o PCP valoriza o apelo "Por um novo rumo da construção europeia" já assinado por treze partidos comunistas, de esquerda e progressistas da Europa.

Continua a verificar-se na vida internacional uma perigosa situação de grande instabilidade e incerteza, com a multiplicação de focos de tensão, conflitos locais e regionais, guerras de agressão, imposição de bloqueios, relançamento do militarismo e da corrida aos armamentos, fortalecimento e alargamento de blocos militares agressivos. O papel da ONU e de outras organizações interna-

cionais, como a Organização para a Segurança e Cooperação Europeia (OSCE), está a ser comprometido e subvertido pelas tentativas de instrumentalização das potências imperialistas. Os EUA violam frontalmente a Carta das Nações Unidas e a legalidade internacional.

O alargamento da NATO até às fronteiras da Rússia fomenta a inquietação e a insegurança no leste da Europa. Nos Balcãs, a soberania e independência da Jugoslávia é posta em causa, recorre-se à ameaça militar e à aberta intervenção da NATO, usam-se descaradamente dois pesos e duas medidas na explosiva questão do Kosovo. O impasse na resolução da divisão de Chipre, a sabotagem da paz e da independência da Palestina por Israel e a recente agressão militar dos EUA e da Grã-Bretanha ao Iraque agudizam a tensão no Próximo Oriente e no plano internacional.

Neste quadro os problemas da segurança e cooperação na Europa ganham ainda maior importância e actualidade. Tanto no plano da sua acção própria, como no quadro das suas relações internacionais, o PCP considera necessário dar a esta problemática uma ainda maior atenção, valorizando a Acta Final de Helsínquia e o potencial papel da OSCE, opondo-se às negativas tendências para a militarização da União Europeia, combatendo o reforço e o alargamento da NATO e a sua transformação em instrumento da hegemonia norte-americana e braço armado da "nova ordem imperialista", lutando pela desactivação militar e dissolução da NATO, por uma Europa de paz e cooperação.

O PCP alerta desde já o povo português para os planos dos EUA e outras grandes potências visando "celebrar" o 50.º Aniversário da NATO em



Abril próximo, com uma grande operação de propaganda e graves decisões no plano político e operacional viradas para a intervenção e agressão a nível mundial — designadamente novo "conceito estratégico", integração da Hungria, Polónia e República Checa — em tudo contrárias aos objectivos do desarmamento, da segurança colectiva, da cooperação internacional e da paz.

Perante a seriedade da situação criada em relação ao Iraque e, nos últimos dias, o brusco agravamento da situação relacionada com o Kosovo, o PCP reclama do governo português que respeite o

direito internacional e a Carta da ONU, com uma clara demarcação dos propósitos agressivos dos EUA e da NATO.

O PCP salienta a importância da intensificação da solidariedade com todos os povos em luta, particularmente com o povo de Timor-Leste, no seu caminho para a autodeterminação e independência e com o povo de Angola vítima de uma nova guerra resultante da criminosa acção da Unita e das posições débeis e dúplices daqueles que tinham por obrigação zelar pelo cumprimento dos acordos de paz.

## 5

### Reforçar o PCP, questão essencial e determinante da vida política nacional

Num quadro político nacional caracterizado pela condução pelo PS de uma política de direita submetida aos interesses do grande capital, em sintonia nos seus aspectos essenciais com as orientações do PSD e do CDS/PP, o PCP assume-se como oposição de esquerda à política e ao Governo do PS, como a força mais firme, determinada e coerente, na defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País, na luta por uma política de esquerda.

A intervenção do PCP na vida nacional, comprova-o como um partido diferente, que intervém todos os dias, nos períodos eleitorais ou fora deles, nas mais diversas áreas, problemas e frentes de actuação, com destaque para a acção dos seus membros nos sindicatos, nas CTs, nas empresas e locais de trabalho, nos bairros, nas autarquias locais, na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, nas associações de moradores, nas colectividades e associações.

O PCP estimulou a luta e a acção de massas, intensificou a iniciativa política, promoveu linhas de debate dos problemas nacionais, com destaque para o «Portugal 2000 — Debates para uma política de esquerda» e empreendeu um confiante e determinado trabalho de reforço da organização partidária.

A manipulação, desinformação e marginalização de que o PCP é alvo, para tentar silenciar a sua voz, esconder a sua actividade e desvalorizar o alcance da sua intervenção, limita a projecção da força da sua intensa, diversificada e qualificada acção, mas não consegue impedir que em estreita ligação com os trabalhadores e o povo, o PCP se afirme e amplie a sua influência.

O Comité Central fez uma apreciação da acção em curso para o reforço da organização do Partido, aspecto decisivo para a sua afirmação e reforço global, e considera que o ano de 98 foi caracterizado por um grande esforço, que embora influenciado pela exi-

gência de tarefas políticas, particularmente no segundo semestre, e desigual nos seus resultados, consoante as zonas geográficas e as direcções de trabalho apontadas, se saldou por efectivos progressos.

Destaca-se a realização de mais de 200 Assembleias das Organizações, o recrutamento de mais de 1500 membros cerca de 50% dos quais com menos de 30 anos, o restabelecimento do contacto e ligação de muitos camaradas, o rejuvenescimento e renovação de organismos, o desenvolvimento de campanhas nacionais de contacto com os trabalhadores, as medidas tomadas, apesar de insuficientes na criação de organismos para o trabalho junto dos trabalhadores e o alargamento do número de organismos e organizações que tomam posição pública sobre os problemas da realidade em que actuem. Persistem, no entanto, atrasos e dificuldades em diversos planos designadamente na

responsabilização de quadros, nas células de empresa e sectores profissionais e na acção junto dos trabalhadores e no reforço das organizações de base.

O Comité Central saúda os membros do Partido pelo esforço e empenhamento demonstrado e aponta a importância do prosseguimento das medidas para garantir um partido mais forte e mais influente.

O Comité Central apela aos membros do partido e a todos os que nele confiam para uma intervenção forte, determinada e confiante, nas grandes batalhas políticas apontadas para este ano.

No desenvolvimento das lutas e fortalecimento dos movimentos de massas.

Na intensificação da acção e iniciativa política do Partido ligada aos problemas mais importantes e mais sentidos do povo e do país, na consideração da planificação e iniciativa das comemorações do

78.º Aniversário do Partido, do Dia Internacional da Mulher, no contributo para o êxito do VI Congresso da JCP e da Festa do "Avante!", no alargamento da difusão da imprensa do Partido em particular do "Avante!", na realização bem sucedida da Campanha Nacional de Fundos, na intervenção e participação das comemorações dos 25 anos da Revolução de Abril e do 1.º de Maio em liberdade, repondo a verdade histórica, a verdadeira dimensão e objectivos, políticos, económicos, sociais e culturais destes acontecimentos, a sua validade e actualidade.

Na preparação das eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República, de modo a reforçar a votação e a representação institucional do PCP e da CDU, condição essencial para derrotar a política de direita e criar condições para uma política de esquerda.

No ano em que se assinala o 25.º Aniversário da Revolução de Abril e do 1.º de Maio em liberdade, o reforço do PCP, partido da resistência antifascista, da liberdade, da democracia e do progresso social, o grande partido de Abril, é indispensável para a defesa e aprofundamento da democracia, para a afirmação e concretização das esperanças e dos valores de Abril, para uma democracia política, económica, social e cultural.

No Portugal e no mundo do fim do Século XX, em que se confirma a natureza exploradora, agressiva, predadora dos recursos naturais, do capitalismo, e se acentuam as suas contradições e limites para responder às necessidades humanas, o reforço do PCP, partido com os valores, o ideal e o projecto de transformação da sociedade, de erradicação do capitalismo e da sua substituição por uma nova sociedade liberta da exploração do homem pelo homem, coloca-se como necessidade e perspectiva mobilizadora indispensável para responder às aspirações dos trabalhadores, da juventude, do povo português.



## 4.ª Assembleia da ORL reúne no sábado

# Concentrar energias na organização dos trabalhadores

Cerca de 900 delegados, em representação de 34 mil militantes, e numerosos convidados participam no próximo sábado na 4.ª Assembleia da Organização Regional de Lisboa, que tem lugar no pavilhão Multiusos no Parque das Nações. António Andrez, Helena Medina e Luís Fernandes, todos membros do Executivo da DORL, falaram ao *Avante!* sobre os principais objectivos da Assembleia e do trabalho preparatório que envolveu ao longo de meses muitos milhares de militantes.

A 4.ª Assembleia da ORL realiza-se num ano em que ocorrem dois actos eleitorais. A preparação destas batalhas é o objectivo mais importante?

António Andrez - Não. Esta Assembleia foi marcada no início do ano passado e irá fazer o balanço do conjunto de medidas que foram tomadas em 1998, na sequência da reunião do Comité Central de 14 e 15 Fevereiro, no sentido de reforçar a organização e intervenção do Partido. Iremos discutir as medidas de direcção, organização e estilo e conteúdo de trabalho que nos permitirão levar por diante um conjunto de orientações para a reforçarmos a nossa intervenção.

Helena Medina - Apesar do contexto económico, político e social que coloca dificuldades objectivas ao nosso trabalho, a opinião da DORL é que temos condições para alargar a influência social, política e eleitoral do Partido no distrito onde já hoje tem uma grande força.

No entanto, verificou-se no últimos anos uma quebra da influência do PCP no distrito.

HM - É verdade, mas pensamos que existem condições não só para travar esse processo como para o inverter.

Como?

HM - É necessário identificarmos as questões fundamentais do nosso trabalho, de direcção, organizativo e político, que sendo

comuns a todos os sectores e a todas as organizações permitirão dar um novo impulso na nossa organização, na intervenção e afirmação política do partido.

E quais são essas questões?

HM - O anteprojecto de resolução apela a que os militantes se questionem sobre se conhecemos ou não bem a realidade e se esse conhecimento se repercute na nossa acção; se nos relacionamos da melhor forma com os trabalhadores e populações e se, nas suas múltiplas expressões e diversas instâncias, exercemos sempre o poder conforme com os princípios e orientações do partido; se estamos a ter a iniciativa suficiente para vencermos rotinas; se concentramos energias nas direcções e objectivos que consideramos fundamentais; se debatemos o suficiente os problemas concretos que se nos deparam; se conseguimos ter sempre um estilo de trabalho e formas de organização que facilitem o melhor aproveitamento do potencial humano e militante do Partido; e se conseguimos ser portadores da confiança e da alegria essenciais a um projecto com a dimensão do nosso, tendo presente o grande campo que nos está aberto em resultado da clara identidade dos eixos fundamentais da política do PS e do PSD.

Perante as dificuldades existentes quais são as linhas prioritárias para a sua resolução?

HM - Destacamos entre outras a concentração de meios e energias no reforço da organização intervenção do Partido na classe operária e entre todos os trabalhadores; o rejuvenescimento e renovação da organização; a valorização do papel dos militantes e dos organismos; uma abertura maior do trabalho das organizações locais para os problemas concretos dos trabalhadores e das populações e para a intervenção política; a intensificação e enriquecimento da vida política das organizações; a valorização do papel do *Avante!* e de *O Militante* e do debate ideológico; e o reforço da capacidade de intervenção unificada do Partido.

Em discussão está também um documento com numerosas propostas para a melhoria da qualidade de vida no distrito de Lisboa. Como se propõem concretizá-las?

Luís Fernandes - São objectivos para a nossa acção e para a nossa luta que todos os militantes e organizações revendo-se neles podem trabalhar para a sua concretização. Neste documento são identificados problemas comuns ao todo nacional e que outros que são específicos do distrito de Lisboa, para cuja resolução contamos com a força que o Partido tem ao nível das instituições (Assembleia da República e autarquias), das organizações de trabalhadores e do movimento associativo. Temos de unir todo o Partido não só em relação às batalhas centrais, mas também no que respeita a problemas concretos que se referem no documento.

Mas essas propostas irão traduzir-se em projectos do PCP a apresentar quer no parlamento quer nas autarquias?

HM - Muitas destas propostas já foram objecto de projectos legislativos, alguns dos quais estão em sede da Assembleia da República. Outros irão ser retomados na próxi-



António Andrez, Helena Medina e Luís Fernandes ao *Avante!*: «o reforço e criação de células em novas empresas tem sido uma prioridade da DORL»

ma legislatura. Mas utilizaremos todos os meios de intervenção, não só a nível institucional, para exigir a sua concretização...

AA - ... Inclusive dinamizando comissões de utentes. Muitas das reivindicações que referimos têm já comissões de utentes que promovem abaixo-assinados e através de outras iniciativas.

Como tem decorrido a preparação da Assembleia?

AA - Na preparação desta Assembleia procurámos associar o debate às batalhas em curso, nomeadamente do ano de 1999, e ao conjunto de medidas para conseguir uma maior organização, intervenção e influência política do Partido. É de sublinhar que muitas medidas neste sentido foram tomadas no decorrer da preparação da própria Assembleia. Ou seja, conseguimos fazer da preparação da Assembleia também um momento de concretização.

Qual é universo de militantes que tem participado nos plenários?

AA - Neste momento não tenho dados exactos, mas a preparação da Assembleia já envolveu milhares de camaradas. Neste período assistimos a um efectivo reforço de organizações de base do partido: foram constituídos ou reforçados secretariados de células de empresas; comissões de freguesia; núcleos de contacto com militantes; foi tomada a decisão de realizar plenários mensais em dia certo; e foram reforçadas as organizações junto do trabalhadores.

Isso significa que foram criadas novas organizações nos locais de trabalho?

LF - Sim, no último ano tem sido essa a nossa grande prioridade - organizar e reforçar as células nos locais de trabalho. Reactivámos e reforçámos alguns sectores de empresas, formámos outros que não existiam e continuamos a trabalhar para a criação de células de empresa. Damos uma atenção redobrada em relação ao recrutamento nas novas empresas que têm surgido no distrito.

Até há pouco tempo, era muito difícil intervir nas grandes superfícies comerciais, mesmo ao nível sindical. Qual é a hoje a situação?

AA - Um dos sectores que recentemente constituímos foi exactamente o das grandes superfícies e centros comerciais...

LF - ... e outros sectores difíceis como o das empresas de segurança e de limpeza.

AA - São sectores que têm uma importância estratégica e um alcance de futuro porque envolvem novas gerações de trabalhadores, sobre os quais paira o perigo da total precarização. É exemplar a nova lei das férias, a qual o Governo tem o cuidado de dizer que só se aplica aos futuros contratos. Ou seja, pretende-se criar uma geração sem direitos. Ora o Partido não se pode conformar e tem de empenhar-se, através de todos os meios para organizar a luta e a intervenção destes trabalhadores.

HM - Quero só acrescentar que estamos igualmente a dar grande atenção aos futuros trabalhadores...

De que modo?

HM - Refiro-me, por exemplo, às universidades, onde tem existido um reforço da intervenção e da organização do Partido.

Há muitos jovens a aderir ao Partido?

AA - Dos 400 recrutamentos efectuados no ano passado, quase 50 por cento têm menos 30 anos. E, já agora, cerca de 35 por cento do total são mulheres.

E esse rejuvenescimento terá reflexo na proposta de direcção da ORL?

AA - Continuará a ter. A anterior direcção regional já incluiu muitos camaradas com menos de 30 anos e toda a discussão que está a ser feita em torno da uma proposta aponta na continuação dessa tendência.

LF - Para a nova direcção está a ser valorizada a presença de operários, jovens, mulheres. Embora ainda não esteja concluída, a proposta terá uma média de idades de 44 anos e uma percentagem de 30 por cento de mulheres.

## Odivelas PCP elege concelhia

Sob o lema «Concelho de Odivelas, Melhor Futuro com o PCP», decorreu em ambiente de grande optimismo e confiança a Assembleia Constituinte da Organização Concelhia de Odivelas do PCP, na qual foi definida a actividade dos comunistas para ano de 1999, particularmente nesta fase de instalação do município.

Durante a Assembleia foram analisadas as carências do concelho e das populações e apresentadas as propostas dos comunistas para o desenvolvimento equilibrado e sustentado do novo município, de entre as quais se destacam a construção do Hospital Loures/Odivelas, o Metropolitano e a Rodoviária.

A Assembleia exigiu ainda que a Administração Central assumira as suas responsabilidades na resolução destes problemas, assim como no processo de instalação do município, que os comunistas pretendem que decorra de uma forma serena e responsável, salvaguardando os direitos e interesses das populações das sete freguesias.

No final dos trabalhos - encerrados por Luís Sá, membro da

Comissão Política -, os delegados aprovaram a Resolução Política, onde se destaca a necessidade do reforço do Partido para uma maior e melhor intervenção, e elegeram a primeira Direcção Concelhia, constituída por 43 camaradas, a quem incumbiram de dinamizar o trabalho partidário.

Nota da Redacção: Por absoluta falta de espaço, não nos foi possível incluir o noticiário referente a numerosas iniciativas das organizações do Partido que serão tratadas na próxima edição.



### CAMARADAS FALECIDOS

#### Álvaro Joaquim Mendes

Vítima de doença prolongada, faleceu recentemente, com 60 anos de idade, o camarada Álvaro Joaquim Mendes, que fez parte da célula da Portucel.

#### Joaquim António Chora

Faleceu, no passado dia 18 de Janeiro, com 73 anos, o camarada Joaquim António Chora, natural e residente em Mina de S. Domingos, concelho de Mértola. Com ligações ao PCP desde a sua juventude, era conhecido pela sua combatividade e firmeza, tendo sido um dos elementos do Partido que mais se destacou nas diversas posições e lutas travadas pela população local, após o encerramento da Mina na década de sessenta. No seu funeral participaram diversos camaradas da Organização de Freguesia de Corte de Pinto e da Comissão Concelhia de Mértola.

#### Joaquim Branco

Faleceu recentemente, com 92 anos de idade, o camarada Joaquim Branco. Era membro do Partido desde o tempo do fascismo. Vivia em Marvila, onde estava organizado.

#### Maria José Rosa Correia

Com 65 anos de idade, faleceu, vítima de doença prolongada, a camarada Maria José Rosa Correia. Fazia parte da organização da freguesia da Anunciada, onde militava.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## VISEU

## CNE dá razão ao PCP

A Comissão Nacional de Eleições deu razão à queixa apresentada pela Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP contra a Câmara Municipal, por esta ter retirado, antes do referendo sobre a regionalização, a propaganda política dos partidos políticos, designadamente do PCP e dos Grupos de Cidadãos, a ele referente.

Na sua queixa, a DORV alegava que nenhuma das suas estruturas de propaganda estava a menos de 500 metros das Assembleias de voto, que a Câmara não a havia informado sobre essa retirada, nem sequer a havia notificado para o fazer, referindo, por último, o facto de ser este um procedimento que, apesar dos seus protestos, tem vindo a repetir-se. Agora, a CNE reconhece que os factos descritos pelo PCP «podem configurar o ilícito previsto» no art.º 197 da Lei n.º 15-A/98, que prevê pena de prisão até um ano ou multa até 120 dias para quem de alguma forma «inutilizar ou tornar ilegível, no todo ou em parte, material de propaganda ou colocar por cima dele qualquer outro material».

## LISBOA

## Instabilidade nos Transportes

«Os processos de privatização, fusão e desmembramento das empresas» que o Governo do PS prossegue estão a causar uma grande instabilidade social, considera o Organismo de Direcção do Sector de Transportes da ORL, no âmbito da discussão do anteprojecto de Resolução Política a apresentar à IV Assembleia de Organização Regional, que se realiza no próximo dia 30.

A ilustrar esta conclusão, o PCP aponta o exemplo da TAP, onde as administrações não deram resposta às propostas sindicais de contratação colectiva, as contrapropostas das Administrações da Carris e as tentativas, na CP, de retirar direitos aos trabalhadores, designadamente através de alterações à legislação laboral e de uma reforma da Segurança Social.

Num quadro em que, apesar da queda do preço do petróleo, da ultrapassagem da inflação prevista para 98 e do aumento de produtividade, se prevê «o desenvolvimento de uma linha de contenção salarial e de ataque aos direitos», os comunistas apelam ainda à unidade dos trabalhadores na luta contra as privatizações e em defesa dos seus postos de trabalho e de trabalho com direitos, e apoiam a jornada de luta promovida pela USL no dia 4 de Fevereiro.

## ODIVELAS

## Comissão Instaladora toma posse

A Comissão Instaladora do Município de Odivelas, criada há cerca de um mês, foi finalmente empossada.

Saudando essa Comissão, a Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP, primeira força política a propor, em 1985, a criação deste concelho, está convicta que «da sua intervenção resultará uma mais profícua, sólida e exigente acção dos futuros órgãos autárquicos a eleger». Sendo, contudo, «indispensável» acautelar a estabilidade do seu funcionamento e dos serviços a prestar às populações. Assim, a DORL diz que não deixará de condenar severamente quaisquer tentativas - que já começam a aparecer - de exploração das naturais dificuldades decorrentes da transferência de competências do município de Loures para o novo município de Odivelas. Para já, a recusa do direito de intervenção do Presidente da Câmara de Loures, no acto da instalação do novo município, é, no mínimo, «infeliz e antidemocrática».

Por seu lado, o PCP e os seus representantes nas autarquias de Loures e Odivelas tudo farão para que o processo de transição decorra de forma segura, com a transferência progressiva e contratualizada de competências.

## ALCOCHETE

## Estêvão Giro evocado

No âmbito das comemorações do 25.º aniversário do 25 de Abril, a Comissão Concelhia de Alcochete do PCP vai evocar a memória de Estêvão Giro, jovem operário assassinado por uma rajada de metralhadora nas manifestações do 1.º de Maio de 1962, em Lisboa, onde trabalhava. Um nome que, graças à Revolução, está perpetuado na toponímia da vila.

No plano de trabalho para 1999, onde esta decisão se enquadra, os comunistas contemplam, ainda, a realização, em Fevereiro, da sua VI Assembleia de Organização e, em Maio, das Jornadas da CDU.

## Saramago homenageado pela Universidade de Évora

José Saramago foi homenageado pela Universidade de Évora com o grau de Doutor *Honoris Causa*. Uma cerimónia realizada dia 22 e que marcou também as comemorações do 25.º aniversário da restauração do ensino universitário em Évora.

O acto de doutoramento ao Nobel da Literatura de 1998 contou com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Cavalhas, e reuniu, na sala de actos da instituição, diversas personalidades, nomeadamente o ministro da Educação, o secretário de Estado do Ensino Superior e reitores e vice-reitores de universidades portuguesas.

Antes da imposição das Insígnias Doutorais e da Oração Laudatória do homenageado, proferida por Maria Alzira Seixo, o reitor da Universidade de Évora afirmou que esta homenagem é uma forma de a instituição se «associar aos povos e gentes de todo o mundo para quem a língua portuguesa é uma pátria e que prestam admiração a José Saramago.»

Depois de lembrar que cinco universidades estrangeiras já lhe concederam o doutoramento *Honoris Causa*, o reitor realçou que o Nobel da Literatura «não tinha ainda recebido esse reconhecimento que lhe é devido pela universidade portuguesa».

«Através de José Saramago, a Universidade de Évora homenageia também todos os escritores de língua portuguesa que, em todos os azimutes, mantêm viva e actuante a presença da cultura portuguesa», disse.

Saramago aceitou o título que lhe foi outorgado como uma homenagem de todas as universidades portuguesas.

No âmbito da homenagem, realizou-se um encontro do escritor com professores e alunos do ensino secundário e universitário, e foram lidos textos



Saramago homenageado em Évora

de «Todos os nomes», em diversas línguas, por docentes da universidade.

Na tarde de 22, decorreu ainda uma sessão cultural, em que Manuel Freire cantou Saramago, e foram lidos textos da obra «Levantados do Chão», por actores do Centro Dramático de Évora.

José Saramago é doutor

*Honoris Causa* pelas universidades de Turim (1991), Sevilha (1991), Manchester (1994) e, agora, Évora.

Em breve será investido também pela Universidade Politécnica de Valência, nomeação aprovada na sequência de uma candidatura apresentada pela Escola Técnica Superior de Arquitectura.

## Bragança e Vila Real

## Governo desconhece região

Depois de, em Outubro, terem tomado posição face às dificuldades dos agricultores transmontanos vítimas das intempéries, por erro da Portaria n.º 815/98 a impossibilidade de se candidatarem às linhas de crédito, as Direcções das Organizações Regionais de Bragança e Vila Real do PCP vêm, de novo, a público comentar as alterações introduzidas pela Portaria 15-A/99.

Algumas correcções, dizem, vêm ao encontro das exigências colocadas pelo PCP - caso da vinha nos concelhos do Douro e do centeio que passou a incluir os concelhos de Bragança e Vinhais -, mas a nova Portaria continua a penalizar altamente o Planalto Mirandês, principal área cerealífera da região que se mantém de fora.

Quanto ao azeite, a situação é «no mínimo escandalosa, uma vez que as quebras de produção

ultrapassam em média os 60 por cento, havendo freguesias e agricultores onde essa quebra é superior a 90 por cento. Para mais, a «mini» reforma do azeite, que este ano entra em vigor, passa a tratar em pé de igualdade os pequenos e grandes agricultores no que respeita à ajuda à produção. Ou seja, os pequenos agricultores perdem a bonificação, havendo casos em que nem sequer vão ter ajuda, dada a fraca produtividade.

No que respeita aos anunciados 10 milhões de contos, o PCP considera que os critérios de selecção são tão «rigorosos e selectivos» que apenas poderão vir a ser «emprestados alguns tostões» ao agricultor, sendo que só os agricultores que contribuíram para o fundo de calamidade e fizeram seguro agrícola - uma ínfima minoria - poderão usufruir destas medidas.

Ou seja, trata-se de medidas tão demagógicas e eleitoralistas

como a «propagandeada isenção de pagamento à segurança social» que, por manter os princípios da Portaria, apenas contempla os concelhos e culturas afectadas e é praticamente impossível de atingir pela maioria dos agricultores. É, por exemplo, o caso de Vila Flor, Mirandela e Macedo, onde apenas os fruticultores e viticultores serão abrangidos e só se não ultrapassarem os 5 hectares.

Assim, os comunistas, para quem estas medidas - «construídas nos laboratórios da capital» - mostram o desconhecimento do Governo em relação à região, exigem a correcção «definitiva e imediata» da Portaria 15-A/99 e reafirmam as exigências que apresentaram na conferência de imprensa de Outubro: medidas de combate ao surto de brucelose que grassa na região; apoio aos produtores de Castanheiro/Castanha, vítimas da proliferação do cancro e da tinta e imediata alteração à Lei do Seguro Agrícola.



## Prosseguem os debates do «Portugal 2000»

O poder dos *media* e quem detém o poder nos *media* foram os limites que balizaram a discussão durante a vigésima iniciativa do «Portugal 2000, debates para uma política de esquerda», que teve lugar em Lisboa, na passada quinta-feira. No auditório da Radiodifusão Portuguesa encontraram-se Fernando Correia, Mário Mesquita, Vítor Dias, Paquete de Oliveira, Miguel Portas, Ruben de Carvalho e mais meia centena de participantes. Sublinhada a importância do tema e a sua ligação visível ao funcionamento da democracia, os oradores disertaram sobre o papel dos jornalistas na sua actividade profissional, a relação entre *media* e os poderes político e económico, as mutações nos meios de comunicação de massas e nos públicos, as vias para melhor garantir o direito a informar e a ser informado.

Na tarde de terça-feira realizaram-se em Lisboa dois debates, sobre «Qualidade para o sucesso no ensino superior» (tema que esteve em foco no sábado, em Beja) e sobre «Advogados e advocacia - presente e futuro».

## Sargentos comemoram o 31 de Janeiro

Decorrem durante os próximos dias várias iniciativas dos sargentos, comemorativas do 31 de Janeiro. Este ano, o lema das comemorações é «Por umas Forças Armadas modernas. Direitos de cidadania para os militares».

O vasto conjunto de iniciativas, promovido pela Associação Nacional de Sargentos, inserindo-se numa tradição comemorativa desta data, por parte desta classe, que pretende que o 31 de Janeiro seja consagrado como o Dia Nacional do Sargento, constitui também um momento de discussão e reflexão acerca dos problemas concretos com que se debatem os sargentos e os militares em geral. Problemas socioprofissionais de índole vária estarão em discussão, já que o mal-estar pela sua não resolução tem vindo a acentuar-se.

## TRABALHADORES

## Setúbal

O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas apresentou segunda-feira ao governador civil de Setúbal algumas grandes preocupações relativamente à situação social e laboral em empresas do distrito, admitindo avançar com uma acção de protesto para exigir que as multinacionais respeitem as leis do trabalho e os direitos dos trabalhadores. O SIESI/CGTP alertou Alberto Antunes para a redução dos níveis de emprego permanente, com informações sobre manobras de deslocalização da produção, na fábrica da Siemens em Corroios, na Sistel e na Ford Electrónica; para o impasse na aplicação do plano de recuperação da Agerre-Teixeira Ramalho; para a proliferação do trabalho precário, «com a permissividade da IGT», em empresas como a Indelma, a Pioneer, a Delphi e a Ford Electrónica; para o desenvolvimento em massa de doenças profissionais; para a desregulamentação dos horários de trabalho, notando-se já a tendência para transformar sábados e domingos em dias «normais» de laboração.

## Projornal

Cerca de 50 trabalhadores foram contactados para rescindirem os seus contratos com a Projornal, depois de Pinto Balsemão ter tomado o controlo da empresa, após a recente fusão da Abril/Controljornal com a Edipresse Internacional. Para o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, não se pode falar apenas em cinquenta despedimentos, quando muitos outros trabalhadores viram terminar a sua ligação profissional à Projornal, ainda que precária (recibos verdes, trabalho à peça ou à hora). «Nem tudo vai bem no reino dos grandes grupos económicos», comenta o sindicato, notando que «o que para poucos (empresários) é bom, para muitos (trabalhadores) é mau».

## Texas

Cerca de 350 trabalhadores da TISEP (Texas Instruments - Samsung Electrónica Portugal) e familiares fizeram da recente reunião extraordinária da Assembleia Municipal da Maia a mais participada de todos os tempos. Convocada por iniciativa da CDU, a AM aprovou por unanimidade uma moção sobre o anunciado encerramento da fábrica, que deixa sem emprego 750 pessoas. Mereceu fortes aplausos a intervenção do eleito da CDU, Joaquim Gaspar, dirigente sindical no sector das indústrias eléctricas, que teceu fortes críticas ao comportamento do Governo neste processo e alertou para as dificuldades que vai provocar na região a perda anual de 2,5 milhões de contos de salários.



Os trabalhadores respondem com a luta à ofensiva contra os direitos e exigem melhores remunerações, face aos elevados lucros das empresas (foto de arquivo)

## Paralisações e protestos em vários sectores e empresas

## Greve na Petrogal com razão acrescida

Evitar a greve de hoje e amanhã passa pela satisfação das reivindicações justas dos trabalhadores e não por medidas ilegais, retaliatórias e repressivas, salienta a Fequimetal/CGTP-IN.

Na passada sexta-feira, a administração da Petrogal proibiu uma reunião de representantes dos trabalhadores na refinaria de Sines, o que suscitou fortes protestos dos sindicatos e levou a Federação Intersindical da Metalurgia e da Química a realçar que «os trabalhadores estão agora mais unidos e firmes no seu propósito de fazer greve geral nos dias 28 e 29, complementada com greve ao trabalho suplementar das zero horas do dia 26 às 24 horas do dia 31. «Está nas mãos da administração evitar a greve», afirma a Direcção Nacional da Fequimetal, sublinhando que «a Petrogal obteve em 1998 mais de 30 milhões de contos de lucro e, como tal, não tem razões para recusar as reivindicações dos trabalhadores», que exigem melhores remunerações em 1999 (um aumento mínimo de 10 mil escudos), um prémio de produtividade equivalente a dez por cento do salário médio efectivo da empresa por cada milhão de contos de lucro, um subsídio de penosidade/perigosidade, um plano de carreiras, a semana máxima de 38 horas a partir de 1 de Maio deste ano, entre outros pontos apresentados para negociação, entretanto bloqueada pelos responsáveis da empresa.

A federação responsabiliza também o Governo por este conflito, pois não tomou medidas para o resolver, apesar de o Estado ser accionista maioritário na Petrogal.

Ainda no sector químico, estava convocada uma greve para ontem na Borealis, onde a Fequimetal denunciou a redução de postos de trabalho (pondo em risco a segurança das instalações), transferência compulsiva de funções e colocação de trabalhadores em salas desactivadas. No Grupo Gás de Portugal a

greve pode deflagrar no início de Fevereiro, para protestar contra a forma como está a ser conduzido o processo de encerramento do gás de cidade e sua substituição pelo gás natural, com privatizações de empresas e serviços e destruição de 250 postos de trabalho (metade do pessoal do grupo).

Hoje chega ao fim uma greve de dois dias do pessoal das empresas de limpeza industrial (excepto a Conforlimpa, com quem o STAD/CGTP chegou a acordo), que exigem a manutenção de direitos e aumentos salariais dignos, objectivos prejudicados pela assinatura que uma organização da UGT concedeu às pretensões patronais.

Contra a imposição de suplementos de residência que vão reduzir a remuneração dos professores do ensino português no estrangeiro, estes voltaram na semana passada à greve, com adesões de mais de 50 por cento na Suíça e Alemanha, de 65 a 70 por cento em França e na Inglaterra, de 90 por cento em Luxemburgo e de cem por cento em Espanha, segundo o SPE/Fenprof.



A CGTP promove acções de luta em todo o país

Sexta-feira à tarde foi declarada greve nos estabelecimentos fabris do Exército, para permitir a participação numa concentração junto à residência oficial do primeiro-ministro. A federação dos ferroviários decretou greve, de 27 de Janeiro a 5 de Fevereiro, à condução de circulações em regime de agente único.

## Jornada nacional na próxima semana

Na primeira semana de Fevereiro as estruturas da CGTP-IN levam a cabo uma série de acções de esclarecimento, mobilização e luta de trabalhadores. As iniciativas desta jornada nacional, decidida no último plenário de sindicatos da central, deverão ter o seu ponto alto no dia 4, quinta-feira, com concentrações e outras manifestações públicas em Lisboa, Setúbal e outros centros urbanos. No Porto, terá lugar uma concentração na quarta-feira, dia 3.

O pacote laboral e a ofensiva legislativa contra muito importantes direitos dos trabalhadores surge no topo dos motivos que levaram à convocação da jornada, e onde se incluem também exigências de melhorias salariais significativas, de redução dos horários de trabalho, de medidas para defesa do emprego e da estabilidade

## O logro das férias é um brinde ao patronato

A proposta de lei sobre férias, aprovada pelo Governo na semana passada para envio ao Parlamento, apenas garante dez dias úteis de férias anuais, embora o executivo insista em fazer crer que está a aumentar o período de férias para mais dois dias do que os actuais 22. O problema é que, para além dos dez dias, o período de férias fica dependente da assiduidade.

Suscitou fortes críticas, a par do gravoso conteúdo, a forma como esta modificação - uma das peças que compõem o pacote de alterações à legislação laboral, preparado pelo Governo na sequência do acordo de Concertação Estratégica - é apresentada. Para a CGTP-IN, trata-se de «publicidade enganosa» e a proposta de lei constitui «mais um "brinde" que o Governo oferece ao patronato, que, para além de ter de pagar menos subsídio de férias aos trabalhadores, ficaria com o poder de decidir, em muitos casos, quais as faltas que seriam, ou não, descontadas nas férias» - como é referido numa nota do Departamento de Informação da central, divulgada pela União dos Sindicatos de Santarém.

A União dos Sindicatos de Setúbal considera que a aprovação deste projecto significaria «um recuo gravíssimo na legislação laboral», sublinhando que «as faltas ao trabalho já são penalizadas por lei e pela contratação colectiva». A União dos Sindicatos de Braga lembra que o texto do Governo tem que chegar à AR, passar pela discussão pública e só depois poderá ser agendado; salienta que na proposta governamental o direito a férias seria reduzido, por exemplo, devido a faltas justificadas por doença, por consultas pré-natais ou por assistência a recém-nascidos ou familiares.

O Comité Central do PCP, no documento saído da reunião de domingo e segunda-feira, afirma a necessidade de intervenção activa do Partido no combate contra esta e demais peças do pacote laboral, alertando os trabalhadores, em especial as mulheres e os jovens, para os perigos que pendem sobre importantes direitos.

## Regina

O ministro do Trabalho foi o destinatário do protesto que os trabalhadores da Fábrica de Chocolates Regina, sem trabalho e sem salários há um ano, decidiram levar a cabo ontem de manhã, em Lisboa. O motivo que levou à convocação da concentração, segundo uma nota dos ORTs da empresa divulgada pelo sindicato da Alimentação do Sul e Tabacos, prende-se com o facto de até hoje os trabalhadores ainda não terem sido recebidos por Ferro Rodrigues ou representantes do Ministério para discutir o conflito laboral e procurar soluções.

## Seguros

Aumentos de 2,7 por cento foram propostos pela Associação Portuguesa de Seguradores na primeira sessão das negociações da tabela salarial para 1999, que se iniciaram sexta-feira passada, informou o Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte. Tal como o sindicato do Sul e Regiões Autónomas, o STSN apresentou uma proposta de 5,5 por cento, a que a APS respondeu inicialmente com 1,5. As negociações prosseguem na terça-feira, reclamando os sindicatos uma actualização salarial que tenha em conta os ganhos de produtividade, a aproximação aos vencimentos praticados em média na UE e a reposição do poder de compra.

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Deslocalização de multinacionais  
deixa rasto de desemprego

## «A outra face do paraíso rosa»

## Ensino nocturno



O Governo está a proceder ao encerramento do ensino nocturno em muitas escolas,

interditando por esta forma a única via ainda aberta a muitos trabalhadores para aumentarem a sua escolaridade, acusou o deputado comunista Bernardino Soares. Foi na passada semana, na sessão de perguntas ao Governo, com a secretária de Estado, Ana Benavente, na resposta, a falar de «reorganização» e a dizer não estar em causa qualquer diminuição da oferta.

Bernardino Soares demonstrou-lhe que assim não é, invocando o facto de o Governo ter optado pelo «esquema profissionalizante», em vez de criar condições para que os alunos que o desejam possam fazer a sua escolaridade.

«O ensino não é um meio para profissionalizar a juventude. O caminho da via profissionalizante é quase sempre o caminho da exclusão», sublinhou o deputado do PCP, antes de alertar para o perigo de o Ministério da Educação estar a fazer também para o ensino nocturno «os currículos alternativos de forma a excluir os alunos mais depressa do sistema».

## Propaganda eleitoral



A Assembleia da República aprovou na generalidade um projecto de lei do PCP que alarga a aplicação dos princípios de

propaganda eleitoral e a observância das obrigações de neutralidade das entidades públicas à data da marcação das eleições. As leis eleitorais regulam alguns princípios básicos da propaganda eleitoral (designadamente os princípios da liberdade e da igualdade entre as candidaturas) e os deveres de neutralidade e imparcialidade das entidades públicas perante as candidaturas. Conforme salientou no debate o deputado António Filipe, tais princípios não devem ser observados apenas durante o período oficial de campanha eleitoral, mas desde logo a partir da publicação do decreto que marque as eleições. «Só assim se poderá contribuir para dissuadir tendências já verificadas no passado para instrumentalizar lugares públicos com fins eleitorais», sublinhou. Este projecto de lei foi discutido conjuntamente com iniciativas legislativas do Governo e do PSD que visam reduzir prazos aplicáveis aos processos eleitorais e com uma proposta governamental relativa à composição das mesas de voto e à atribuição de uma gratificação aos seus membros. Todos os projectos foram aprovados na generalidade na passada quinta-feira, tendo baixado à Comissão para apreciação na especialidade.

O comportamento das transnacionais no nosso país traduzido quer no encerramento de unidades produtivas quer na decisão de desinvestir foi energeticamente condenado pelo Grupo Parlamentar do PCP. O assunto foi por si levado à Assembleia da República, na passada semana, em debate de urgência, onde voltou a ser posta em evidência a atitude de cedência e de completa ineficácia do Governo perante o poder de «quem tudo pretende submeter aos seus objectivos de máximo lucro».

Para alterar este estado de coisas o Grupo comunista entregou na Mesa do Parlamento um projecto de resolução que, entre outras medidas, sugere ao Governo uma maior intervenção nas instâncias internacionais por forma a disciplinar o Investimento Directo Estrangeiro e os processos de deslocalização das empresas.

Em causa está, concretamente, a decisão de fechar as portas tomada nos últimos tempos por várias multinacionais, motivada na generalidade dos casos pela deslocalização para outros países, com as consequências daí decorrentes no plano do desemprego e de dificuldades para as regiões onde estavam implantadas.

De acordo com a estimativa feita pelo deputado comunista Lino de Carvalho, que interveio em nome da bancada do PCP, o número de trabalhadores atingidos por este novo quadro ultrapassa os nove mil, a que importa juntar as centenas de postos de trabalho de empresas subcontra-

tadas que orbitam à volta das multinacionais.

«Esta é a outra face do paraíso rosa. Menos mediatizada e ausente dos gloriosos e constantes discursos do Governo, mas dramaticamente real», fez notar Lino de

Carvalho, depois de elencar um extenso rol de empresas que testemunham esta triste realidade.

Entre muitas outras, recordou, estão a Texas Instruments - Samsung Electronic (Maia), a Nestlé, a ERU, a Siemens, a Ford, a Renault, a Yazaki-Saltano (Gaia), a Philips (Ovar), a Delphis (Castelo Branco); a Grundig - Auto Rádios (Braga), a Borealis (Sines).

Na base do processo de decisão que leva ao encerramento, invariavelmente, aparece como pretexto o mesmo argumento: a deslocalização para outros países em busca da «máxima taxa de lucro e de remuneração dos capitais».

Como observou Lino de Carvalho, «à custa de tudo e de todos», partem à «procura de outros "paraísos"» onde a «exploração de mão-de-obra seja ainda mais mal paga do que em Portugal, muitas vezes com violação dos direitos mais elementares, designadamente com recurso ao trabalho infantil e à custa de um menor preço ambiental».

Mas não menos chocante que este comportamento das multinacionais é, noutra plano, a atitude do Governo. Lino de Carvalho não hesitou em afirmar que, a este respeito, «nada ou pouco mais que nada» foi feito pelo Governo PS.

«Não se ouve nem ao Primeiro-Ministro nem ao ministro da

Economia uma palavra crítica», acusou, antes de verberar, por outro lado, a recusa do Governo em divulgar as condições dos contratos e dos compromissos assumidos pelas transnacionais e de condenar o que disse ser a postura de «cócoras» perante os seus ditames.

Pior ainda - e esta foi outra das acusações do deputado do PCP - o Governo «procura apoiar-se neste processo para pressionar os trabalhadores a aceitarem cada vez mais medidas de desregulamentação da legislação laboral, de aceitação do trabalho precário, de diminuição dos seus direitos e de salários baixos».

Embora saiba que «o problema não se confina às fronteiras nacionais», Lino de Carvalho entende que o Governo não pode desresponsabilizar-se, competindo-lhe, nos foruns internacionais, suscitar o debate em ordem à adopção de medidas que travem este processo, do mesmo modo que tem a obrigação no plano interno de accionar mecanismos que «penalizem quem assim se comporte», protegendo, simultaneamente, os direitos dos trabalhadores.

«E que uma coisa é a globalização. Outra, bem diferente, são as opções neoliberais que a alimentam e que conduzem às políticas de desregulamentação do investimento directo estrangeiro, aos gigantescos movimentos especulativos de capitais, à liquidação dos direitos laborais», esclareceu.

Há que impor regras  
às multinacionais

Entre as várias medidas propostas no projecto de resolução apresentado pelo PCP para combater a deslocalização de empresas está a sugestão ao Governo para que este suscite nas instâncias internacionais (União Europeia, OCDE, ONU, ONU) um debate de que possa resultar a adopção de mecanismos visando o estabelecimento de regras que disciplinem o comportamento das multinacionais e o Investimento Directo Estrangeiro.

Defendida no texto subscrito pela bancada comunista e entregue na Mesa do Parlamento faz hoje oito dias é, por outro lado, a revelação pública dos contratos e ajudas outorgadas em caso de deslocalização de empresas. Recorde-se que muitas delas, principalmente multinacionais, fecharam as portas em desrespeito por contratos e compromissos assumidos, isto depois de terem

beneficiado de elevados apoios financeiros do Estado.

Proposta é também a alteração da legislação sobre indemnizações por despedimentos, com aumento dos valores a pagar aos trabalhadores que perdem o seu emprego em consequência de processos de deslocalização.

Realce no projecto de resolução merece ainda a proposta de um programa público de apoio às autarquias de municípios vítimas de prejuízos decorrentes do encerramento de empresas, bem como, noutra vertente, a proposta de que as empresas que procedam dessa maneira em violação de acordos e contratos sejam obrigadas não apenas a reembolsar as ajudas públicas que lhes foram concedidas como a indemnizarem os países e municípios onde tais processos ocorrem.

Suspensão da co-incineração  
aprovada pelo Parlamento

Debatido na passada semana, o projecto de deliberação do Partido Ecologista «Os Verdes» reclamando a imediata suspensão do processo de co-incineração em Souselas e Maceira foi aprovado pela Assembleia da República. A iniciativa recolheu os votos favoráveis de todos os partidos da oposição, bem como de oito deputados da bancada do PS. Os restantes votaram contra, registando-se ainda a abstenção de um deputado socialista eleito por Leiria. Embora tenha um carácter de recomendação, que não vincula obrigatoriamente o Governo, este projecto de deliberação não deixa de constituir uma severa condenação à sua política em matéria de resíduos industriais e às opções por si adoptadas neste domínio.

Saudando esta iniciativa de «Os Verdes», Joaquim Matias, em nome da bancada comunista, considerou-a de «inegável oportunidade», afirmando corresponder às posições desde sempre adoptadas pelo PCP nesta matéria.

O parlamentar comunista reiterou o apelo à urgente interrup-

ção do processo, por forma a que os erros que o enfermam possam ser corrigidos e, por essa via, venha a ser aberto caminho a uma correcta solução do problema.

É que - e esta foi a questão central para a qual chamou a atenção -, sendo certo que o que está em causa é a necessidade de pôr cobro à caótica situação dos resíduos industriais em Portugal, salvaguardando os interesses ambientais, a saúde pública e qualidade de vida das populações, a verdade é que nada disto foi garantido com a decisão do Governo.

Pelo contrário, lembrou Joaquim Matias, o que o processo revelou, sobretudo pela forma como foi conduzido, foi a preocupação governamental por atender aos «aspectos economicistas do problema em detrimento dos objectivos fundamentais», o que acabou por conduzir à «firme e justa oposição das populações».

Para além de «precipitada», a decisão veio assim a confirmar-se «errada», no entender da ban-

cada comunista, uma vez que foi tomada sem que o Governo estivesse na posse de todos os dados. Isso mesmo ficou demonstrado na interpelação realizada em meados de Dezembro último, como assinalou o deputado do PCP, que recordou o embaraço então evidenciado pelo Governo quando confrontado com questões concretas e objectivas, a que não foi capaz de responder, pela razão simples

de que os estudos eram insuficientes em aspectos essenciais.

Joaquim Matias voltou a lembrar que o próprio Conselho Nacional do Ambiente reconheceu não haver condições materiais para decidir no imediato, havendo ainda a registar a posição da Comissão de Análise do Estudo de Impacte Ambiental que, por seu lado, alertou também o Governo para o facto de o Estudo ter graves lacunas, tendo

recomendado, entre outras questões, alternativas à estação de tratamento a localizar no Barreiro.

Neste quadro, para a bancada do PCP, do que se trata, pois, é de proceder à suspensão do processo - «é um imperativo nacional», chamou-lhe Joaquim Matias -, avançando simultaneamente com «estudos credíveis» que apontem soluções que venham a ser debatidas publicamente e que reúnam o desejável consenso.

Governo deve suspender um processo que se mostrou errado e encontrar soluções credíveis



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# Em projecto de lei do PCP Solução para as listas de espera e melhores serviços de saúde

Milhares de portugueses têm de esperar por uma intervenção cirúrgica ou por uma consulta externa

A Assembleia da República deverá votar hoje o projecto de lei do PCP que resolve o problema das listas de espera nos Serviços de Saúde. Debatido faz hoje oito dias, juntamente com um projecto do PSD sobre idêntica matéria, o diploma da bancada comunista tem em princípio a sua passagem assegurada, face à receptividade nesse sentido já manifestada pelo Grupo socialista.

Destino diferente prevê-se que tenha o projecto do PSD em resultado da posição assumida pelo PS que deixou claro o propósito de manter o mesmo sentido de voto adoptado na sessão legislativa anterior e assim inviabilizar a sua aprovação.

Do debate agora suscitado saem, assim, com a aprovação do projecto de lei do PCP, resultados concretos que o Governo não pode deixar de levar em linha de conta. Octávio Teixeira não o ignorou, registando o facto para dizer que uma tal aprovação «faz com que agora o governo tenha a obrigação legal de tomar as medidas todas para resolver o problema».

E a verdade é que não falamos de um problema menor. Com efeito, só nas unidades hospitalares, calcula-se em mais de

oitenta mil o número de pessoas inscritas em listas de espera para receber tratamento ou para ser consultado.

Trata-se de uma situação dramática que atinge milhares de portugueses, a quem é negado o direito a receber os cuidados de saúde de que necessitam e que assim se vêem obrigados, como salientou no debate o deputado comunista Bernardino Soares, a continuar a esperar por uma intervenção cirúrgica ou por uma consulta externa bem mais do que seria clinicamente aceitável.

Perante a incapacidade até agora revelada pelo Governo para resolver o problema, o que está em causa, pois, é não apenas a resolução das listas de espera, como, simultaneamente, uma maior eficácia e um melhor

aproveitamento dos recursos do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Ora é justamente a resposta a estas questões que a bancada comunista inscreve no seu projecto de lei, ao estabelecer, desde logo, a «criação de condições para que todos os que aguardam cuidados de saúde não esperem mais do que o tempo clinicamente aceitável para os obter».

Neste capítulo reside, aliás, como sublinhou Bernardino Soares, uma das diferenças que separam o projecto de lei do PCP do diploma subscrito pelo PSD. Enquanto o primeiro define o tempo de espera clinicamente aceitável caso a caso, aquele último estabelece rigidamente um período único de 90 dias, deixando assim de fora «situações que exigem intervenção mais célere, como acontece por exemplo com alguns tipos de cataratas ou com hérnias discais».

Nota de relevo no diploma do Grupo comunista merecem igualmente as medidas nele previstas no sentido de introduzir maior racionalidade no aproveitamento dos meios existentes. Partindo da avaliação da capaci-



dade instalada nos serviços públicos, o projecto promove a sua utilização na resolução dos estrangulamentos existentes, no pressuposto de que «a falta de resposta do SNS a muitas situações não deriva do esgotamento da sua capacidade mas sim do seu não aproveitamento».

Tendo presente este princípio e na perspectiva de resol-

ver as necessidades mais urgentes de cuidados de saúde, o projecto admite, todavia, o recurso a meios externos ao SNS quando este não possa responder às necessidades dos utentes, mas sempre e só de modo «subsidiário e não preferencial».

Este é, aliás, um aspecto a que o Grupo comunista é parti-

cularmente sensível, porquanto, como sublinhou Bernardino Soares, uma das causas da existência de listas de espera, a par do subfinanciamento, tem claramente a ver com a «política de desarticulação do SNS, de baixa da sua produtividade, a par do aumento da prestação privada por via convencional».

## Metro ligeiro do Porto

# Corresponder às expectativas sem mais adiamentos

Continuam por clarificar algumas questões e problemas relacionados com a construção do Metro ligeiro na Área Metropolitana do Porto. Não obstante os progressos recentemente registados, nomeadamente com a formalização do

contrato de adjudicação, persistem aspectos que carecem de urgente esclarecimento, como é o caso do alargamento da rede à cidade de Gondomar, bem como à Exponor e ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro.

Motivo de preocupação para o Grupo Parlamentar do PCP, que levou o assunto a plenário numa das sessões plenárias da semana transacta, é também o eventual abandono do projecto de duplicação da linha da Póvoa. Considerando essa hipótese inaceitável, a bancada comunista defende que a inclusão das linhas ferroviárias Porto-Póvoa do Varzim e Porto-Trofa no sistema de metro ligeiro tem de corresponder a uma efectiva melhoria da qualidade do serviço prestado aos utentes.

Outra das questões suscitadas pelo Grupo comunista, através do seu deputado Pimenta Dias, prende-se com a necessidade de ser clarificada a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores da CP e da REFER afectos aos serviços de transporte e de gestão ferroviária a extinguir nas linhas da Póvoa e de Guimarães (até à Trofa) com a entrada em funcionamento do sistema de metro ligeiro. Para Pimenta Dias, todos os direitos e regalias «têm que ser salvaguarda-

dos», sob pena, alertou, de este projecto considerado fundamental para a Área Metropolitana do Porto poder transformar-se «em mais um foco de conflitos laborais».

A importância decisiva que esta grande infra-estrutura assume para os municípios do Grande Porto, designadamente para a resolução dos crónicos problemas de mobilidade que afectam mais de um milhão de pessoas, foi, aliás, um dos aspectos para o qual Pimenta Dias chamou a

atenção na sua intervenção, no decorrer da qual recordou ainda a posição de firme apoio do PCP a esta solução.

Formulado pelo parlamentar do PCP foi ainda o voto de que os trabalhos de construção do metro ligeiro, depois dos sucessivos adiamentos que o projecto já conheceu, atinjam «rapidamente a velocidade de cruzeiro» por forma a que «as expectativas das populações não saiam, mais uma vez, defraudadas».

## Urgem esclarecimentos

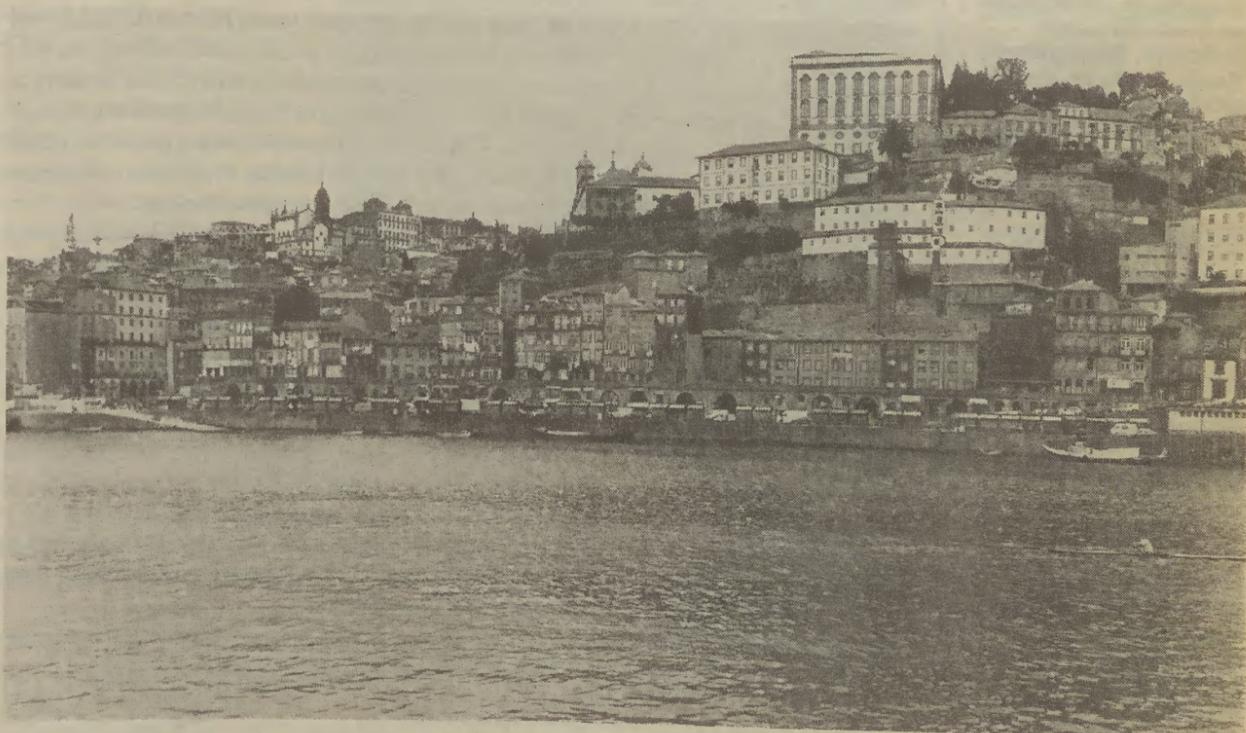
O Grupo Parlamentar do PCP requereu, entretanto, a apreciação parlamentar (ratificação) do diploma que atribui o regime de concessão do metro ligeiro do Porto e que aprova as bases que a regulam. Pese embora a consideração de que este decreto-lei representa um passo de enorme importância para o arranque do projecto, atendendo sobretudo aos sucessivos atrasos de que o processo foi alvo na última década, a bancada comunista é de opinião que há aspectos que carecem de clarificação.

Dá a sua iniciativa de chamar o diploma para apreciação parlamentar, com vista a clarificar, nomeadamente, os seguintes pontos:

- Se a transferência das infra-estruturas existentes desde a Trindade até à Póvoa do Varzim para a sociedade Metro do Porto, S.A. implica a paralisação do programa de electrificação e duplicação previsto para aquela linha ferroviária.

- A concessão contempla desde já a segunda fase do sistema de metro ligeiro com o alargamento da rede até à Exponor, ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro e, prioritariamente, à cidade de Gondomar.

- A salvaguarda dos direitos dos trabalhadores da CP e da REFER afectos aos serviços de transporte e de gestão ferroviária a extinguir nas linhas da Póvoa e de Guimarães com a entrada em funcionamento do novo sistema.



O sistema de metro ligeiro é fundamental para superar os problemas crónicos que condicionam a mobilidade de mais de um milhão de pessoas na área do Grande Porto

## INTERNACIONAL

## Polícias francesas protestam

Cerca de 10.000 polícias manifestaram-se nas ruas de Paris contra um plano governamental de reposicionamento das suas forças e reclamando maiores recursos para a incorporação. Os agentes receberam o apoio de dezenas de presidentes de câmaras, que encabeçaram a manifestação do passado fim-de-semana, preocupados com a possibilidade do governo encerrar algumas esquadras. O governo francês pretende redistribuir os polícias, reduzindo os efectivos em algumas cidades e aumentar o seu número em cidades com taxas de crime mais elevadas. A polícia defende que a solução é recrutar mais agentes e não proceder a cortes nas forças policiais, e pretende o aumento de verbas para desempenhar com eficácia as tarefas que lhe cabem.

## Protestos no Irão

Cerca de dez mil iranianos assinalaram o aniversário da morte de Mehdi Bazargan, na passada quinta-feira, numa cerimónia realizada na mesquita Hosseiniyeh-Erhad, no norte de Teerão. A cerimónia religiosa transformou-se numa manifestação política, com a multidão a gritar palavras de ordem contra os conservadores e em louvor de Mehdi Bazargan, do Mohammad Mossadegh, antigo primeiro-ministro nacionalista do xá nos anos 50, e do presidente da república, Mohammad Khatami. A polícia interveio no final do encontro para dispersar os seguidores daquele conhecido opositor ao regime iraniano, do que resultaram vários feridos ligeiros. Os manifestantes reclamaram a demissão do ministro da informação, Ghorbanali Dorri-Najafabadi, e uma «reforma profunda» da organização da rádio e da televisão do Estado, controladas pelos conservadores. Exigiram igualmente a demissão do chefe do poder judiciário, Mohammad Yazdi. Chefe do governo provisório saído da revolução islâmica de 1979, Bazargan liderou o Movimento pela libertação do Irão, MLI, uma organização islamista liberal, não reconhecida mas tolerada pelo regime. Bazargan faleceu em 1995, aos 88 anos.

## Mísseis para a Turquia

A Turquia já recebeu dos EUA os elementos de mísseis Patriot destinados a ser instalados na base área de Incirlik, anunciou a agência Anatólia. Alegadamente, as armas destinam-se a proteger o país contra um eventual ataque aéreo iraquiano.

Roménia  
Acordo com mineiros evita estado de emergência

Os mineiros romenos e o governo chegaram a acordo na sexta-feira, o que permitiu pôr termo ao movimento grevista e à marcha sobre Bucareste. Embora o ministro das Finanças, Decebel Traian Remes, se tenha recusado a explicitar o conteúdo do acordo, fontes dos mineiros afirmaram ter sido alcançado um aumento de 30 por cento dos salários.

Na véspera das negociações, a Roménia esteve à beira do caos. O Presidente romeno, Emil Constantinescu, ameaçou proclamar o estado de emergência se os grevistas não renunciassem à sua marcha sobre a capital, enquanto o ministro da Justiça, Valeriu Stoica, admitia a ilegalização do partido Romania Mare (Grande Roménia), de extrema-direita, suspeito de estar por trás da «revolta dos mineiros».

A situação acabou mesmo por «derrapar» na quinta-feira, com os milhares de mineiros concentrados em Horezu (200 quilómetros a oeste de Bucareste) a retomarem a sua marcha a pé em direcção à capital, enquanto as forças da ordem procuravam impedir o seu progresso lançando granadas de gás lacrimogénico. Os confrontos que se seguiram provocaram baixas de ambos os lados. Segundo dados oficiais, registaram-se 133 feridos, 124 dos quais polícias.

Entretanto, o ministro do Interior, Gavril Dejeu, acusado de fraqueza na condução das forças da ordem, demitiu-se, sendo substituído por Constantin Dudu Ionescu, um antigo secretário de Estado no Ministério da Defesa.

As negociações decorreram num clima de tensão exacerbada, tendo como protagonistas, por um lado, os dirigentes dos mineiros, Miron Cozma e Romea Beja, e, por outro lado, o primeiro-ministro Radu Vasile e o seu ministro das Finanças, Decebel Traian Remes. O encontro efectuou-se no mosteiro da cidade de Cozia (a 150 Km de Bucareste) na presença de um bispo da Igreja Ortodoxa, cuja influência entre a comunidade mineira é reconhecida.

Em greve desde 4 de Janeiro, os grevistas reclamavam um aumento de 35 por cento dos seus salários e o fim do encerramento das minas ditas não rentáveis. Por seu lado, o executivo romeno escudava as suas posições alegando uma quebra na procura de carvão da ordem dos 44 milhões de toneladas em 1996 e de 33 milhões de toneladas em 1997.

Tanto quanto se sabe, para além dos aumentos salariais, os sindicatos aceitaram empenhar-se na redução de 30 por cento nos défices da sua empresa, tendo como contrapartida a anulação das dívidas da empresa das minas. O conflito parece ter sido sanado de momento, mas o caldeirão em que a revolta mineira foi cozinhada está longe de ter arrefecido.

## O vale de lágrimas

A revolta dos mineiros nasceu no vale de Jiu, conhecido na Roménia como o «vale de lágrimas», ou o exemplo acabado do resultado de uma política liberal votada ao fracasso social. Ali sobrevive-se num inferno quotidiano: a taxa de desemprego é de 25 por cento, quando a média nacional é de 10 por cento; as condições trabalho nas minas - para os que têm trabalho - nada deve à dos tempos da escravatura. «Já não temos nada. Nem aquecimento, nem água quente, as nossas casas são de uma austeridade incrível, nem os animais aí querem ficar», diz um mineiro citado pelo diário francês *L'Humanité*. «Perdemos a esperança. Morremos aos poucos. Se não nos dão trabalho, que será dos nossos filhos? Nunca o desespero foi assim tão grande.»

Em Setembro de 1997, o governo propôs a 100.000 mineiros a rescisão do contrato mediante o pagamento de dois anos de salário. O dinheiro foi-se sem que tivessem qualquer possibilidade de se reverter numa zona dominada pela monoindústria. Em Jiu, ascendem a 20.000 os mineiros no desemprego e que não têm praticamente nada.

Compreende-se assim a revolta suscitada em Dezembro último quando o governo apre-



A revolta dos mineiros romenos levou o país à beira do caos, obrigando o governo a um acordo de aumentos salariais

Extrema-direita  
capitaliza descontentamento

O legítimo protesto dos mineiros romenos tem vindo a ser capitalizado pelo partido de extrema direita Romania Mare (PRM).

Segundo o ministro romeno da Justiça, «a reacção dos mineiros [à anunciada intenção de encerramento de algumas minas] é, em certa medida, explicável, mas o ataque contra as instituições do Estado não se explica a não ser pelo comunicado do Partido Romania Mare (PRM)», incitando-os a «prosseguirem o seu protesto até ao derrube do regime».

As ligações entre o movimento grevista e o PRM não são segredo para ninguém: Miron Cozma, dirigente dos mineiros romenos, per-

tence àquele partido. O presidente do PRM, o senador Corneliu Vadim Tudor, aproveitou os últimos acontecimentos para apelar à «indisciplina» das forças da ordem encarregadas de bloquear o avanço dos grevistas até à capital e solicitou às representações regionais do partido que se solidarizassem com os mineiros. Corneliu Vadim é acusado pelo responsável pela pasta da Justiça de ter em várias ocasiões classificado a revolta dos mineiros como uma «revolução de libertação nacional» e de ter apelado à criação de um «Conselho Revolucionário» para a tomada do poder, num discurso pronunciado no parlamento.

sentou um plano de encerramento de 30 empresas do Estado e de 30 minas, consideradas não rentáveis. Quatro dessas minas situam-se em Jiu e, segundo os trabalhadores, duas são ainda exploráveis. Apesar do plano social prever «indemnizações

avultadas», desta vez os trabalhadores não morderam o isco.

O plano governamental tinha por objectivo conseguir junto do FMI um quinto acordo para um empréstimo de 2,8 mil milhões de dólares, permitindo o reembolso de uma parte da dívida

externa que ascende a 10,5 mil milhões de dólares. As possibilidades de um novo empréstimo são reduzidas, pois o FMI está céptico quanto à capacidade do governo respeitar os acordos assumidos. Os anteriores acordos não foram cumpridos.

## UNICEF alerta

## 48 milhões precisam de ajuda

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) estima serem necessários cerca de 136 milhões de dólares (23,2 milhões de contos) para um auxílio de emergência a 20 países em situação particularmente grave. Segundo aquela organização, situa-se em 48 milhões o número de crianças e mulheres - vítimas da guerra, desastres naturais e formas de violência e de exploração, em todo o mundo -, que necessitam de ajuda.

A directora executiva da instituição, Carol Bellamy, afirma que «difícilmente na História terá havido um tão grande número de pessoas em situação tão desesperada».

«O cenário das guerras que se travam no mundo mudou e actualmente as mulheres e as crianças não apenas são as primeiras vítimas, como são por vezes obrigadas a participar nas hostilidades», sublinhou.

Em apenas quatro anos, o número de países em guerra civil ou com situações graves em que a UNICEF trabalhava passou de 15 para 55. A maior parte destes países situa-se em África, onde se dão as mais graves violações dos direitos humanos, designadamente na Serra Leoa, onde «milhares de crianças estão a ser utilizadas como soldados», refere Carol Bellamy.

Passando em revista a situação de outros países africanos, a responsável da UNICEF disse que no Uganda, milhares de crianças foram raptadas e levadas para o Sudão, onde foram abusadas por tropas do Exército de Resistência do Senhor; no Burundi, mais de cinco anos de guerra civil provocaram um milhão de desalojados, na maio-

ria mulheres e crianças sem acesso a serviços de saúde, água potável e saneamento; em Angola, o ressurgimento da guerra provocou a morte a 22 funcionários das Nações Unidas e pessoal de várias agências, quando os dois aviões em que viajavam foram abatidos, situação que reforça a necessidade de medidas de protecção contra futuros ataques ao pessoal da ONU.

Na República Democrática do Congo assistiu-se a um movimento de desalojados que atingiu mais de um milhão de pessoas, entre as quais 330.000 crianças; no Ruanda, um grande número de lares são chefiados por crianças e os ataques permanentes da guerrilha continuam a ceifar vidas e recursos do país; no Sudão, a guerra civil iniciada há 16 anos continua e milhares de pessoas empobrecidas continuam a morrer na zona sul do país, dez anos após o lançamento de uma das maiores operações humanitárias de sempre.

No Afeganistão, na Ásia, após 20 anos de conflitos, a pobreza atinge todo o país, agravando-se as taxas de mortalidade infantil e materna.

No Kosovo, a ONU solicita medidas para proteger e levar auxílio a centenas de milhares de crianças e mulheres que precisam de abrigo, serviços de saúde, educação e apoio psicológico.

O alerta da UNICEF refere-se ainda às calamidades naturais em 1998, designadamente os furacões que assolaram a América Central e Carafbas, e que provocaram uma ainda maior degradação das já precárias condições de vida da população.

# Iraque Ataques a Bassorá vitimam dezenas de civis

Onze civis morreram e 59 outros ficaram feridos devido aos bombardeamentos norte-americanos de segunda-feira contra a região iraquiana de Bassorá (Sul), anunciou o governador local, general Ahmed Ibrahim Hammache. «O Iraque reserva-se ao direito de declarar que considera os norte-americanos e os britânicos, assim como os seus parceiros da Arábia Saudita e do Koweit, totalmente responsáveis por esta cobarde agressão», disse a propósito o vice-Primeiro-Ministro Tarek Aziz, citado pela agência oficial INA.

As acusações iraquianas subiram de tom após a reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros árabes realizada domingo no Cairo que, segundo o ministro da Informação e Cultura iraquiano, Humam Abdeljaleq, «em vez de condenar a agressão iraquiana e pedir o levantamento do embargo (...), dá luz verde aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha para voltarem a atacar o Iraque».

«Ao mesmo tempo que os ministros se reuniam, os aviões norte-americanos e britânicos bombardeavam o Iraque»,

disse o ministro, aludindo aos ataques com mísseis na zona de exclusão aérea do sul do Iraque, confirmados pelos Estados Unidos. «Estes aparelhos, provenientes da Arábia Saudita e do Koweit, bombardearam pelo menos duas áreas povoadas, causando a morte e ferimentos a dezenas de mulheres e crianças», declarou o ministro iraquiano.

O comunicado emitido pela reunião da Liga Árabe não deu resposta às exigências iraquianas, particularmente a de condenação dos ataques ao Iraque, o que levou o ministro dos Negó-

cios Estrangeiros iraquiano, Mohamad Sahid al Sahaf, a abandonar o encontro.

## Liga Árabe cede à Arábia Saudita

«Sempre advertimos que se os árabes não condenarem a cobarde agressão americano-britânica contra o Iraque (...) e se publicarem um comunicado ou adoptarem uma decisão sem condenação, isso será dar luz verde para uma nova agressão contra o Iraque», declarou um porta-voz oficial iraquiano citado pela agência INA. O facto de a Liga Árabe «não condenar a agressão americano-britânica, significa que os árabes não dão qualquer importância ao Iraque ou que estão de acordo para atacar o Iraque», acrescentou.

Segundo um diplomata saudita que pediu anonimato, citado pela Lusa, o documento do Cairo significa «que a Liga Árabe apoiou as pretensões da Arábia Saudita».

Os ministros dos Negócios Estrangeiros da Liga Árabe pedem a Bagdad, no seu comunicado, para «cessar qualquer política que vise provocar os seus vizinhos» sem condenar expressamente os ataques norte-americanos e britânicos contra o Iraque em Dezembro.

A Casa Branca congratulou-se com esta posição. «Os iraquianos foram ao Cairo tentar quebrar a solidariedade internacional neste ponto e fracassaram completamente», declarou o porta-voz da Casa Branca, Joe Lockhart.

Também a França exprimiu a sua satisfação com os resultados do Cairo, mas noutra perspectiva: «Constatamos com satisfação que o comunicado final apresenta convergências interessantes com as nossas ideias, particularmente o apelo ao levantamento das sanções económicas que pesam sobre a população iraquiana e a necessidade de reconstruir as relações entre o Iraque e as Nações Unidas», declarou a porta-voz do Quay d'Orsay, Anne Gazeau-Secret.

## Erro de cálculo

O comandante das forças norte-americanas no Golfo, general Anthony Zinni, admitiu entretanto a possibilidade de um dos mísseis disparados no início da semana contra Bassorá não ter «funcionado como se esperava», provocando vítimas civis. O general Zinni assacou a responsabilidade do erro de cálculo ao presidente iraquiano, Saddam Hussein, porque, disse, este triplicou o número das suas baterias de defesa antiaérea no sul do Iraque a fim de tentar abater aparelhos norte-americanos. «As vítimas civis, que evidentemente lamentamos, são o resultado dos actos de Saddam Hussein.»

Comentando as declarações de Washington e Londres de que o Iraque viola as zonas de exclusão aérea no norte e no sul do Iraque, o ministro da Informação e Cultura iraquiano, Humam Abdeljaleq, declarou: «Pensarão realmente que estamos a violar os nossos espaços? Essas declarações são ridículas!»

As sirenes de alarme voltaram a soar anteontem em Bassorá, alertando a população contra um eventual ataque aéreo.

Segundo fontes diplomáticas citadas pela agência, prevê-se que os mísseis estejam operacionais esta semana. Os Estados Unidos anunciaram a 15 de Janeiro o seu acordo ao envio destes mísseis reclamados por Ancara. O porta-voz do Departamento de Estado, James Rubin, afirmou então que os mísseis seriam postos à disposição da Turquia «enquanto durasse a actual crise com o Iraque».

## Fatos Nani demite-se

O ex-primeiro-ministro albanês, Fatos Nani, anunciou a sua demissão do cargo de presidente do Partido Socialista (PS, no poder), e manifestou a intenção de fundar um novo partido cujos membros sejam «honestos e simples, favoráveis às reformas e às normas europeias». O seu credo político, disse, não será «nem comunista, nem anti-comunista». Fatos Nani, que se demitiu do cargo de primeiro-ministro em Setembro último na sequência dos motins causados pelo assassinio de Azem Hadhari, vice-presidente do Partido Democrático (PS) de Sali Berisha, acusou o partido no poder e os partidos de oposição de se terem transformado numa «associação movida por interesses mesquinhos».

## Gás natural na Bolívia

O grupo petrolífero francês TOTAL anunciou a descoberta, no sul da Bolívia, de importantes reservas de gás natural. As reservas, situadas na província de Gran Chaco, têm um potencial de produção de um milhão de metros cúbicos diários em condições normais, refere a TOTAL em comunicado. Segundo as primeiras estimativas, as reservas de gás da jazida têm um volume de 70 milhões de metros cúbicos, mas a descoberta pode ser superior a este número.

## Despedimentos na Rússia

A maior petrolífera russa, Gazprom, vai suprimir cerca de 35 mil postos de trabalho este ano, anunciou Guennadi Ejkov, porta-voz da empresa, citado pelo jornal Moscow Times. «As decisões importantes serão analisadas este ano em todas as filiais da Gazprom, podendo algumas reduzir as despesas administrativas, e mais de dez por cento dos empregados poderão ser dispensados», adiantou o porta-voz. Segundo a mesma notícia, a Gazprom conta actualmente com 350 mil assalariados, planeando reduzir 100 mil postos de trabalho nos próximos dois anos.

## Embargo: um genocídio contra o povo iraquiano

Denis Halliday, irlandês, ex-coordenador da ONU para o Iraque, demitiu-se das suas funções e libertou-se do voto de silêncio imposto aos funcionários internacionais. Hoje pode enfim dizer o que pensa. Foi justamente o que fez na sua passagem por França, a semana passada, no âmbito de um périplo pela Europa para denunciar as consequências do embargo imposto pela ONU contra o Iraque. O testemunho que se segue, parte de uma entrevista concedida ao *L'Humanité*, dispensa comentários.

«Cheguei à conclusão que a manutenção das sanções pela ONU constitui uma forma de genocídio. As sanções contra o Iraque foram adoptadas após uma longa guerra com o Irão. Mais de um milhão de homens morreram em combate, as infra-estruturas estão já seriamente afectadas. Depois houve a invasão do Koweit e os bombardeamentos que se seguiram. Apesar das convenções de Genebra que proíbem o ataque às populações civis, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha bombardearam deliberadamente alvos civis. Se forem a Bagdad ou a Bassorá encontrarão ainda os efeitos dos bombardeamentos de 1991. Os ataques destruíram fábricas que não puderam ser reconstruídas devido ao embargo: não há investimentos, nem matérias-primas, nem peças sobressalentes. Encontrei sindicalistas iraquianos que representam hoje milhões de trabalhadores desempregados. Disseram-me: «Que a ONU nos bombardeie em vez de prosseguir o embargo, que mata lentamente e a longo prazo o nosso povo!»

«Muitos dos estragos afectaram instituições de saúde, escolas, universidades, serviços de transportes, mas o pior é talvez a destruição das capacidades de produção de electricidade, de reservas de água potável e dos esgotos. Já não há água potável no Iraque e isso mata muitas crianças todos os dias.

«A estrutura familiar desfez-se, as crianças mendigam pelas ruas em vez de irem à escola, as jovens prostituem-se para fazer face às necessidades das famílias, as mulheres são obrigadas a ficar em casa, os intelectuais emigram. A previsão cínica de George Bush que queria «remeter o Iraque para a Idade da Pedra» está em vias de se concretizar.

«Há finalmente a subnutrição que afecta 30 por cento das crianças com menos de cinco anos, ou seja, uma criança em cada três. Isso provoca distúrbios físicos e mentais irreversíveis, quando não a própria morte. O regime alimentar do conjunto da população não corresponde às necessidades do ser humano. O programa «petróleo por alimentos» não permite dar às pessoas as proteínas animais e as vitaminas necessárias. Para alimentar 22 milhões de pessoas, seriam necessários seis a sete mil milhões de dólares por ano. O programa actual fornece 2,5 a 3 mil milhões. 40 por cento das somas recolhidas vão para as indemnizações [dos koweitianos lesados durante a invasão do Koweit] e para a Unscow.

«Cheguei à conclusão que a ONU implementou um sistema que mantém a subnutrição. Desde 1991, as sanções mataram 500.000 crianças. E continuam a matar 5.000 a 6.000 por mês. De subnutrição, de falta de água potável, de diarreias, de falta de medicamentos. Nos anos oitenta o sistema de saúde iraquiano era considerado modelar pela OMS (Organização Mundial de Saúde). Estas crianças não foram mortas por ataques aéreos, mas por sanções que constituem uma forma de guerra proibida pelas convenções de Genebra, que violam a Carta da ONU, mas que foram votadas pelos Estados membros! Somos todos responsáveis, pelo menos por tomar a palavra para acabar com isto.»



Denis Halliday, ex-coordenador da ONU no Iraque

\* Para a questão do controlo de armamento iraquiano, Denis Halliday apoia a proposta francesa sobre a matéria e está convicto que o Iraque aceitaria uma solução desse tipo em troca do levantamento do embargo. Mas alerta:

«É necessário um controlo verdadeiramente internacional. A Unscow morreu e Butler está acabado. É necessário um equipa de peritos segundo o modelo da AIEA (Agência Internacional de Energia Atómica), que fez um excelente trabalho. Peritos independentes, cuja lealdade seja à ONU e não à CIA ou a outras agências de espionagem como era o caso da Unscow.»

Fórum sobre a situação das mulheres

# Participação em igualdade - uma condição de progresso

Um debate intenso e de inegável interesse marcou o Fórum sobre «A Situação da Mulher no Limiar do Século XXI» que a Organização das Mulheres Comunistas realizou no sábado passado, no Fórum Picoas, em Lisboa. Com a participação de Carlos Carvalho, Secretário-Geral do PCP, dirigentes e militantes do Partido de diversas organizações regionais e conhecidas personalidades comunistas e não comunistas de alguma forma ligadas à problemática feminina, o Fórum abordou temas habitualmente pouco debatidos, lançando importantes pistas de reflexão.

Ao longo do dia, uma assistência constituída maioritariamente por mulheres, mas com destacada presença de homens, ouviu atentamente as intervenções que iam sendo feitas sobre os vários aspectos que caracterizam hoje a situação da mulher ao nível do trabalho, das mentalidades e dos direitos políticos e sociais - os três temas propostos para debate.

Entre os cerca de trezentos participantes, encontravam-se representantes da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, da Associação «A Mulher e o Desporto», do MDM, do Departamento de Mulheres da UDP, da Associação para o Planeamento da Família/Coimbra, de diversas estruturas associativas e sindicais.

Fernanda Mateus, membro da Comissão Política, abriu os trabalhos, deixando algumas interrogações à assistência.

O que mudou para positivo em Portugal nos últimos 25

anos? Que fenómenos explicam os aspectos negativos que marcam a realidade de hoje? O que pensam as mulheres da sua situação e como intervêm para defender os seus direitos e concretizar a igualdade? Referindo, depois, que as políticas neoliberais deste fim de século estão a acentuar as desigualdades sociais, lembrou que «a pobreza não priva apenas de se ter rendimentos suficientes», encerra também «uma teia de privação de oportunidades de participar e retirar a dignidade e a auto-estima ao ser humano, especialmente às mulheres», empobrecendo a vida democrática.

É, pois, necessário definir estratégias de acção que passem «pela concretização de medidas de combate a preconceitos e atitudes discriminatórias» e não dispensem «acções políticas de promoção da

participação em igualdade das mulheres na vida económica, social, política e cultural».

Em relação à proposta do Governo do PS sobre trabalho a tempo parcial, a dirigente comunista diz que, a pretexto de «conciliar vida familiar e profissional», ela apenas serve para acentuar as desigualdades e proporcionar às entidades patronais uma mão-de-obra precária e mais barata.

«A participação das mulheres em igualdade é um condição de progresso e um desafio à sociedade», disse, por fim, Fernanda Mateus, considerando «indispensável» o alargamento da participação das mulheres na acção e luta dos trabalhadores em geral contra as políticas «contrárias aos seus interesses e aspirações».

Prosseguir o debate

Estava lançado o debate que Graciete Cruz, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN e responsável pela sua Comissão de Mulheres,



res, prosseguiu com o tema da mulher no trabalho.

Da parte da tarde, Aurélio Santos, membro do Comité Central do PCP, introduziu a questão das mentalidades que viria a ocupar praticamente o resto dos trabalhos. Um painel onde as questões colocadas demonstraram a necessidade de dar continuidade a este debate.

Regina Marques, a quem coube dinamizar o painel «participação das mulheres, direitos cívicos e sociais», fez, a seguir, uma breve explanação sobre o défice da participação das mulheres e equacionou alguns dos obstáculos que lhe estão na origem.

O tempo, entretanto, escasseava, impedindo a intervenção de todos os que haviam pedido a palavra. Foi, porém, prometido que as reflexões que estivessem escritas seriam contempladas na brochura que vai ser posteriormente editada.

Contudo, antes da intervenção de Carlos Carvalho (que ao lado se transcreve), houve ainda oportunidade de o dr. Maia Costa abordar a questão do referendo sobre a despenalização da IVG, de Odete Santos falar sobre a proposta do Governo relativa às «quotas» de participação e de Anita Vilar denunciar algumas das formas que assume a violência contra as mulheres, na família, no trabalho e na sociedade.

cológicas e afectivas elaboradas ao longo da história».

Porém, «sobre a condição da mulher, para além dos interesses dominantes, pesam séculos de obscurantismo que criaram uma cultura de discriminação», havendo muito que alterar nas estruturas da sociedade e nas mentalidades.

Este «pontapé de saída» de Aurélio Santos para a discussão sobre mentalidades, a que se seguiu uma «onda» de inscrições para uso da palavra.

A situação do Ensino e da Educação na formação das mentalidades, o papel desempenhado pelas inúmeras revistas femininas que hoje inundam o mercado, as implicações do desenvolvimento das indústrias da moda, cosméticos, dietas e similares na situação da mulher, a homossexualidade feminina, a culpabilização das mulheres e das famílias face à ausência de respostas sociais em infra-estruturas de apoio aos idosos, foram algumas das questões que, não esgotando a discussão, constituíram temas privilegiados de reflexão.



## Sobre a condição da mulher pesam séculos de obscurantismo

«O processo histórico de desenvolvimento da sociedade humana mostra uma ligação muito estreita do estatuto e da condição da mulher com as estruturas económicas e sociais dominantes e suas transformações», disse Aurélio Santos, caracterizando a evolução da situação da mulher desde as sociedades primitivas, onde ela detinha em geral uma condição paritária com o homem, até ao aparecimento da família patriarcal, a funcionar como «unidade de produção».

O cristianismo, que na sua fase inicial abalara este estatuto patriarcal, «com a apropriação da religião cristã como ideologia do Estado», veio posteriormente dar «novas bases ideológicas à submissão da mulher ao homem».

É com o desenvolvimento do capitalismo e a proletarianização de homens e mulheres, que se começam a criar as bases para o fim da dependência económica e para a emancipação social da mulher e que as estruturas patriarcais da família - constituída agora como unidade de consumo - começam a desmantelar-se.

Interessado, porém, em manter vivos preconceitos e comportamentos, o capitalismo mobiliza nesse sentido todos os meios à sua disposição e proclama que o lugar da mulher é no lar. O trabalho feminino, encarado como marginal para a produção, é desvalorizado, torna-se uma fonte de maiores lucros e age sobre os salários dos trabalhadores, homens e mulheres.

Em Portugal, o processo revolucionário do 25 de Abril, onde a mulher participou massivamente, traduziu-se imediatamente por novos comportamentos e atitudes a todos os níveis. A Constituição consagrou a igualdade de direitos e deram-se passos, embora insuficientes, para a sociabilização dos encargos da criação e educação das novas gerações.

A mudança de mentalidades, está, pois, ligada à luta geral pela emancipação dos trabalhadores. Mas não «se explica apenas na base das relações económicas e sociais», pois a «relação entre homens e mulheres tem dimensões fisiológicas, psi-



Intervenção de Carlos Carvalho

## Mulheres pagam caro as injustiças sociais

No Fórum A situação das Mulheres no limiar do século XXI, o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho, reconhecendo embora «os significativos avanços positivos verificados após o 25 de Abril no plano dos direitos e da participação da mulher», alertou para «o muito que há a percorrer» e para o peso negativo das políticas neoliberais deste fim de século na luta pela emancipação da mulher. O resultado, disse, «é o «triunfo das desigualdades», com as mulheres a pagarem a parcela mais elevada das injustiças sociais».

«Em nome do PCP queria começar por agradecer a todas e a todos os que tomaram possível e deram corpo e vida a esta importante iniciativa e permitam-me uma referência especial a todos e a todas que não pertencendo ao nosso Partido nos enriqueceram com as suas sugestões e questões levantadas, quer na preparação quer nos painéis de hoje.

Simone de Beauvoir no seu livro «O segundo sexo» tem na abertura uma citação de Poulain de la Barre que diz mais ou menos isto: «Tudo o que é escrito pelos homens sobre as mulheres deve ser suspeito porque eles são ao mesmo tempo juiz e parte.»

Não querendo ser juiz nem suspeito embora seja naturalmente parte, queria dizer-vos que os testemunhos e as questões que aqui foram levantadas, desde as mais consensuais às mais polémicas, são um importante contributo para a nossa reflexão e acção partidária e para a tomada de decisões nos mais diversos domínios.

Todos reconhecemos os significativos avanços positivos verificados após o 25 de Abril no plano dos direitos e da participação da mulher na vida económica, social, política, sindical, científica, cultural, desportiva mas também sabemos o muito que há a percorrer.

Particularmente quando vemos ainda no fim deste século as políticas assentes nos dogmas neoliberais na defesa do «modelo americano» a serem determinantes, quer nos governos de direita, quer nos que se reclamam da social democracia, naturalmente com diferenças na retórica e no acessório. O resultado é o «triunfo das desigualdades», com as mulheres a pagarem a parcela mais elevada das injustiças sociais, como agora também se verificou, dramaticamente na crise capitalista que vai atingindo cada vez mais largas regiões geográficas.

Discurso versus prática

Também no nosso país, à igualdade formal e à retórica social sempre consoladora nos discursos de circunstância, oficiais e governamentais, segue-se a prática quotidiana das discriminações, com a sua tradução na feminização da pobreza, na exclusão social, na exploração, no desemprego e até na idade da reforma que aumentou dos 62 para os 65 anos, por decisão do PSD com o argumento cínico de que se estava a promover a igualdade com os homens.

Cinismo que foi consagrado pelo governo PS ao rejeitar o projecto de lei do PCP que repunha aquele direito.

E falando da hipocrisia dos que tanto falam dos problemas e direitos da mulher e tanto actúan ao contrário, queremos chamar vivamente a atenção de todos os cidadãos, de todos os trabalhadores e em especial das mulheres trabalhadoras para a autêntica agressão e provocação que constitui a aprovação do projecto de lei sobre o exercício do direito a férias.

A ideia central é a de ligar o grau de acessibilidade dos trabalhadores ao número de dias de férias, com o supremo escândalo de faltas legalmente reconhecidas como justificadas passarem entretanto a dar

motivo para a redução do número de dias de férias a que os trabalhadores têm direito.

Entre muitos outros exemplos, basta dizer que as baixas por doença que num ano ultrapassam os dez dias já levarão à redução do tempo de férias...

E, escândalo dos escândalos, o mesmo acontece com as faltas por assistência à família que como sabemos atingem quase sempre em maior grau as mulheres - mães de filhos pequenos, filhas de pais idosos.

O PCP voltará dentro de dias a este assunto. Mas há duas coisas que não poderão ficar para amanhã:

- o apelo que aqui fazemos a uma vasta mobilização social e cívica contra este vergonhoso retrocesso social;

- e a plena garantia que aqui, damos perante o país, que o PCP travará uma grande batalha, na rua e no parlamento, que atire este projecto de lei para o único lugar que ele merece: o caixote do lixo das obras primas de assassinato dos valores de esquerda, da bajulação e subserviência face ao grande capital e da displicência e desprezo em relação aos interesses de quem trabalha.

São infelizmente muitos os exemplos que põem em contraste a propaganda, a retórica discursiva e a prática governamental.

PCP de cabeça levantada

Ainda na comemoração do 8 de Março do ano passado a nossa camarada Odete Santos, se referia à lei de 1991, a lei da protecção das mulheres contra crimes violentos que continuava a aguardar regulamentação alguns dos seus importantes artigos e «denunciava» a desigualdade nascida da exclusão das mulheres do mundo do trabalho, profundamente sentida num país que apresenta senão a mais alta pelo menos uma das mais altas taxas da união europeia, da actividade feminina. E sublinhava as questões dos baixos salários, do desemprego e da precariedade do trabalho que tocam particularmente as mulheres; a falta de alternativas profissionais para as jovens, nomeadamente as licenciadas e os não raros casos em que as mulheres «continuam a esconder a gravidez até aos limites do possível», para não verem rescindidos o seu contrato de trabalho a prazo.

Quem não se recorda das posições do Secretário-Geral do PS e da humilhação por que passou o respectivo grupo parlamentar, que mal tinha acabado de festejar efusivamente a aprovação do projecto de lei sobre a interrupção voluntária da gravidez, se via obrigado a ter que submetê-la a referendo por acordo de bastidores entre as cúpulas do PSD e do PS...

O PCP, que pode estar de cabeça levantada, também não se sente derrotado ou arrependido por ter travado aquela batalha.

Em primeiro lugar, porque o objectivo é justo e para nós mais importante do que as vitórias ou derrotas está a justiça das causas em que nos empenhamos. Depois, o PCP sabe também que as conquistas se conseguem com luta e perseverança, que o caminho se faz caminhando e só não apresenta agora um novo projecto de lei sobre a interrupção voluntária da gravidez para não ser confundido com algum intuito eleitoralista, mas compromete-se desde já a que esta questão seja uma das primeiras medidas a apresentar na próxima legislatura.

Em segundo lugar, porque nos sentimos dignificados por termos travado aquela batalha e porque entendemos que os que deviam estar arrependidos são todos aqueles que numa campanha terrorista se

## Fórum sobre a situação das mulheres

diziam os grandes defensores da vida e dos fetos e que depois do referendo passaram a dormir tranquilos e hoje continuam a tratar das suas vidinhas enquanto as mulheres se vêem obrigadas a recorrer ao aborto clandestino nas mais deploráveis condições de saúde e de apoio psicológico e com todos os medos e sofrimentos.

O PCP não desiste nem se conforma com a manutenção do aborto clandestino e por isso voltará a este combate pela verdade contra a mentira e a hipocrisia, pelo humanismo contra esta desumanidade, que devia envergonhar a nossa sociedade à beira do século XXI. O PCP continuará também fora das instituições e na Assembleia da República a lutar para dar resposta a muitos problemas das mulheres, como o fez nos últimos tempos, por exemplo, em relação às reformas; à protecção das famílias em União de Facto; à criação de uma licença especial para a assistência a menores portadores de uma deficiência profunda; às garantias de alimentos devidos a menores; às garantias de igualdade de tratamento no trabalho, no emprego, etc., etc.

### Quotas - uma questão polémica

Em ano de eleições, para lavar o passado, nomeadamente a sua posição em relação ao aborto e à redução do horário de trabalho e tornar-se apresentável aos olhos do eleitorado feminino, o governo quer aprovar agora o estabelecimento das quotas obrigatórias de presença de mulheres nas listas dos partidos para a Assembleia da República julgando assim mostrar preocupação com a promoção dos direitos da mulher.

E tudo isto do mesmo governo que dá o seu acordo a um pacote laboral com leis particularmente lesivas para as mulheres, que foge ao alargamento público do pré-escolar e que com a sua política de concentração da riqueza, agrava condições de trabalho e as discriminações das trabalhadoras.



Esta questão das quotas é polémica mesmo entre as "feministas". É conhecido o debate entre as "diferencialistas" e as "universalistas" e o debate sobre a paridade e a questão central que é a da igualdade. O PCP deverá tomar uma posição formal, muito em breve sobre esta questão.

Mas desde já quero adiantar que nós consideramos que a realização da democracia é indissociável da participação em igualdade dos homens e das mulheres, na vida social e política. E queremos dar sinais e impulsionar e pugnar por uma mais equitativa representação e responsabilização das mulheres nos centros de decisão em todas as instâncias e a todos os níveis, sem também ter ilusões que as medidas neoliberais não serão mais tolerantes ou benévolas, nem conduzirão à igualdade pelo facto das suas mentoras ou protagonistas serem mulheres, nem a opressão de classe, como foi sublinhado neste Fórum, será menos violento se exercido por um homem ou por uma mulher.

E sem desconhecer que para as trabalhadoras e sobretudo para as de menores rendimentos, a questão da dupla jornada de trabalho e dos "papéis", atribuídos às mulheres em nome da diferença sexual são obstáculos de monta que não se vencem apenas com decisões administrativas.

Como aqui afirmou a Fernanda Mateus, apesar do PCP estar claramente à frente de outros partidos em relação à participação política das mulheres, nos diversos níveis de decisão, não estamos satisfeitos com a situação. Temos que estar mais atentos e mais determinados em superar condicionalismos que dependam da nossa vontade e a contribuir para uma dinâmica positiva na sociedade, quer no combate a preconceitos, tabus e atitudes discriminatórias quer nas acções culturais, políticas e legislativas que promovam a participação em igualdade.

E também estamos de acordo com aquelas e aqueles que afirmam "as mulheres não têm que exigir direitos porque são metade da humanidade, mas sim porque são seres humanos de parte inteira".

A luta pela libertação da classe operária implica também a libertação da mulher. E a luta pela emancipação da mulher é para nós parte integrante da luta pelo aprofundamento da democracia em todas as suas vertentes, política, económica, social e cultural. Nós não nos contentamos com uma igualdade formal. A luta para que as leis sejam traduzidas na vida, a luta pela igualdade económica e social da mulher e a luta pela transformação social estão também interligadas.

Mas hoje estamos também mais armados para o aprofundamento da reflexão pelas diversas experiências históricas quanto a certos "esquematismos" e "determinismos" mecanicistas. De facto, apesar de muitas mudanças radicais e de muitas mudanças positivas verificadas, não foi por se declarar que a mulher se tornou de facto, nessas experiências, "membro pleno da sociedade". No mínimo temos que dizer que estas questões são muito mais complexas e mais demoradas do que o que julgávamos.

Como aqui foi afirmado as questões de classe e as contradições de classe são determinantes, mas não se podem subestimar as questões das "contradições do género", do exercício do poder, do peso das tradições, dos preconceitos, da cultura e da cultura cristã, dos papéis historicamente atribuídos, da pedagogia da igualdade, da imagem da mulher, da luta por novos valores, novas referências, a luta pela mudança de comportamentos e mentalidades.

### Uma luta actual

Que igualdade de direitos podemos falar quando milhares de famílias são excluídas de um nível de vida digno, quando a distribuição do rendimento nacional continua a desfavorecer os "rendimentos do trabalho", quando as mulheres são a maioria dos desempregados à procura do primeiro emprego, a maioria dos desempregados de longa duração e cerca de metade dos trabalhadores com contrato a prazo?

Oito anos após o Seminário que realizámos sobre "a participação das mulheres em igualdade", temos que reconhecer com verdade que as suas ideias fundamentais se mantêm actuais, tal como se mantêm actual o seu primeiro título "garantir às mulheres portuguesas o exercício da igualdade em todos os domínios da vida é um desafio para a sociedade, para as próprias mulheres", mas também para o PCP.

Como são actuais as linhas que sustentam que as "mulheres querem participar, em igualdade no mercado de trabalho, rompendo nomeadamente o círculo da subalternidade, dando-lhe iguais oportunidades no acesso à formação profissional e ao emprego"; "Que as mulheres têm capacidades e saberes que devem ser valorizados"; "Que as mulheres querem que a paternidade, tal como a maternidade, seja uma fonte de realização pessoal e igualmente assumida".

E por isso permitam-me que daqui saíde todas as mulheres que nestes anos e nos mais diversos sectores da nossa sociedade estiveram em luta por uma sociedade melhor.

Clara Zetkin disse um dia que as mulheres não faltariam ao seu dever quando se tratasse de se empenharem com tudo o que elas podem, com tudo o que elas são pela causa da paz, da liberdade e da felicidade humana. No nosso país não faltam exemplos.

Não poucas vezes nos campos, nas fábricas, nos escritórios, nas escolas, foram as mulheres que estiveram à frente das lutas com toda a abnegação e coragem. E pela sua duração e determinação gostaria

aqui de salientar entre muitas outras, a luta das trabalhadoras têxteis pelas 40 horas, luta a que o PCP deu todo o apoio institucional e não institucional.

Neste ano em que se comemora os 25 anos do 25 de Abril, queremos também reafirmar neste "Fórum" a importância que damos e que temos que continuar a dar ainda com mais força à intervenção da luta organizada das mulheres, ao movimento feminino e à aplicação e concretização das leis que lhe dizem mais especificamente respeito.

E nestes 25 anos do 25 de Abril permitam-me ainda, que evoque e recorde aqui as palavras da escritora e da poetisa:

"Elas fizeram greves de braços caídos.

Elas brigaram em casa para ir ao sindicato e à Junta.

Elas gritaram à vizinha que era fascista.

Elas souberam dizer salário igual, creches e cantinas.

Elas vieram para a rua de encarnado.

Elas foram pedir para ali uma estrada de alcatrão e canos de água.

Elas gritaram muito.

Elas encheram as ruas de cravos.

Elas disseram à mãe e à sogra que isso era dantes.

Elas acendem o lume.

Elas cortam o pão e aquecem o café esfriado.

São elas que acordam pela manhã as bestas, os homens e as crianças adormecidas."

E se foi assim na Revolução de Abril também hoje numa outra situação e numa outra correlação de forças no plano interno e externo, em que a "globalização" e o "pensamento único", tradução a nível económico do "laissez faire, laissez passer" e do pensamento das classes dominantes a nível planetário, a intervenção e a luta do nosso Partido em convergência de acção com outras forças comunistas e progressistas pelos valores e ideias que aqui foram expressas é tão actual como ontem. Nós não consideramos que seja um avanço de civilização ou modernidade, o chegarmos ao século XXI com as mazelas, discriminações entre sexos, opressões de classe e chagas sociais com que os nossos antepassados chegaram ao século XX.

A riqueza das questões que aqui foram levantadas são de uma grande importância para as batalhas que vamos travar e para a luta que continua pela participação da mulher em igualdade.»



## Não ao trabalho a tempo parcial!

Apesar dos avanços inestimáveis registados em relação ao estatuto da mulher, «a análise caracterizadora da realidade», disse Graciete Cruz, iniciando o debate sobre a situação da mulher no trabalho, «terá de ser feita à luz da actual ofensiva desregulamentadora e de eliminação e subversão de direitos das mulheres e homens que trabalham».

Assim, sendo certo que existe um aumento da taxa de actividade feminina ele processa-se a par do crescimento da precariedade e da insegurança no emprego; mantém-se, no essencial, uma separação nítida entre empregos masculinos e femininos; os direitos associados à maternidade - que o patronato utiliza para inviabilizar o acesso ao trabalho - não são cumpridos; o princípio de «salário igual para trabalho igual» é diariamente violado; as mulheres, quase metade dos trabalhadores por conta de outrem, continuam escassamente representadas nos cargos de chefia e decisão.

A isto pode-se ainda juntar a intensificação dos ritmos e sobrecarga de trabalho e os seus reflexos na saúde das mulheres; o agravamento da qualidade de vida pelo afastamento precoce do mundo do trabalho e pelo desemprego; o impacto negativo da flexibilização na organização da vida familiar. Problemas que, a concretizarem-se as propostas de alteração à lei laboral do Governo PS, designadamente a referente ao trabalho parcial, serão profundamente agravados.

«Com salário menor e direitos sociais reduzidos, com a vida e a sua disponibilidade condicionadas pelo poder discricionário da empresa na organização do trabalho», como poderia a mulher exercer o direito de participação?, pergunta Graciete Cruz, lançando um desafio ao Governo: que aproveite o Dia Internacional da Mulher e «retire definitivamente» a sua proposta relativa ao trabalho a tempo parcial e «abandone as peças mais gravosas do pacote laboral».

«As mulheres estão a desaparecer da indústria», alerta, por sua vez, Maria do Carmo Tavares, lembrando que 70% dos trabalhadores com trabalho parcial são mulheres.

Maria Emília Marques denuncia a situação que se vive no comércio, particularmente nas grandes superfícies, onde as mulheres grávidas não têm sequer direito a um contrato a termo, e Sérgio Ribeiro, falando das consequências do euro, diz que é nas mulheres que a desconfiança é maior.

As dificuldades no ingresso das jovens no mercado de trabalho, o problema do manuseamento de produtos químicos por mulheres grávidas, a tripla discriminação sofrida pelas mulheres das minorias étnicas ou portadoras de deficiência, foram outras das muitas questões que o Fórum debateu e que ilustram a realidade da mulher no mundo do trabalho.

# Pacote laboral

## - o Governo PS ataca o direito às férias

**D**EPOIS de ter sido obrigado pela luta dos trabalhadores e do movimento sindical unitário e pela iniciativa e acção do PCP a retardar algumas das peças essenciais do pacote laboral, primeiro para Outubro, depois para Dezembro, e a sujeitá-las a discussão pública no âmbito do processo legislativo da Assembleia da República, o governo PS na linha dos seus compromissos com o grande capital, ataca de novo com a aprovação em Conselho de Ministros de propostas de lei sobre a participação das associações patronais na elaboração da legislação laboral, o conceito de retribuição e o direito a férias.

São propostas que se juntam ao trabalho a tempo parcial e ao *lay-off*, dando corpo ao núcleo central do pacote laboral que há meses o PCP vem denunciando como uma das mais graves ofensivas contra os direitos dos trabalhadores. A generalização do trabalho a tempo parcial constitui uma das medidas mais negativas. Destinada a reduzir os salários com a redução do horário, a reduzir os subsídios de férias, de Natal, de doença, de desemprego e de refeição, teria consequências nefastas no nível e na organização de vida dos trabalhadores e das suas famílias.

Durante a discussão pública desta proposta os trabalhadores e o movimento sindical unitário, numa das mais participadas tomadas de posição de sempre, neste tipo de consultas, manifestaram uma clara e frontal rejeição, que constitui um sério aviso ao governo relativamente a qualquer tentativa de agendamento.

Mas entre o receio da penalização da sua política pela luta e pelo voto dos trabalhadores e os compromissos com o grande capital, o Governo PS balança e vai medindo o terreno para avançar. As propostas que ultimamente anunciou marcam uma escalada, constituindo mais um elemento esclarecedor sobre a natureza da política do PS, uma nova comprovação da opção que o seu governo fez pelo grande capital e a maximização dos seus lucros e contra os interesses dos trabalhadores.

A proposta sobre a alteração do conceito de retribuição retira da remuneração partes significativas do rendimento dos trabalhadores, prejudica-os na doença e no desemprego, afecta a segurança social, reforça o poder e introduz grandes vantagens e benefícios para o capital.

A proposta sobre a participação das associações patronais na elaboração da legislação de trabalho, até hoje consagrada como direito exclusivo das organizações dos trabalhadores, a concretizar-se significaria acrescentar mais poder ao enorme poder que as entidades patronais já têm para pressionar as decisões, não só a nível das empresas e locais de trabalho, como no conjunto da vida nacional.

A última proposta aprovada pelo Governo — a lei das férias — por aquilo que já é conhecido, é absolutamente escandalosa.

Até agora cada trabalhador tem direito a 22 dias úteis de férias por ano e ao mesmo número de dias de subsídio de férias. A proposta do governo reduz o número garantido de dias de férias de 22 para apenas 10 dias úteis, fazendo-as depender da assiduidade, isto é, introduz uma penalização que pode ir até 12 dias úteis de férias.

O Governo procura justificar o injustificável com uma política de embuste e propaganda enganosa. Diz que aumentam os dias de férias de 22 para 24, quando, se a lei fosse aplicada, uma grande parte dos trabalhadores veria o seu período de férias reduzido.

No ano em que se assinala o 25.º Aniversário do 25 de Abril, o Governo PS vem com esta proposta tentar liquidar uma importante conquista consagrada pela Revolução de Abril como direito universal dos trabalhadores portugueses com a fixação de um mínimo de 21 dias de férias posteriormente alargado para 22 dias úteis e respectivo subsídio.

A proposta do Governo pretende assim liquidar um princípio essencial do direito a férias, o direito a ter um determinado período de férias e o respectivo subsídio comum a todos os trabalhadores independentemente de estar ou não doente ou de faltar por qualquer outra razão inadiável desde que legalmente justificada. De facto apesar da retirada de algumas das situações mais gritantes que estavam contidas no anteprojecto, a proposta agora divulgada é inadmissível.

Para o governo, um trabalhador que tenha tido a infelicidade de partir uma perna, que tenha sido hospitalizado e esteja ausente seis meses do trabalho, deve ser penalizado com a retirada de sete dias de férias, reduzindo-as para apenas 15 dias, tal como o respectivo subsídio. Uma mãe que necessite de recorrer a baixa para assistência a um filho com uma doença que dure oito meses, seria penalizada em doze dias e veria as suas férias e respectivo subsídio reduzidos a apenas 10 dias. Um doente com uma doença grave que tenha tido necessidade de uma intervenção cirúrgica e de um período de recuperação de sete meses, veria o Governo associar à enorme penalização física, psicológica e psíquica da doença, uma penalização de cinco dias e as suas férias e subsídio de férias redu-

zidas para 17 dias, como que a dizer-lhe que o período de doença tinha sido um período de descanso.

É caso para perguntar: sr. engenheiro António Guterres, com o pacote laboral, com esta proposta de lei das férias, onde é que as pessoas estão primeiro?

De facto, com o Governo PS de António Guterres o que está primeiro são sempre os interesses, o lucro e os compromissos com o grande capital.

A proposta do Governo tem ainda como consequência a liquidação do princípio que a

um determinado número de dias de férias corresponde um igual número de dias de subsídio de férias. O Governo acena com a cenoura de em certas situações o número de dias de férias poder ir até aos 24 dias (apenas nos casos em que o trabalhador não tenha usado o direito a faltar por razões justificadas até dez dias úteis em todo o ano anterior). Mas, estes dois dias a mais não dariam direito aos correspondentes dois dias de subsídio de férias e assim o Governo pretende anular a correspondência hoje existente entre o número de dias de férias e o subsídio de férias, aspecto que para já só teria incidência nestes dois dias, mas que significaria abrir a porta para outras alterações negativas.

A apreciação do Governo sobre os reflexos muito negativos para os trabalhadores da sua proposta de lei das férias, a consciência que tem sobre a sua frontal rejeição pelos trabalhadores, está afinal bem evidenciada no facto de a aplicação obrigatória dessa lei, para já, ser destinada aos jovens trabalho-

liares que carecem de apoio, veriam o seu direito a férias fortemente limitado.

É inadmissível e inaceitável.

Se há absentismo resultante de baixas fraudulentas que se tomem medidas para corrigir esses abusos.

O que é chocante e inaceitável é que com esse pretexto se pretenda que trabalhadores doentes, particularmente os que tenham uma doença prolongada, além dos graves inconvenientes que resultam dessa doença vejam liquidado o seu direito a férias e a subsídio de férias.

Se há o entendimento que o número de baixas por doença é elevado que se tomem medidas para melhorar a qualidade de vida, as condições de higiene saúde e segurança no trabalho e a promoção da saúde, a prevenção da doença e a qualidade e acessibilidade dos serviços de saúde.

O que é chocante e inaceitável é que a pretexto disso se promova a penalização dos doentes para os obrigar a arrastarem-se para o trabalho se querem evitar a liquidação das suas férias.

Se um trabalhador falta sem motivo para tal, a sua falta é injustificada e é penalizado por isso, porque na legislação já estão previstos mecanismos para combater o absentismo.

O que é chocante e inaceitável é que se queira penalizar agora o uso da possibilidade de faltar por razões justificadas e que foram consagradas na lei, para comprometer esse direito ou liquidar as férias a quem utilize essas possibilidades legais.

Após quase quatro anos de acção em que os principais problemas não foram atacados o Governo PS parece querer culminar o seu mandato com medidas das mais lesivas dos direitos dos trabalhadores, dos jovens e das mulheres.

**Após quase quatro anos de acção em que os principais problemas não foram atacados o Governo PS parece querer culminar o seu mandato com medidas das mais lesivas dos direitos dos trabalhadores, dos jovens e das mulheres.**



res que entrem no mercado de trabalho a partir da sua aplicação, podendo ser alargada aos restantes trabalhadores apenas na medida em que o solicitem. É o receio de uma forte mobilização dos trabalhadores contra a sua aplicação. É a esperança que, sendo para aplicar para já aos futuros trabalhadores, os actuais se desinteressem e se considerem à margem daquilo que o governo reserva para os seus filhos ou netos. É a ideia, se a lei começar a ser aplicada, de quando o número de trabalhadores abrangidos for suficientemente largo, a poder aplicar de forma imperativa a todos.

O Governo PS de António Guterres mostra bem a sua natureza de classe, mostra como vê o futuro. No limiar de um novo século, quando é necessário e possível avançar para mais elevados patamares de vida e de direitos, quer condenar os jovens a retrocessos, quer criar uma geração sem direitos ou com muito menos direitos.

Particularmente afectadas seriam também as mulheres trabalhadoras. Sujeitas mais que os homens, pelas discriminações na sociedade e na família, ao acompanhamento dos filhos e de outros fami-

A gravidade das medidas anunciadas pelo Governo, com o aplauso das confederações patronais, justifica e exige uma forte resposta dos trabalhadores, que esclarecidos e mobilizados são capazes de derrotar o pacote laboral, garantir a defesa e alargamento dos seus direitos e conseguir a melhoria das suas condições e nível de vida.

O PCP, que esteve, está e estará com os trabalhadores, assume as suas responsabilidades e prosseguirá no esclarecimento e na mobilização necessária para impedir que tais projectos se concretizem. Uma acção de esclarecimento e mobilização que constitui simultaneamente um elemento da maior importância para que muitos trabalhadores percebam que é o seu reforçado apoio ao PCP e o seu voto na CDU nas próximas eleições que pode assegurar a derrota definitiva desta ofensiva, que pode ajudar a criar condições para a viragem para uma política de esquerda capaz de dar resposta aos interesses e aspirações dos trabalhadores e do povo português e às necessidades do país.

# O negócio da Torralta

**A** viabilização e recuperação da Torralta e o aproveitamento das enormes potencialidades da área de desenvolvimento turístico de Tróia são objectivos cuja importância, a todos os títulos, é unanimemente reconhecida. Tal não significa porém que as condições concretas em que o Governo aceitou ceder os créditos do Estado sobre a Torralta ao grupo SONAE sejam isentas de qualquer crítica. Em alguns pontos concretos, os interesses do Estado poderiam e deveriam ter sido melhor acautelados.



■ António Filipe

Como é do conhecimento geral, em Julho de 1997, o Governo assinou com um agrupamento de empresas pertencentes ao grupo SONAE um contrato de compra e venda dos créditos do Estado sobre a Torralta, na base de um plano de investimentos que este grupo empresarial se comprometeu a levar a cabo na península de Tróia. Sendo inquestionável o objectivo de recuperar a Torralta e de aproveitar condignamente as grandes potencialidades de desenvolvimento turístico da península de Tróia, este contrato gerou uma polémica que ainda subsiste quanto ao conteúdo de algumas cláusulas constantes do acordo celebrado.

meios de financiamento à TORRALTA, incluindo nomeadamente o pagamento dos salários aos trabalhadores, quer mediante financiamentos directos quer mediante a prestação de garantias a financiamentos contraídos pela empresa.

Apesar desta situação, a empresa possuía um considerável património imobiliário. Em Tróia: 5 torres de apartamentos, duas das quais incompletas; 8 bandas de apartamentos de 3 andares; 7 restaurantes, vários snacks, cafetarias, bares e discotecas; um campo de golfe, 3 campos de futebol relvados, 12 campos de ténis, piscinas, salas de cinema e de congressos, supermercado e salão de jogos; um centro hípico; um hotel inacabado e um terreno abandonado para onde se projectava o casino; 160 hectares não explorados pertencentes a uma empresa do grupo. No Algarve: hotéis São Cristóvão e Meia Praia; parte do complexo turístico do Alvor, incluindo restaurantes, bowling, discoteca, supermercado e 73 apartamentos; edifício na Praia da Rocha, com piscina, cafetaria, bar, restaurante e anexo onde funciona o casino; a Fábrica Portugal; um estádio de futebol e vários lotes de terreno. A Torralta possuía ainda 3 propriedades no Alentejo, parte de um quarteirão em Lisboa e 21 apartamentos no Cacém.

A decisão do actual Governo em relação à Torralta fôï a de abrir um concurso de pré-qualificação para a compra dos créditos do Estado. De entre os vários concorrentes, apenas um agrupamento de duas empresas ligadas ao grupo SONAE (a Orbitur e a Solinca) conseguiram cumprir os requisitos exigidos para a pré-qualifica-

contos, a pagar em 25 anos, vencendo-se a 1.ª prestação (de 350 mil contos) no ano de 2007 e a 2.ª (de 200 mil contos) no ano de 2014. Os créditos do Fisco e da Segurança Social foram vendidos em Janeiro de 1998, num momento em que o seu montante ascendia a 29,5 milhões de contos, por um milhão de contos, valor que o Governo havia estabelecido como base mínima de licitação num concurso a que se apresentou afinal um único concorrente.

Entretanto, a partir de Setembro de 1997, a posição do Estado na Assembleia de credores passou a ser assumida pelos representantes do grupo SONAE.

Nos termos do contrato, o Estado disponibilizou-se para celebrar um contrato de investimento em ordem a assumir as seguintes obrigações para com o grupo SONAE: atribuição da possibilidade de aumentar o número de camas turísticas na zona de Tróia (sendo certo porém que qualquer intervenção urbano-turística só poderá ter lugar após aprovação e ratificação de um plano de pormenor, a elaborar pelo município de Grândola e a ratificar pelo Governo). Atribuição de incentivos financeiros e fiscais com a natureza, o âmbito e os montantes previstos no projecto de investimento, ou outros equivalentes do ponto de vista económico-financeiro. Atribuição de uma carreira de transporte não regular entre Tróia e Setúbal pelo prazo de 15 anos. Atribuição de uma eventual Marina. Alteração da localização do cais de atracagem. Desenvolvimento de esforços para encontrar uma solução que permita a construção no empreendimento de um

decreto-lei que estabeleça as suas condições concretas, o que ainda não fez.

Em relação ao regime de concessão acordado, importa reter o seguinte: a contrapartida inicial foi substituída pelo investimento a realizar na península de Tróia (o compromisso assumido foi o de investir 10 milhões de contos em 7 anos). Esta situação não é, em si, anormal. As contrapartidas iniciais impostas variam conforme as concessões em causa, não sendo possível comparar rigorosamente as situações, dada a sua diversidade.

O regime de contrapartidas periódicas que são estabelecidas é também variável. A contrapartida prevista para a Zona de Tróia (10% da receita bruta) é muito baixa quando comparada com 50% vigentes para o Estoril, Espinho, Póvoa do Varzim, ou com 35% para o Algarve. Acontece no entanto que, nestes casos, outros encargos e nomeadamente as quantias pagas a título de Imposto de Jogo são deduzidas na contrapartida, o que não acontecerá em Tróia.

Porém, um aspecto que, esse sim, não tem precedente, reside no facto de se prever que 80% do valor pago a título de contrapartida pela concessão do Jogo reverta para uma sociedade gestora das infra-estruturas do complexo de Tróia que terá a própria concessionária como accionista, fazendo assim reverter boa parte da contrapartida a favor da própria concessionária. Não se contesta o interesse público da gestão das infra-estruturas nem o facto óbvio de tal reversão ser também do interesse legítimo da autarquia em que o complexo se situa. Anota-se simplesmente, por ser digno de registo, que a concessionária da Zona de Jogo de Tróia obteve por esta via, para si, um benefício que outros concessionários de outras Zonas de Jogo não obtiveram até à data.

## Em conclusão

Acresce ainda que, nos termos do acordado, basta que o Estado não possa cumprir alguma das obrigações que assumiu, seja por que motivo for, ou que o grupo SONAE não adquira em condições que considere convenientes, outros terrenos, propriedade de terceiros, que deseja integrar no projecto, para que a SONAE possa devolver os créditos ao Fundo de Turismo. Por outras palavras, o grupo SONAE ficou com a faca e o queijo na mão. Se alguma coisa não sair à medida dos seus projectos, devolve o contrato e deixa de novo o Estado a braços com o problema da Torralta.

Este breve artigo deixa por abordar muitos dos grandes problemas relacionados com o caso Torralta, e desde logo o dos seus trabalhadores. Teve como único objectivo dar uma visão muito sucinta das bases em que assenta o contrato que o actual governo assinou com o grupo SONAE em torno do complexo e dramático problema da TORRALTA e chamar a atenção para alguns aspectos em que os interesses do Estado poderiam ter sido melhor acautelados.

A procura de uma solução para o problema da Torralta é algo de inquestionável. Tal como o é o facto de existir hoje uma possibilidade real de desenvolvimento da península de Tróia que supere a situação de degradação a que se chegou. O que é questionável, neste processo, é que o Governo, perante o aparecimento de um grupo económico interessado em fazer do complexo de Tróia uma das suas vertentes de negócio, se tenha colocado na posição de quem "está por tudo" para se ver livre de um problema, fragilizando assim a posição negociada, enquanto credor público, poderia e deveria ter assumido.



Importa afirmar com inteira clareza que a adopção de medidas destinadas a viabilizar a Torralta pecou, em primeiro lugar, por tardia. Desde há vários anos que o problema se arrastava. O processo especial de recuperação da empresa corria no Tribunal de Grândola desde Julho de 1993, tendo o Estado responsabilidades indeclináveis como credor largamente maioritário. No final de 1995, a TORRALTA apresentava um passivo superior a 39 milhões de contos e uma situação líquida negativa superior a 8 milhões de contos. Parte das empresas do Grupo encontravam-se em falência, desactivadas ou sem apresentar demonstrações financeiras desde 1991. Desde 1993 que o Estado se via obrigado a assegurar

ção, pelo que, homologado o resultado do concurso, que não foi impugnado por nenhum dos concorrentes preteridos, o Governo passou a negociar directa e exclusivamente com a SONAE as condições para a compra e venda dos créditos que viriam a ser firmadas no contrato de Julho de 1997.

## Preço de ocasião

As condições acordadas para a compra e venda dos créditos foram as seguintes: os créditos do Fundo de Turismo e do IEFP (com o valor nominal de 2,7 milhões de contos) foram vendidos por 4,9 milhões de

segundo campo de golfe. E por último, mas não menos importante, a concessão da exploração da Zona de Jogo.

## A Zona de Jogo

Este problema da concessão da Zona de Jogo daria, só por si, um artigo bem maior que este. No espaço razoavelmente disponível, importa dizer que, assumindo esta uma importância decisiva no contexto do contrato, optou o Governo por utilizar a faculdade legal de que dispõe para isentar esta concessão do concurso público que em circunstâncias normais deveria ter lugar. Terá de o fazer, no entanto, através de um

# A vitória na carreira e as próximas batalhas dos professores

Entrevista com Paulo Sucena

Texto  
Domingos Mealha  
Fotos  
Jorge Caria

**O** ano de 1998 fechou, para os educadores de infância e os professores dos ensinos básico e secundário, com a assinatura de um acordo sobre a estrutura da carreira docente e respectiva grelha salarial. As negociações da Fenprof com o Governo prolongaram-se por quase dois anos, mas o velho e desadequado estatuto docente impôs-se durante quase uma década, gerando descontentamento e suscitando fortes protestos. Nesta entrevista, Paulo Sucena, secretário-geral da Federação Nacional dos Professores e membro do Comité Central do PCP, fala sobre a importância das conquistas alcançadas, os problemas que ainda se mantêm e as linhas de intervenção da Fenprof no ano corrente, marcado por dois actos eleitorais.

«Avante!»: A Fenprof classificou o acordo de 11 de Dezembro como uma «vitória importante». O que ganharam de importante os professores? Foram, sobretudo, aumentos salariais?

**Paulo Sucena:** Em termos salariais, foi uma vitória não total. Os professores contratados e os professores no início da carreira não foram suficientemente valorizados. Todavia, na sua globalidade, a situação salarial dos professores melhorou.

Também no que diz respeito ao Estatuto, há ganhos importantes. Acabou, finalmente, a portaria que roubava tempo de serviço a milhares de professores, praticamente todos os que tinham mais de dez anos de serviço em 1989. A partir de Setembro, o tempo de serviço é contado integralmente e os professores passam a estar colocados nos escalões correspondentes ao tempo de serviço efectivamente prestado.

Para nós é histórico, por ser a primeira vez que acontece, o facto de os professores verem os seus vencimentos valorizados em todos os escalões sem que se tenha verificado o aumento do número de anos para chegar ao topo da carreira. Pelo contrário: foi reduzido de 29 para 26 anos o tempo de actividade docente para chegar ao topo da carreira.

Manteve-se a paridade entre a carreira técnica superior da Administração Pública e a carreira docente, reivindicação que para nós era muito importante e que esteve na origem das maiores greves da história do movimento sindical docente. Esta foi uma conquista decisiva alcançada após o 25 de Abril, e a sua defesa, como forma de evitar a degradação do estatuto profissional, unirá sempre os professores.

Este resultado das negociações sobre a estrutura da carreira docente foi uma vitória muito significativa dos professores. Mas, como a Fenprof disse com muita clareza, esta vitória não se pode justificar apenas na firmeza negociadora que tivemos; ela firmou-se fundamentalmente na determinação, na unidade e na disposição para a luta que os professores sempre manifestaram neste processo, que foi muito longo e muito complexo.

**Não foi até demasiado longo?**

Evidentemente que podemos aceitar que sim. Este Governo e este Ministério seguiram as passadas de ministros anteriores. Podemos dizer que nesta década a estratégia de negociação com os professores foi sempre a mesma: a

criação de grandes hiatos, tentando provocar o desgaste e a desmobilização.

Ou havia grandes hiatos negociais, ou vinha o Governo, à velocidade da luz, a querer fechar negociações. Este jogo, contra o qual sempre protestámos, servia ao Ministério para tentar satisfazer o mínimo possível das nossas reivindicações.

Mas os professores e a Fenprof conseguiram marcar o terreno. Numa das vezes em que o Governo queria encerrar uma parte da negociação de maneira fulminante, a federação ameaçou com uma greve e o prazo para negociação foi alargado. Essa greve foi levantada e, mais tarde, acabámos por fazer outra.

Não há uma única benesse deste Governo, embora se tenham aberto portas de diálogo que, com os governos do PSD, de maioria absoluta, tinham estado sempre cerradas. Houve avanços, mas tudo foi conquistado a pulso, pela força,

pela unidade, pela determinação dos professores e pelas formas de luta que levaram a cabo.

**Mas, depois do acordo de Dezembro, a carreira docente ficou mais compensadora...**

Certo. Ainda não é suficientemente aliciante no seu início, apesar de haver melhorias. São demasiado baixos os salários dos professores contratados, que ainda não estão na carreira. Mas é claramente mais aliciante do que era até aqui. É necessário ter muita atenção e valorizar muito mais os índices do início de carreira na revisão de 2003.

**Pelos resultados globais alcançados e pelo momento em foi concluído o acordo, pode o Governo esperar que 1999 seja um ano sem protestos por parte dos professores?**

Creio que o Governo não pode considerar isso, até porque muito pouco tempo depois de ter sido firmado o acordo, o Ministério da Educação já se confrontou com manifestações, como a dos professores do 1.º ciclo.

Do ponto de vista das políticas, este Governo não se distingue dos anteriores. Segue as pisadas neoliberais e um dos eixos é o favorecimento do sector privado, em detrimento do sector público.

A Fenprof não vai ficar parada à sombra dos louros colhidos. Há uma série de questões colocadas sobre a mesa, que já fazem parte de um plano de acção aprovado pelo Secretariado Nacional, nos dias 21 e 22, onde a grande questão é exactamente a defesa de uma escola pública de qualidade.

Iremos fazer um fórum no auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, no dia 23 de Fevereiro, que tem como lema «Unir vozes em



torno de uma escola pública de qualidade para todos». Este problema transcende a própria classe docente, coloca-se à sociedade portuguesa. Para o fórum convidámos o Presidente da República (que se associa à iniciativa enviando uma mensagem), o reitor da Universidade de Coimbra, associações de estudantes, associações e confederação de pais e encarregados de educação, os coordenadores da CGTP e da federação dos sindicatos da Função Pública, uma personalidade do meio universitário com preocupações de natureza social...

Em Maio, o Conselho Nacional da Fenprof vai discutir um plano de acção, colocando à sociedade portuguesa e aos partidos políticos o que consideramos serem os grandes problemas do sistema educativo português. Ao mesmo tempo, vai também aprovar um conjunto de medidas concretas que consideramos essenciais para o salto qualitativo que é preciso dar na educação, desde o pré-escolar ao ensino superior. Tal como fizemos há quatro anos, queremos levar esse caderno reivindicativo aos líderes dos principais partidos concorrentes às eleições.

**Vai aí estar em exame a «paixão» do primeiro-ministro?**

Evidentemente que sim. O plano de acção irá partir de um diagnóstico da situação educativa no País, considerando aquilo que há de positivo, as conquistas e melhorias alcançadas, considerando aquilo que ficou na mesma ou em que as propostas do Governo foram insatisfatórias ou suscitaram críticas fortes por parte dos professores e da Fenprof.

## Falta empenho do Governo para um ensino público de qualidade

«Avante!»: A Fenprof coloca muita ênfase nas questões que dizem respeito ao sistema público, tanto nos aspectos profissionais, como quanto à própria qualidade do ensino. O ensino público é melhor para os professores do que o privado?

**Paulo Sucena:** A Fenprof, por princípio, nunca foi contra a existência de ensino privado. Considera é que os preceitos constitucionais e da Lei de Bases do Sistema Educativo, no que diz respeito à igualdade de oportunidades de acesso e de sucesso, serão alcançados através da responsabilização do Estado na expansão e manutenção de uma rede pública de qualidade, cabendo ao ensino privado um papel necessário mas supletivo.

Quanto à situação socioprofissional dos docentes, a nossa posição é de uma grande clareza e é por isso que os sindicatos da Fenprof têm um número de sócios cada vez maior no ensino privado. Defendemos que os professores do ensino privado tenham um estatuto igual aos do ensino público, ou o mais semelhante possível, e já foram dados passos muito grandes nesse sentido. Não queremos qualidade só no ensino público, queremos-la também no ensino privado, e não apoiamos abertura de escolas privadas sem qualidade. Para isso, é preciso que o estatuto dos professores esteja devidamente valorizado.

Estamos frontalmente contra a política de desresponsabilização do Estado na expansão do ensino público. As grandes linhas orientadoras deste Ministério - como se vê na educação pré-escolar, no diploma sobre gestão democrática e autonomia das escolas - resultam em medidas cujo traço comum é o Estado procurar descartar-se de responsabilidades. A Fenprof tem estado desde o primeiro momento na denúncia desta atitude política e na sua veemente condenação.

**Quando a Fenprof toma a iniciativa de convocar várias vozes para o fórum da escola pública, não estará a centrar a atenção sobre as políticas, os alunos ou as condições sociais, mais do que relativamente aos professores e às suas responsabilidades no sistema?**

Noutras iniciativas de carácter aberto que já promovemos, como acerca da educação pré-escolar, tivemos sempre o cuidado de, logo na intervenção de abertura, afirmar que, mesmo atendendo a que a circunstância educativa é, de facto, precária em muitos aspectos, os professores assumem toda a sua responsabilidade enquanto actores principais do processo educativo. E declaram-se disponíveis para arcar com responsabilidades no sentido de serem os principais dinamizadores da desejada escola de qualidade.

Mas colocam, exactamente no mesmo plano, a exigência de condições para levar a bom termo esse objectivo. E aqui aparecem reivindicações muito claras quanto à estabilidade de emprego - com grandes movimenta-

ções sociais, conquistámos recentemente a vinculação de dez mil professores -, quanto à sobrelotação das escolas e de muitas turmas, quanto à tão necessária reforma curricular e dos programas...

E também é necessária uma boa formação inicial e contínua dos professores. A Fenprof considera a formação inicial bastante deficiente, enquanto a formação contínua está verdadeiramente envenenada pela filosofia dos créditos e, em vez de permitir a actualização dos professores e colmatar eventuais lacunas, está transformada numa corrida aos créditos, que permitem a subida na carreira. Outra luta da Fenprof neste ano vai ser pela abolição deste sistema de créditos, que já tinha sido prometida pelo Governo, e por uma formação contínua ajustada às necessidades da escola e dos professores.

Quando colocamos as questões da educação em fóruns com várias vozes, assumimo-nos sempre como os actores principais dentro deste sistema, com a consciência absoluta de que sem professores de qualidade, com uma boa formação inicial e uma boa formação contínua, sem ajustadas condições de trabalho, sem programas e currículos adequados e sem uma gestão democrática e uma autonomia sustentada, não é possível esse quadro de qualidade do ensino. E nada disso é possível sem que o Estado, através do Governo, se responsabilize e se empenhe grandemente. Mas todos os indícios que este Governo nos tem dado mostram que o Estado não se quer responsabilizar como devia.



## Escolas do 1.º Ciclo

## Um mundo degradado e esquecido

■ Lígia Calapez

Falta um pouco de tudo, nas nossas escolas do 1.º Ciclo. Das cantinas ao aquecimento, do material escolar aos recreios. Por vezes mesmo os professores. Vezes sem conta, os auxiliares de acção educativa. Um mundo escolar degradado e esquecido que a Fenprof apostou em mostrar nestes dias a todos nós. Num percurso que envolve as escolas degradadas da periferia de Lisboa, o isolamento que se vive em terras do Alentejo, ou os exemplos múltiplos, em Viseu, espelho do que existe em muitos outros pontos do País, de escolas que não são deste século.

Das 700 a 800 escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) em funcionamento no distrito de Lisboa, apenas cerca de um terço têm refeitório. Os preços oscilam entre os 450 e os 300 escudos, enquanto nas escolas do 2.º e 3.º CEB e Ensino Secundário o preço é de 200 escudos.

No Distrito de Leiria arrastou-se a situação de várias escolas com turmas/alunos sem professor, em simultâneo com professores sem colocação. Um facto que tem a ver apenas com o aumento de burocracia por parte do Ministério da Educação, que faz depender a contratação de professores de parecer favorável do Gabinete de Gestão Financeira do Ministério. Arrastando assim processos por absurdo excesso de burocracia.

Estes apenas duas situações, dois exemplos avulsos, de uma realidade que, de múltiplas formas, afecta todo o 1.º Ciclo, atingindo um sem-número de crianças numa fase particularmente importante do seu desenvolvimento.

Neste momento, muitas escolas subsistem através de boas vontades de pais e professores, mantendo-se, na prática, a filosofia anterior ao 25 de Abril em que os pais que podiam pagar contribuam para a acção social dos que não tinham posses, desresponsabilizando-se assim o Estado. Situação só superável com «a atribuição a todas as escolas de um orçamento global anual independente de qualquer candidatura a programa(s)/projecto(s)», como a Fenprof já reivindicava no seu VI Congresso.

O périplo pelas escolas do 1.º Ciclo do distrito de Viseu, organizado segunda-feira passada pela Federação, veio confirmar, de forma incontornável, todos estes problemas.

A escola de Codeçais, Castro Daire, em obras promovidas pela autarquia face ao anúncio da visita com jornalistas, não possui casas de banho com condições mínimas, o recreio não tem qualquer vedação, falta-lhe material didáctico. Em Lomba da Avó, também em Castro Daire, as aulas são dadas numa garagem porque o caminho que leva ao edifício da escola está impraticável. Não há audiovi-

suais, não é possível aos professores fazer fotocópias. Mais ainda, como referiu o coordenador do Sindicato dos Professores da região centro, Mário Nogueira, «quase todo o material que existe nestas escolas é construído ou comprado pelos professores».

Os factos falam por si. Uma realidade que impõe a urgência de um ensino público de qualidade, como é exigido pela Fenprof. E que inevitavelmente passa por uma autonomia que não desresponsabilize o Estado, antes pressuponha um acréscimo significativo no Orçamento do Estado para a Educação.

## Fenprof em campanha

## Por um ensino público de

A abertura urgente de um processo de consulta dos parceiros educativos e a negociação, ainda durante o ano lectivo de 1998/99, de um caderno de concretização de medidas que possa conduzir à valorização deste nível de ensino e promova uma escola pública de qualidade - são exigências fundamentais no quadro da Campanha Nacional para a Valorização e Dignificação do 1.º Ciclo promovida pela Fenprof, e apresentadas na concentração de dia 15, no Ministério da Educação.

Dia 15 de Janeiro, no quadro de uma concentração de professores e dirigentes sindi-

cais, com cartazes apelando à resolução dos graves problemas e a uma nova política para a educação, fez-se a entrega de milhares de postais assinados por pais, encarregados de educação, professores e cidadãos de todo o país, tendo como destinatário o ministro da Educação.

Uma iniciativa - com continuidade - que estes dias culminou um conjunto de acções destinadas a chamar a atenção para a situação que se vive nas escolas do primeiro ciclo.

Por todos os distritos do país foram entretanto promovidas diversas acções no sentido de dar visibilidade às difi-

culdades que atravessam as escolas deste ciclo de ensino.

Na concentração, de par da divulgação de dados concretos sobre as condições das escolas isoladas e/ou desfavorecidas, foi dado particular destaque a algumas questões concretas.

A clarificação das competências do Ministério da Educação e das autarquias, para evitar «uma situação de pingue-pongue em que cada entidade atire para a outra quando se fale em verbas», foi referida por Helena Gonçalves, coordenadora do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Fenprof.

De lembrar que o programa Alpha - que pressupõe um

investimento igual do ME e das autarquias - não resolve esta questão base pois «se há problemas com o financiamento das autarquias para a área da educação, o programa está logo à partida um pouco comprometido».

O diagnóstico, particularmente negativo, feito pelos dirigentes da Fenprof, envolve uma crítica directa ao Ministério que «não actua».

O dirigente sindical Mário Nogueira lembrou, nomeadamente, a questão dos docentes a trabalhar em zonas isoladas, que desde há muito está previsto que deveriam receber um subsídio, matéria que entretanto nunca foi regulamenta-

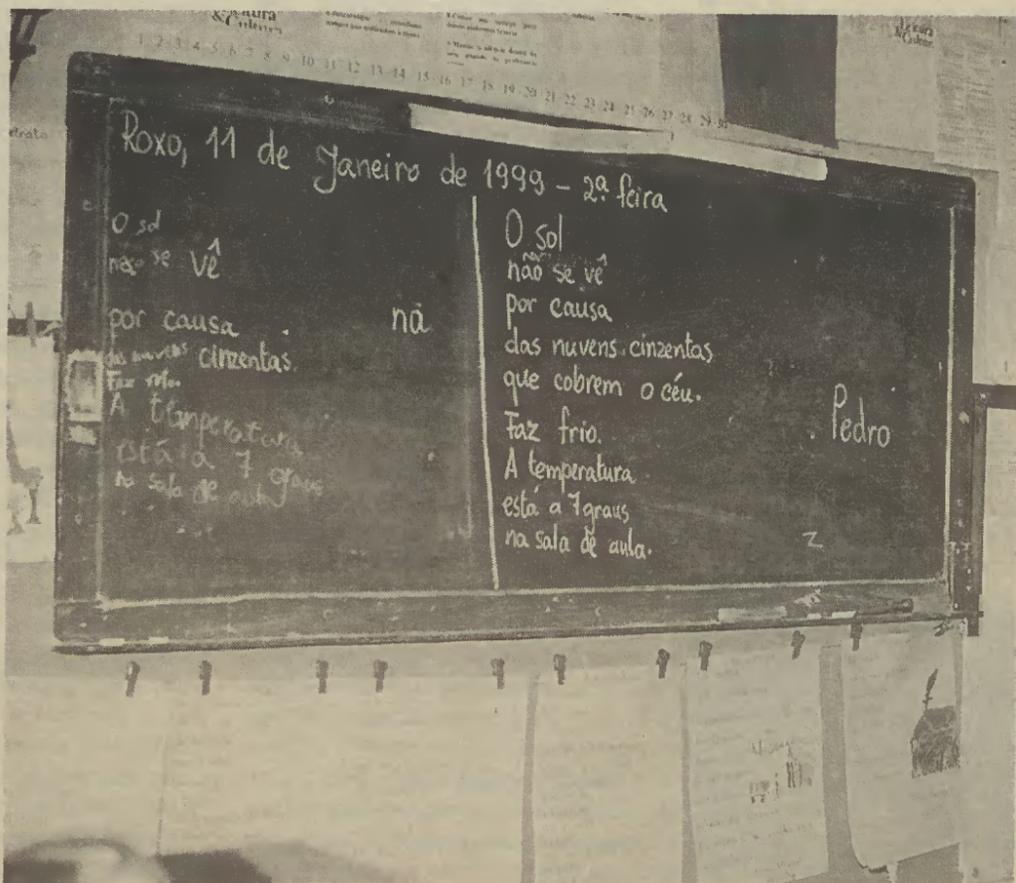
## As nossas crianças merecem o melhor

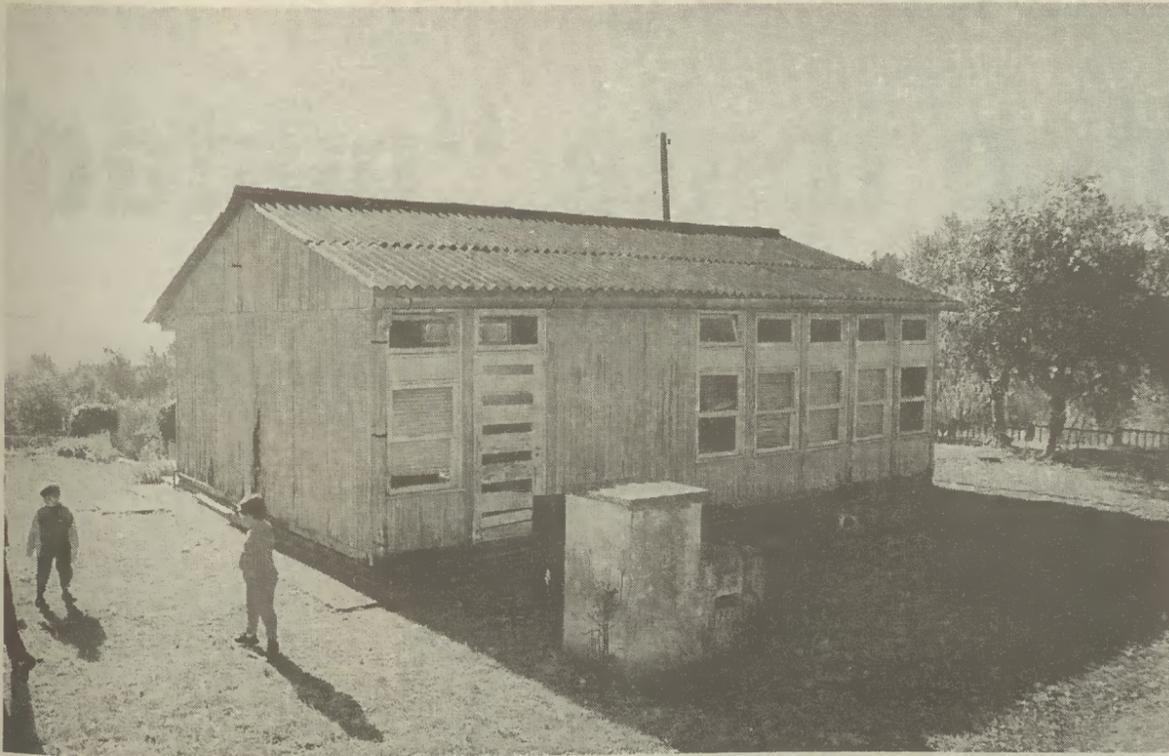
«As escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico vivem uma situação, quer no plano dos recursos humanos quer no plano dos recursos físicos e materiais, inaceitável. Ao Estado compete criar as condições necessárias para o funcionamento adequado das escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Pensamos ter

chegado o momento de mudar! A escola do 1.º ciclo é para todos. Exigimos, por isso, qualidade no ensino público. As nossas crianças merecem o melhor!»

Este teor dos milhares de postais enviados de todo o País para o ministro da Educação.

Escola do Roxo. A alegria dos miúdos não pode encobrir os problemas reais. Há dias em que na sala de aula a temperatura desce aos sete graus





## Problemas em destaque

«É urgente a definição clara das competências do M.E. e das autarquias em relação às escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico» - esta a nota final do documento entregue no Ministério da Educação pelo Secretariado Nacional da Fenprof, que testemunha da sua importância no quadro da mudança que se impõe imprimir no ensino básico.

O documento da Federação Nacional dos Professores, entregue no M.E. no passado dia 15, desdobra-se em seis grandes áreas, com uma análise crítica da situação e propostas concretas para lhe dar resposta.

Num primeiro ponto, sobre **financiamento**, são denunciadas as graves dificuldades que se vivem nas escolas do 1.º Ciclo, «sendo vulgar os professores suportarem do seu bolso as despesas correntes» e as escolas autofinanciarem-se «junto dos encarregados de educação».

Mesmo quando as Câmaras disponibilizam alguns apoios, «a falta de um orçamento global anual não permite uma programação correcta e atempada e contínua das actividades a desenvolver». Quanto ao M.E., limita-se a apoiar «alguns projectos pedagógicos que se enquadram em programas nacionais».

A situação das **escolas isoladas e/ou desfavorecidas** é outro dos pontos do documento.

Um problema complexo pois, «se, por um lado, a extinção destas escolas pode acarretar a “morte” de algumas povoações e acentuar a desertificação das zonas rurais do País, por outro lado, pode trazer benefícios às crianças ao proporcionar-lhes outro espaço de desenvolvimento e outros contactos humanos e culturais».

Também as escolas das áreas urbanas degradadas «precisam de urgente intervenção para que possam dar as respostas educativas adequadas».

O desinvestimento do Ministério da Educação no que respeita ao **pessoal auxiliar de acção educativa** é particularmente salientado pela Fenprof que denuncia, de par da falta de uma adequada formação, a precariedade do vínculo laboral que não estimula «a desejável estabilidade que permita uma relação afectiva e de confiança escola/trabalhador/alunos/encarregados de educação».

Os problemas de **higiene e segurança** e o estado de degradação e a desadequação de **edifícios escolares e equipamentos** surgem como questões particularmente sentidas. A implementação de **refeitórios** é uma exigência incontornável, impondo-se que «o ME e o governo assumam as suas responsabilidades nesta área».

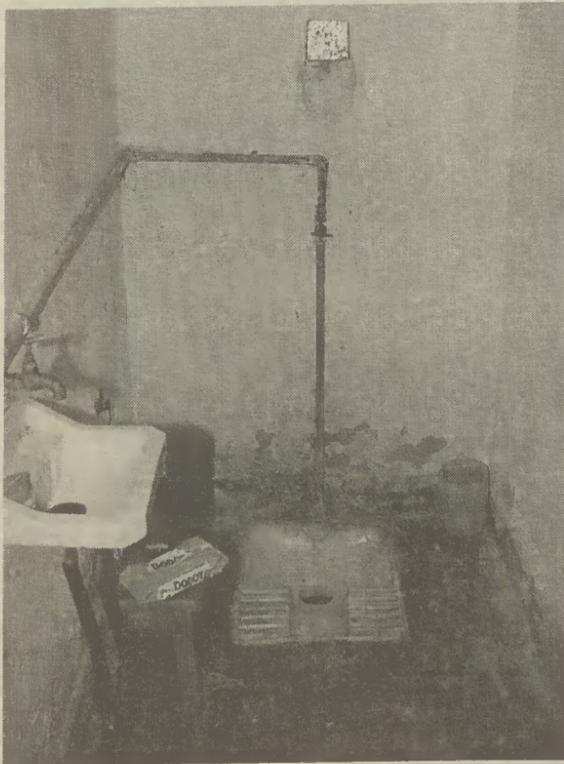
A direcção da Fenprof dá particular relevo à  **direcção e gestão das escolas**, considerando que «a descentralização do sistema educativo, a autonomia das escolas e a autonomia dos docentes são condições fundamentais para garantir a escola de qualidade».

## qualidade

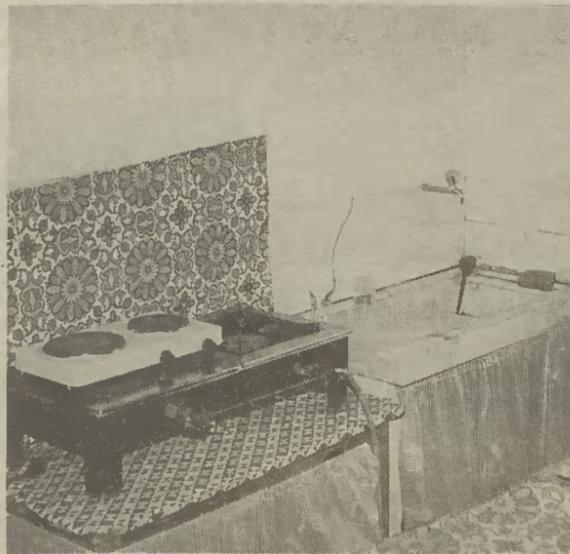
da. Ou a decisão de criar a escola de turno único, a tempo inteiro, que na prática não funciona. Os complementos curriculares não existem e os tempos livres apenas são realidade por iniciativa dos pais.

A campanha da Fenprof vai continuar. Iniciada em Setembro com iniciativas de rua, teve outro ponto alto com a realização, dia 23, de um fórum nacional e Coimbra e, dois dias mais tarde, uma visita guiada a escolas de Viseu.

Uma luta que vai continuar. De momento os professores vão *esperar para ver*. Mas poderão optar por outras formas de protesto.



A escola da Amoreira é um exemplo da mais profunda degradação. Palavras para quê?



## Os professores propõem

- Atribuição a todas as escolas de um orçamento global anual e independente de qualquer candidatura a programa(s)/projecto(s). Este **financiamento** deve respeitar o estabelecido para as escolas dos outros ciclos e deve ter em consideração os recursos necessários para a plena execução do projecto educativo de escola.
- Colocação de **auxiliares de acção educativa** a tempo inteiro em todas as escolas independentemente do número de alunos ou do número de lugares docentes. Realização de acções de formação com qualidade que possibilitem uma relação pedagógica correcta com toda a comunidade escolar.
- Estruturação coerente da rede escolar, com o envolvimento dos parceiros e respeitando as dinâmicas locais. Criação de melhores condições de trabalho para alunos e professores. Definição correcta de **áreas isoladas e áreas desfavorecidas**.
- Conceção de projectos de construção escolar que respeitem os conceitos de ergonomia e as características de funcionamento das escolas e do público alvo, propiciadores de um clima favorável à aprendizagem tendo em conta os planos curriculares existentes, bem como um con-
- junto diversificado de serviços. As escolas devem ser dotadas com **equipamentos** e centros de recursos munidos dos materiais necessários ao correcto desenvolvimento das actividades escolares.
- Acréscimo significativo do Orçamento de Estado para a Educação. Criação de condições para a **participação dos professores** em todos os órgãos de direcção e gestão.
- Alargamento da rede de **refeitórios** escolares com os recursos humanos e materiais necessários ao seu funcionamento.

Entrevista com Leandro Vale

Texto: J.L.B.

Fotos: Arquivo

# Carrilho tenta "matar" teatro de Bragança

**M**anter uma companhia de teatro profissional há quase 20 anos, no Nordeste Transmontano, é obra. O segredo dessa aventura conhece-o Leandro Vale, Director Artístico do Teatro em Movimento.

Foi com Leandro Vale que falámos, numa semana em que o TM levava à cena "Na Barca com Mestre Gil", uma peça de Jaime Gralheiro, no Auditório do Instituto Português da Juventude, em Bragança. Visitámos ainda o Estúdio António Pedro, espaço cedido pelo Município de Bragança e local onde a companhia trabalha regularmente.

Da conversa com Leandro Vale veio ao de cima o trabalho desenvolvido nestes anos todos, a política do Ministério da Cultura, o facto de o IPAE não ter atribuído subsídio para 1999 e as propostas para o futuro da companhia que dirige.

«Avante!» – Como e quando nasceu o Teatro em Movimento?

**Leandro Vale** – O Teatro em Movimento/Companhia de Teatro de Bragança existe há já 19 anos e nasceu a partir de uma análise que fiz após um curso de sensibilização teatral que realizei na cidade de Bragança, proposto pelo Clube de Bragança à Secretaria de Estado da Cultura, em 1979.

Na sua origem estiveram as então actrizes da Casa da Comédia, Helena Vidal e Inez Palma, bem como um próprio, nessa altura actor da mesma companhia.

O seu primeiro trabalho, *Quando o Mar Galgou a Terra*, de Armando Cortes Rodrigues, foi desde logo apoiado pela Secretaria de Estado da Cultura, INATEL e autarquias do distrito onde se viria a instalar.

Criada em Lisboa, mas já com o sentido da sua instalação no Nordeste Transmontano, teve como objectivo principal a descentralização para uma área geográfica que, naquela altura, como hoje acontece, se encontra perfeitamente esquecida do Poder Central.

Virada essencialmente para a criação de espectáculos de autores nacionais, montou, até hoje 82 espectáculos, destinados aos mais variados públicos, tendo como alvos preferenciais as crianças, a juventude e os meios rurais.

Não se quer dizer com isso que tenha esquecido um dos principais objectivos, a itinerância, podendo dizer-se que ao longo da sua existência foram visitados todos os distritos do país e Região Autónoma dos Açores – sendo a primeira companhia portuguesa a visitar regularmente as ilhas ao longo de 12 anos.

Assim foram realizados mais de 4000 espectáculos ultrapassando os 450.000 espectadores.

**Av.** – Numa região do interior tão carenciada de tudo, como é Trás-os-Montes, foi difícil sobreviver?

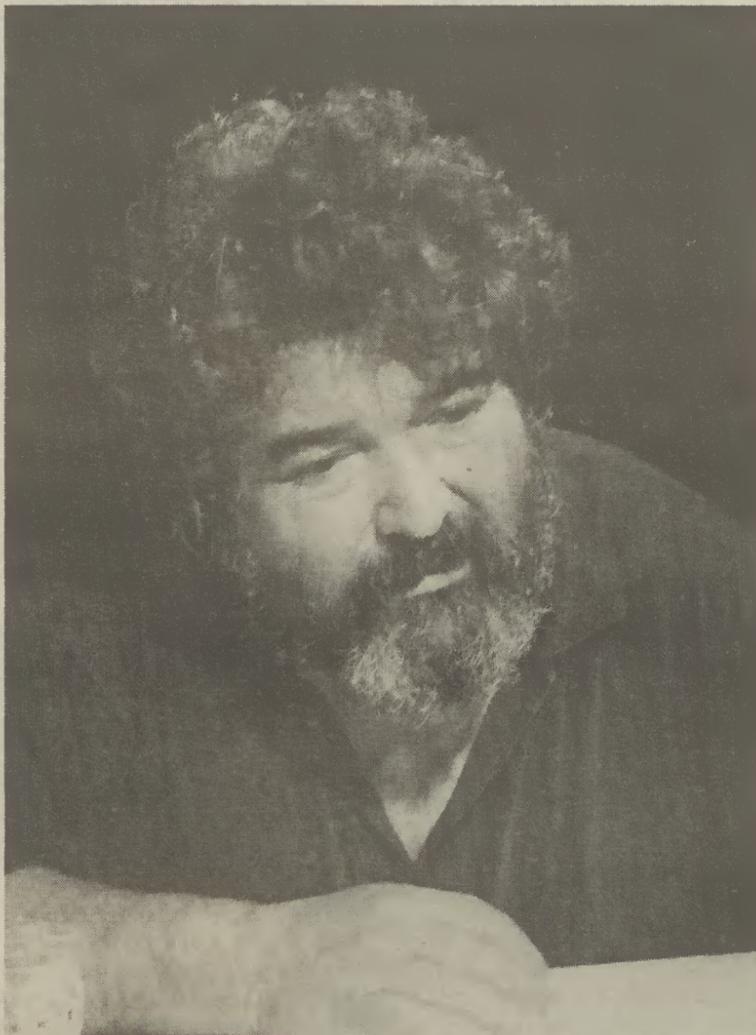
**L.V.** – Falar nesse assunto é chover no molhado porque, como tudo o que acontece com o Nordeste Transmontano, nada bate certo em relação ao Poder Central, a ponto de, neste momento, termos dois processos judiciais em marcha contra o Ministério da Cultura.

Mas em contrapartida podemos dar-nos satisfeitos com os outros apoios recebidos, quer da parte de entidades oficiais, INATEL, Projecto Vida, Instituto Português da Juventude, Secretaria de Estado das Comunidades, Direcção Regional de Assuntos Culturais dos Açores, Marinha e Força Aérea Portuguesas, Ministério da Educação, Educação Recorrente, quer da parte de autarquias a nível de todo o país, com principal incidência para as do distrito de Bragança, quer de regiões do Alentejo e Açores, ainda do Governo Civil de Bragança, e entidades privadas, das quais destacaremos a Fundação Calouste Gulbenkian.

A juntar a estes apoios, dois bastante importantes: Delegação do Norte da Secretaria de Estado da Cultura e, a nível Comunitário, o Subprograma C do PRONORTE, que em dois anos consecutivos co-financiou o Projecto Animação de Zonas Históricas que tanto êxito alcançou.

Estes apoios têm sido dados não apenas para a área de apresentação de espectáculos, como para a organização de cursos e Oficinas da Criança, num total que se aproxima da vintena.

Importante ainda tem sido o contributo dado por esta compa-



Leandro Vale

nhia no apoio a grupos de teatro amador, quer no aspecto de formação, montagens e distribuição de textos, muitas vezes solicitada por autarquias e outras entidades.

Tudo isto não impede que a companhia tenha muitas dificuldades, como os sectores de vida no Nordeste Transmontano.

**Av!** – Certamente que são muitas. Queres referir-nos algumas?

**L.V.** – A principal dificuldade encontrada pela companhia, durante todos estes anos, foi a falta de salas onde pudessem ser realizados espectáculos.

Assim, os mesmos eram feitos sempre que as condições climáticas o permitiam, ao ar livre.

Noutras épocas, aquando da nossa instalação em Bragança, tivemos de nos adaptar e qualquer local servia, desde um estábulo a um café.

Felizmente, com o correr dos tempos, as autarquias foram verificando a necessidade de construírem salas onde se pudessem realizar os espectáculos.

Assim, começaram a nascer em dezenas de freguesias, e também nas sedes de concelho, algumas delas sem qualquer espécie de local onde fossem possíveis as representações, algumas salas, muitas com boas condições, sendo boa parte concebidas debaixo da nossa direcção.

Só por isso, já a nossa presença, no Nordeste Transmontano, teria sido positiva.

**Av!** – Como classificas a política do Ministério da Cultura para o Teatro?

**L.V.** – Não posso classificar porque não existe qualquer espécie de política, a não ser o miserabilismo intelectual.

Existe, quando muito, um simulacro de política para encher o olho de uma Europa que, quando vir o que por cá se faz, nunca mais dará um tostão para a cultura do nosso país.

Sabias, por exemplo, que neste momento, depois de um inquérito, se chegou à conclusão de que não existe público para os eventos programados para o Porto 2002?

E como este caso outros se poderiam citar.

**Av!** – E quanto à actuação do IPAE - Instituto Português das Artes do Espectáculo?

**L.V.** – Isso aí é outro jogo. Ainda não consegui perceber por que razão há-de o departamento do Ministério, que trata das questões de teatro, mudar tantas vezes de nome.

Será para que não se descubram os erros que de ano para ano vêm sendo acumulados? E depois do nome mudado já não haver hipótese de responsabilidades?

Dantes havia, apenas, a Acção Cultural, e tudo funcionava sobre rodas. Não só no teatro profissional como amador.

Havia o Fundo do Teatro mas que não era, propriamente, um departamento autónomo, como agora acontece.

E se bem que os subsídios fossem sempre matéria de contestação, pelo menos havia nomes conhecidos e por eles poderíamos saber quais as pressões que eram exercidas para que este ou aquele grupo fosse discriminado. Mas nunca por factores políticos/partidários.

Agora está tudo pior. Porque continuam as discriminações mas os júris de atribuição de subsídios são de gentes que não têm credibilidade. Este ano apenas o nome Eugénia Vasques poderia dar esse crédito. Mas pelos vistos também foi engolida pela onda.



Glória de Sousa em "Falas de Vinhos e Nascimento com Parvos à Mistura"

E para quê existir mais um organismo só para reger os subsídios de teatro? Tenho impressão de que já são tachos a mais.

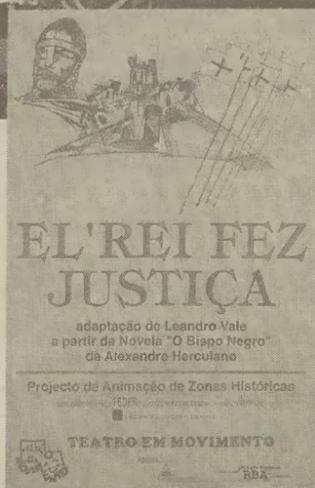
**Av!** – O IPAE ou o Ministério da Cultura conhecem o vosso trabalho, ou seja, estas entidades visitam regularmente a região e assistem aos vossos espectáculos?

**L.V.** – Então alguém pensa que alguém do IPAE ou do Ministério da Cultura se dava ao cuidado de vir a Trás-os-Montes para ver um espectáculo nosso? Ou para outra coisa qualquer no res-

## EM FOCO



«El Rei Fez Justiça», um êxito total na animação das zonas históricas



«A Teia» de Carlos Coutinho

peitante à cultura? De Verão ainda poderiam, talvez, aparecer para comerem um javalizito... Mas no Inverno...

Apesar do senhor ministro me ter prometido, durante o almoço que o Primeiro-Ministro ofereceu a cinquenta pessoas ligadas ao teatro, entre as quais me encontrava, de que viria a Bragança para ver um espectáculo nosso, já lá vai mais de ano e meio, e até à data ficou pela promessa.

Apenas houve, uma única vez, um funcionário do Ministério que se deslocou a Bragança para nos ver. Isso já foi há uns doze anos. E essa pessoa chamava-se Mário Barradas. Foi o último ano que tivemos subsídio. Mas mesmo assim só de montagem.

Também o Mário Barradas conhece bem a qualidade do trabalho que desenvolvo, pois, além de nos conhecermos há cerca de trinta anos, sabe as minhas qualidades como actor e como encenador, demonstradas ao longo de quase seis anos de trabalho conjunto no Centro Cultural de Évora.

**Av! - O facto de a Delegação Regional da Cultura do Norte estar sediada em Vila Real permite de alguma forma que a Região Transmontana saia beneficiada relativamente ao Minho e ao Porto?**

L.V. - A Delegação Regional da Cultura do Norte poderia ser, efectivamente, uma forma de, progressivamente, existir um desenvolvimento cultural em todo o território nortenho. Mas infelizmente, e não por culpa de quem a dirige, que aí tem de ser feita justiça, não é.

E não é porque não se podem fazer omeletas sem ovos.

Repito que não por culpa de quem dirige, pois ainda há dias tivemos presente num dos nossos espectáculos a responsável pelo sector de teatro.

O próprio Delegado se queixa de que «não tem dinheiro nem para mandar cantar um cego».

Mesmo assim, tem sabido repartir as migalhas dentro de uma forma correcta de apoio, não beneficiando Trás-os-Montes em detrimento das outras parcelas do território nortenho.

Diga-se de passagem que não é tarefa fácil, pois abrange uma área geográfica ocupada por 86 municípios com cerca de vinte companhias profissionais, mais de metade das quais se encontra no Porto.

E há ainda os grupos de teatro amador, as artes plásticas, a música e todas as outras áreas chegando a meio do ano sem um tostão para apoiar seja o que for.

**Av! - Qual a solução que o Teatro em Movimento propõe para se encontrar uma nova política para o Teatro?**

L.V. - Ora bem. Existem várias hipóteses que poderiam ser encaradas para a saída da «crise» em que vive o teatro em Portugal.

Que «crise de teatro» existiu sempre. Não só no nosso país como em qualquer outra parte do mundo. A questão é saber-se o que é «crise» e o que não é. Sabe-se que o teatro não é arte para dar lucro, embora dê lucros a muitos... mas isso é outra conversa.



Glória de Sousa e Fábio Timor em «A Guerra das Cores no Planeta Azul»

O teatro deve ser entendido como um veículo de educação e de cultura. Como é encarado nalguns países onde o sistema capitalista não o conseguiu deteriorar de todo.

Portanto, deveríamos começar por meter como ministro da Cultura um homem responsável e que não se deixasse influenciar.

Claro que sabemos que isso é um pouco utópico e foi por isso que não aceitaram o António Reis, que considero um indivíduo decente. Pelo menos até ao momento assim o vejo.

Depois havia duas soluções:

ou se cortavam, pura e simplesmente, os subsídios ao teatro profissional em Portugal, e «quem tivesse unhas é que tocava guitarra», fazendo um trabalho de «sapa» no teatro amador, que está completamente esquecido e pelo menos não tem vícios;

ou se reestruturava todo o teatro profissional mantendo-se quatro ou cinco companhias em Lisboa, três ou quatro no Porto e criando-se uma estrutura teatral em cada capital de distrito. Claro que estas companhias seriam geridas pelo Ministério da Cultura, pagos os actores e técnicos como funcionários públicos e com exigências de metas que teriam de ultrapassar as três montagens anuais, a realização de mais 150 espectáculos/ano com obrigatoriedade de médias de espectadores que justificassem os investimentos.

Se essas médias não existissem teria que se chamar à responsabilidade os directores dessas companhias.

Só para dar uma pequena amostra: o Teatro em Movimento, mesmo sem subsídios, fez sete montagens durante 98, realizou 184 espectáculos com 29 640 espectadores numa média de 162 espectadores/espectáculo.

E já este ano conseguimos a proeza de manter **Na Barca Com Mestre Gil** uma semana em cena, com um público sempre crescente.

E isto com uma pequena equipa de 8 pessoas e uma Escola de Teatro com 12 formandos.

Claro que, nesta segunda hipótese, teria sempre que continuar a existir uma política que desse apoio ao teatro amador, o grande esteio do teatro no nosso país.

**Av! - Ao fim de 20 anos de existência, que futuro para o T.M.?**

L.V. - Vamos continuar a existir. E, para aqueles que possam duvidar, dizemos, desde já, que a nossa programação está feita até ao final do mês de Maio, ultrapassando os 100 espectáculos, com duas novas montagens.

Nesse trabalho, uma digressão pelo Alto Minho, apoiada pela Delegação de Cultura do Norte; uma digressão pelo Norte, apoiada pelo Sindicato dos Bancários do Norte; a nossa presença no VI Carrossel Teatral, Festival Inter-

nacional de Teatro para a Infância e Juventude, digressões com o apoio de várias autarquias do Alto e Baixo Alentejo, espectáculos nas comemorações unitárias dos 25 anos do 25 de Abril, espectáculos em Espanha, comemorações do Dia Mundial do Teatro, com um projecto original a realizar no Museu Abade de Baçal.

Não iremos, contudo descurar a nossa zona de inserção no trabalho com autarquias, entre as quais existem já protocolos firmados com Bragança, Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta.

Outros protocolos estão já na forja tais como os do Museu Abade de Baçal, Delegação de Bragança do INATEL, autarquias e algumas entidades partidárias.

Iremos continuar a contar com o apoio das mais diversas entidades, entre as quais será justo destacar a Delegação de Bragança do Instituto Português da Juventude, Projecto Vida, Governo Civil e Região de Turismo do Nordeste Transmontano.

E se, segundo o dito do povo, «o futuro a Deus pertence», nós acrescentaremos que «o futuro da sua continuidade se deve ao trabalho que irá continuar a desenvolver», visto termos uma despesa mensal de cerca de 1500 contos e, felizmente, embora a companhia deva dinheiro aos seus directores (por exemplo, a minha pessoa já não recebe os seus honorários há cinco meses), não deve um tostão a quem nela trabalha e continua a ter o crédito necessário mesmo quando se vê aflita em matéria de cifrões.

## As necessidades do bispo

No final da semana passada, o bispo de Viseu acusou o Hospital Distrital da cidade de ter deixado um padre de 80 anos, durante 24 horas, sem assistência médica nem qualquer apoio. O director do hospital considerou «improvável» tal ocorrência, mas ordenou um processo de averiguações. Até aqui, temos um caso nada «improvável» nos nossos hospitais, pelo menos no que concerne à possibilidade de haver razões para queixa. Infelizmente, basta ir a qualquer serviço de urgências para se ver ou sentir na própria carne situações objectivas de abandono, quanto mais não seja no quadro de dramáticas esperas de atendimento. Bizarramente «improvável» foi a argumentação do senhor bispo de Viseu, ao defender, a propósito do caso, a necessidade de «haver mais médicos e enfermeiros católicos para que estas situações não surjam». Ou seja: para o

## PONTOS CARDEAIS

alto dignitário da Igreja Católica em Viseu o que importa, na grave crise de assistência hospitalar no nosso país, é que «estas situações não surjam», entendendo-se por «estas situações» as que configurem necessidades de atendimento por parte de membros da hierarquia da sua Igreja. E até aponta a solução: «haver mais médicos e enfermeiros católicos», a quem, neste raciocínio, pressupõe o papel deontologicamente ofensivo, humanamente obscuro e catolicamente pecaminoso de, perante doentes que sejam membros da hierarquia católica, terem por critério a eles acorrer em deliberado favorecimento profissional, não por questões de urgência mas por privilégio de casta. Quanto à generalidade da população - que não apenas constitui a esmagadora maioria dos utentes hospitalares mas, igualmente, configura todo o rebanho católico que o

senhor bispo de Viseu pastoreia -, para essa e para esses o prelado não manifesta uma réstia de preocupação, além de nem, ao menos, manifestar apreensão ou erguer a mínima acusação ao fundo do problema - as graves carências e debilidades da assistência hospitalar em Portugal, que atingem, sobretudo e particularmente, as vastas camadas mais desfavorecidas da população. E é este homem um bispo.

### A JSD e a urna

Parece anedota mas não é... ou vice-versa. Então não querem lá ver que, nas eleições distritais da JSD do Porto, desapareceu a própria urna com os votos já devidamente exercidos pelos «jovens sociais-democratas» portuenses?!... É verdade que, antes disso, as duas listas concorrentes andaram mais ou menos à estalada, preludiando um escrutínio original - o da democracia

directa... aos queixos do adversário. De qualquer modo, roubar a urna, meninos?!... O major Valentim Loureiro, autoridade máxima na Distrital do PSD onde se verificou a ocorrência, ficou um bocadinho atarantado com a coisa, tendo como uma das suas primeiras preocupações esclarecer que não iria comunicar o delito à polícia. Agiu bem. Para vergonha já chega e, de resto, a polícia tem mais que fazer que investigar os folguedos dos laranjinhos do Porto. Mas o major não podia ficar por ali. Compondo a estudada truculência com que regularmente se farda de operacional para toda a obra, ameaçou todos e ninguém com «punição exemplar», gritou para todos e ninguém «Não me empurrem! Não me desafiem!» e afirmou-se «equidistante» das duas listas em confronto para, de imediato, tomar partido por um dos lados com a subtil adversativa: «Se fosse eu que estivesse no lugar do presidente da JSD...» É claro que levou troco a preceito, com um dos elementos da refrega a dizer que «o senhor major talvez se devesse preocupar» com outras coisas e a adverti-lo de que «em 25 anos sobrevivemos sem intendência». Enfim, uma frescura típica da laranjada.

### Lá vão cantando e rindo

Enquanto os jovens «laranjas» do Porto andam à estalada e roubam urnas, o chefe-mor do partido, Marcelo Rebelo de Sousa, vai despachando os seus secretários-gerais por cartão e levando por diante uma aliança com Paulo Portas que tem a particularidade de não agradar a ninguém a não ser aos próprios. O espectáculo é de encher o olho, com Marcelo e Portas posando para as câmaras uma felicidade irradiante tendo, como pano de fundo, multidões de sorrisos amarelos. Todavia, a grande performance ainda está para vir. Será quando a AD, levada cantando e rindo pelos dois aliados, finalmente der com os burrinhos na água das eleições. Como, nessa altura, não será muito fácil roubar as urnas, restará a alternativa do estalo, já inaugurado pela JSD do Porto...

## PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

### Gente

#### Globalização

O senhor António ouviu José Sarney dizer que o Brasil é a oitava economia do mundo e que: se o seu povo vive na miséria é tudo por causa da globalização e de neoliberalismo selvagem.

O sr. António não sabe o que isso é e na televisão ninguém se mostra interessado em pôr o objecto ao alcance da mão.

«Liberalismo selvagem (pensa o sr. António) deve ser qualquer coisa relacionada com aqueles documentários da BBC.»

O sr. António até acha que são documentários de grande qualidade. «Da BBC, está tudo dito» - diz.

### D. Irene

D. Irene tem os «seus» pobres.

Para além deles, D. Irene parte das compras do supermercado sempre deixa nos contentores do Banco da Fome e dos Sem Abrigo.

A Senhora Dona Irene é uma senhora feliz com o seu bom coração.

Digo isto com alguma ironia. Mas arranhando-a espantado descobro algum carinho pela Senhora Dona Irene minha vizinha.

Boa tarde, minha senhora como vai de saúde V. Excelência?

D. Irene tãããããããã de bem consigo.

### Actualidade

Filomena Maria. Trinta anos. Casada. Dois filhos para criar. Delegada sindical. Membro da Comissão de trabalhadores e militante do Partido.

Foi mandatada pelos operários para discutir com a Administração as condições de trabalho na empresa que se têm deteriorado e o cumprimento das quarenta horas.

O poema queria dizer alguma coisa. O quê, não sei. Só sei que o desgraçado queria dizer alguma coisa mas não lhe chega a língua. Ficou atrapalhado. Natural. Ele é poema ainda há tão pouco tempo...

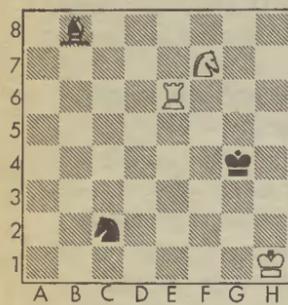
Agora vou ouvir os camaradas da Filomena e voltará ao assunto oportunamente.

## XADREZ

DCXCII - 28 DE JANEIRO DE 1999  
PROPOSIÇÃO N.º 1999X03

Por: Y. Brenyov  
«64» - 1933

Pr.: [3]: Cc2-Bb8-Rg4  
Br.: [3]: Cf7-T66-Rh1



Branças jogam e ganham

\*\*\*

SOLUÇÃO DO N.º 1999X03 [Y.B.]

1. T62!, Ca3; 2. Ta2, Cb5; 3. Tb2, Cd6; 4. Ch6+, Rh5; 5. T:b8, Rh6; 6. Tb6 e g.

A. de M. M.

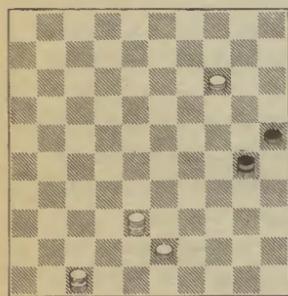
## DAMAS

DCXCII - 28 DE JANEIRO DE 1999  
PROPOSIÇÃO N.º 1999D03

Por: O. G. v. Veen  
[NL]

«Damvreugde», Dez. 1965

Pr.: [2]: 25-(30)  
Br.: [4]: 14-(38)-43-(47)



Branças jogam e ganham

\*\*\*

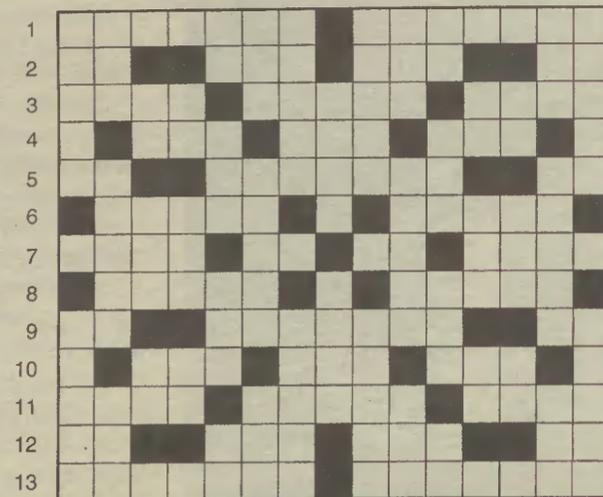
SOLUÇÃO DO N.º 1999D03 [O.G.v.V.]

1. 10-14!; (x); 2. 14-5=D, (25-30); 3. 38-43, (48x39/34); 4. 47-24+2, ..., (48-30/34/39); 3. 38-20+2, ..., (48-31); 3. 38-20+2, ..., (48-26); 3. 38-21-12! (26x3); 4. 5-14, (x); 5. 47x15+

A. de M. M.

## PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



**HORIZONTAIS:** 1 - Prover de bancos; pequeno véu. 2 - Bário (s.q.); triture com os dentes; unidade de velocidade constante correspondente a uma milha marítima por hora (pl.); atmosfera. 3 - Larva que se cria nas feridas dos animais (pl.); reservatório, com ar rarefeito, onde as colheitas verdes se guardam comprimidas, para sofrerem fermentação e depois servirem de forragens (pl.); verdadeira. 4 - Gracejar; o sono dos meninos (pl.); a voz dos pássaros. 5 - Antiga cidade da Caldeia; perturbada; utensílio de cozinha. 6 - Ocasão imprevista; velha. 7 - Estimar muito; nome de letra; Prata (s.q.); fruto medicinal produzido pela coleira (árvore). 8 - Aérea; amarga. 9 - Artigo antigo; limpadora as mucosidades do nariz; apelido. 10 - Regressar; comparecias; prescrição do poder legislativo. 11 - Irritar; tempera com anis; extrai. 12 - Cálcio (s.q.); insignificância (fig.); lamentos; suf. de agente. 13 - Beijios; furioso.

**VERTICAIS:** 1 - Jaburu; relativo à epopeia. 2 - Lugar onde se guardam as bebidas; linha ferroviária secundária; chefe etíope. 3 - Atmosfera; óxido de cálcio; caminho para lá. 4 - Sim (ant.); altar de sacrifícios; Iridio (s.q.). 5 - Cromo (s.q.); pano de arrás; conceder gratuitamente; o mais (ant.). 6 - Áqueles; papel-moeda (pl.); fracção da unidade quando dividida em mais de dez partes alíquotas que não sejam potência de dez. 7 - Descarga eléctrica entre uma nuvem e o solo (pl.); instrumento geralmente de bronze, em forma de campânula, que produz sons mais ou menos fortes quando se percutiu com o badalo (pl.). 8 - Membro ou designativo de membro da antiga congregação dos Cônegos de S. João Evangelista; ressoar. 9 - Que tem muita idade; tostar. 10 - Pedras de moinho; chupar; dama de companhia. 11 - Caminhais; a parte mais larga dos membros dianteiros das reses (pl.); enfermidade; nota musical. 12 - Olhei; mau cheiro (bras.); Einsténio (s.q.). 13 - A minha pessoa; sofrimento; dirija-se (fig.). 14 - A família; embarcação oriental (pl.); cintura. 15 - Ermida fora do povoado; acário.

10 - Mós; sugarr. aia. 11 - Is; ps; mal; sl. 12 - Vir; tas; tel. 13 - Car. avo; ais; or. 13 - Osculos; rat. 14 - Lari; plias; 15 - Erada; ácaro. **SOLUÇÃO:** HORIZONTAIS: 1 - Abarr; épico. 2 - Barr. ramal; rás. 3 - Arr; cal; va. 4 - St; arr; lr. 5 - Voso. 6 - Aros; notias; avo. 7 - Ratos; sínos. 8 - Lóio; soal. 9 - Anoso; assar. 10 - Rás; dar; al. 11 - Aros; notias; avo. 12 - Ratos; sínos. 13 - Lóio; soal. 14 - Lari; plias. 15 - Erada; ácaro. VERTICAIS: 1 - Abarr; épico. 2 - Barr. ramal; rás. 3 - Arr; cal; va. 4 - St; arr; lr. 5 - Voso. 6 - Aros; notias; avo. 7 - Ratos; sínos. 8 - Lóio; soal. 9 - Anoso; assar. 10 - Rás; dar; al. 11 - Aros; notias; avo. 12 - Ratos; sínos. 13 - Lóio; soal. 14 - Lari; plias. 15 - Erada; ácaro.

## AGENDA



## um Partido mais forte para intervir melhor

4ª assembleia da organização regional de Lisboa - Partido Comunista Português  
30 janeiro '99 - sala tejo - pavilhão multiusos - Lisboa

**Das 10h30 às 18h. Sessão de encerramento às 17h30, com intervenção de Carlos Carvalhas**

## Plenário de militantes da Organização Regional do Porto

Sexta-feira, 29, às 21h30, no CT da Boavista

*A situação política, as eleições e a intervenção do PCP em 1999*

com a participação de **Carlos Carvalhas**

## 4.ª Assembleia da célula dos STCP

Sábado, 30, a partir das 9h30, no CT da Boavista (Aud. Pav. Pequeno)  
com a participação de **Jerónimo de Sousa**

## 5ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE SETÚBAL 20 Fevereiro 1999

- Assembleias plenárias preparatórias -

### ALCOCHETE

Empresas - Quinta, 28, 17h30, no CT  
Bairros da Vila - Sexta, 29, 20h30, no Vulcanense  
Freguesia do Samouco - Sábado, 30, 20h30, na Junta de Freguesia

### ALMADA

Transportes - Quinta, 28, 17h30  
Freguesias de Cova da Piedade e Trafaria - Sábado, 30, 15h  
Freguesia da Costa da Caparica - Domingo, 31, 15h  
Trabalhadores da Autarquia - Segunda, 1, 18h, no CT  
Organismos Específicos - Terça, 2, 18h, no CT

### BARREIRO

Sector Ferroviário - Quinta, 28, 17h30, no CT Concelho

### MOITA

ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CÉLULA DOS TRABALHADORES DA CM - Sábado, 30, 15h, na Biblioteca Municipal, com a participação de **Francisco Lopes**

### ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA FREGUESIA DE SARILHOS PEQUENOS

- Sábado, 30, 15h, no CT de Sarilhos Pequenos, com a participação de **Valdemar Santos**  
Freguesia da Baixa da Banheira (Norte e Sul) - Sábado, 30, 15h, no CT local  
Vila da Moita / Zona Centro B - Sábado, 30, 16h, no CT da Moita

Vila de Alhos Vedros - Domingo, 31, 15h, no CT de Alhos Vedros

Vila da Moita / Zona Centro A e Norte B - Domingo, 31, 16h, no CT da Moita

### MONTIJO

Trabalhadores da CM - Sexta, 29, no CT

### PALMELA

Freguesia de Palmela - Sexta, 29, 21h30, no CT  
Freguesia da Quinta do Anjo - Sexta, 29, 21h30, no CT local  
Auto Europa - Sábado, 30, 15h30, no CT do Barreiro

### SEIXAL

### ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA FREGUESIA DO SEIXAL

- Sábado, 30, 15h, no CT do Seixal, com a participação de **Virgílio Azevedo**

Siderurgia Nacional - Quinta, 28, 17h30, no CT de Paio Pires

Freguesia de Paio Pires - Sábado, 30, 15h, no CT de Paio Pires

Freguesia de Corroios - Sábado, 30, 15h, no CT de Corroios

Freguesia de Fernão Ferro

- Domingo, 31, 10h, na garagem do cam. Antunes

Freguesia de Amora - Domingo, 31, 14h30, no CT de Amora

### SESIMBRA

Freguesia de Quinta do Conde - Sexta, 29, 21h, no CT de Quinta do Conde



## CDU

### CDU Alcanena

Almoço-convívio

Domingo, 31, às 13h, no Restaurante-Bar de José Carlos Pereira  
com a presença de **José Casanova**

### CDU Sintra

Reunião de eleitos nas Freguesias, Câmara e Assembleia Municipal  
Quinta-feira, dia 28, às 21h30, no CT do PCP do Cacém

### CDU Azambuja

Plenário de eleitos da CDU no Concelho  
Sexta-feira, dia 29, às 21h, no Salão da JF de Vila Nova de S. Pedro

## Almoço comemorativo do aniversário do CENTRO DE TRABALHO DE FARO

Domingo, 31, às 13h no CT  
Participação e intervenção política de **Carlos Luís Figueira**

*Inscribe-te!*

### Almoço-convívio no Sobralinho

Dia 6, no Centro de Convívio Álvaro Pinheiro  
Inscrições: no CT e tels. (063)23744-23979



## JCP/Valongo

1.ª Assembleia Concelhia

Sábado, 30, às 15h, no CT do PCP de Ermesinde

## Debate promovido pelo CONSELHO PORTUGUÊS PARA A PAZ E COOPERAÇÃO

*Encruzilhadas na África Austral: Guerra ou Paz?*

*Mundialização ou Desenvolvimento?*

Com **Silas Cerqueira**, recentemente chegado da África Austral  
Dia 30, às 15h30, na sede do CPPC (R. Rodrigo da Fonseca, 56, 2.º Lisboa)



## Associação de Amizade Portugal-Cuba Núcleo de Setúbal

Domingo, 31 de Janeiro, às 13h  
**Almoço comemorativo do aniversário da Revolução Cubana**

na Cooperativa do Faralhão «Bem-vinda a Liberdade»  
Participação de **Gen. Vasco**

**Gonçalves, Alm. Rosa Coutinho, Armanda Fonseca e Mercedes Aguilar Peña**

(Embaixadora de Cuba)

Poesia dita por **Fernando Marques**

(Inscrições até 38 Janeiro - Tels. (065) 7936834 - 522478 ou na sede do Núcleo)

## Assembleia da Organização Concelhia de Salvaterra de Magos

Sábado, 30, às 15h  
com a participação de **Albano Numes**

### Lisboa

II Assembleia da Organização da Freguesia de Algés (+ assembleia electiva/IV Assembleia da ORL)  
- Hoje, 28, às 21h, no CT de Algés

### Armamar

II Assembleia da Organização Concelhia - Sexta-feira, 29, às 21h, no Salão da Junta de Freguesia

### Sintra

Reunião de eleitos nas freguesias, Câmara e Ass. Municipal - Hoje, 28 de Janeiro, às 21h, no CT de Cacém

### Marinha Grande

Reunião geral de militantes com a participação de **Fernanda Mateus**  
- Sexta, 5 de Fevereiro, 21h30, no CT.

## Na Bairrada da Pateira de Fermentelos

Aveiro - Águeda - Vale do Vouga

Dias 20 e 21 de Fevereiro

Programa turístico promovido pela Comissão de Freguesia da Graça para ajuda às obras do CT

Pensão completa - Alojamento na Estalagem da Pateira - Almoço nas Caves da Bairrada [Informações - tel. 8138119]

TELEVISÃO

Quinta, 28

**RTP 1**  
 08.00 Infantil  
 10.10 Malha de Intrigas  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.45 Consultório  
 14.55 Esmeralda  
 15.40 Chiquititas  
 16.25 O Amigo Público  
 18.15 País País  
 19.00 País Regiões  
 19.15 Os Lobos  
 20.00 Telejornal  
 20.45 Contra Informação  
 21.00 As Lições do Teneas  
 21.30 Grande Entrevista  
 23.10 Anúncios de Graça  
 23.50 24 Horas  
 00.45 Paixão Violadora  
 (de Simon Cellan Jones, Gr.Br./1996, com Thandie Newton, Oliver Milburn, Isla Blair. Telefilme Dramático)

**RTP 2**  
 15.00 Informação Gestual  
 15.45 Gypsy, A Cigana  
 (de Mervyn LeRoy, EUA/1962, com Rosalind Russell, Natalie Wood, Karl Malden, Paul Wallace, Betty Bruce. Biográfico / Musical)  
 18.00 Informação Religiosa  
 18.30 Hugo  
 19.00 Um, Dó, Li, Tá  
 20.00 Patinagem Artística (Campeonato da Europa)  
 21.00 Portugalmente  
 21.30 Remate  
 22.00 Jornal 2  
 22.35 Acontece  
 22.55 Para Sempre Mozart  
 (de Jean-Luc Godard, Fr./Suíça/Alem./1996, com Madeleine Assas, Béatrice Alaux, Ghalya Lacroix. Ver Destaque)  
 00.25 George Marshall e o Séc. XX

**SIC**  
 08.00 Buéréré  
 12.30 Malucos do Riso  
 13.00 Primeiro Jornal  
 14.00 Juiz Decide  
 15.00 Fátima Lopes  
 17.00 Camilo  
 17.30 Meu Bem Quer  
 19.00 Pecado Capital  
 20.00 Jornal da Noite

Sexta, 29

**RTP 1**  
 08.00 Infantil  
 10.10 Malha de Intrigas  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.45 Consultório  
 14.55 Esmeralda  
 15.40 Chiquititas  
 16.35 O Amigo Público  
 18.15 País País  
 19.00 País Regiões  
 19.15 Os Lobos  
 20.00 Telejornal  
 21.00 Uma Casa em Fancos  
 22.10 Jet Set  
 22.45 Serviço de Urgência  
 23.45 24 Horas  
 00.35 Máquinas  
 01.05 Santos da Casa  
 (de Nancy Savoca, EUA/1992, com Tracey Ullman, Vincent D'Onofrio, Lili Taylor, Judith Malina, Rachel Beita. Ver Destaque)

**RTP 2**  
 15.00 Informação Gestual  
 15.40 A Terra  
 16.35 Encontros Imediatos  
 17.30 Euronews  
 18.00 Informação Religiosa  
 18.30 Hugo  
 19.00 Um, Dó, Li, Tá  
 20.00 Patinagem Artística (Campeonato da Europa)  
 21.00 Portugalmente  
 21.30 Remate  
 22.00 Jornal 2  
 22.35 Acontece  
 22.55 Noites Brancas  
 (Debate, seguido do filme Mentis Perigosas, de John N. Smith, EUA/1995, com Michelle Pfeiffer, George Dzundza, Brooklyn Harris, Renoly Santiago)

**SIC**  
 08.00 Buéréré  
 12.30 Malucos do Riso  
 13.00 Primeiro Jornal  
 14.00 Juiz Decide  
 15.00 Fátima Lopes  
 17.00 Camilo  
 17.30 Meu Bem Quer  
 19.00 Pecado Capital  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 Um Sarilho Chamado Marina  
 21.30 Ponto de Encontro

Sábado, 30

**RTP 1**  
 08.00 Infantil/Juvenil  
 12.00 Made in Africa  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.45 Top+  
 15.05 Saber & Fazer  
 15.35 Amigos  
 16.15 O Rapaz e o Mundo  
 16.45 Primeira Vez  
 18.05 Estrada Viva  
 18.00 Silence Four ao Vivo  
 20.00 Telejornal  
 21.20 Santa Casa  
 23.05 Miguel Ângelo ao Vivo  
 00.25 24 Horas  
 01.15 A Grande Cruzada  
 (de Holger Neuhäuser e Klaus Knaesel, Alem./1994, com John Rhys-Davis, Rick Overton, Michael Des Barres. Comédia / Ficção Científica)

**RTP 2**  
 09.00 Universidade Aberta  
 12.00 Sem Fronteiras  
 13.00 Cidade Louca  
 13.30 Dinheiro Vivo  
 14.00 Parlamento  
 15.00 Desporto 2  
 18.40 Caminho das Estrelas  
 19.30 2001  
 20.00 Os Simpsons  
 20.30 Blake e Mortimer  
 21.00 Horizon  
 22.00 Jornal 2  
 22.35 O Lugar da História  
 23.35 Allô, Allô!  
 00.05 Crimes do Pior  
 00.35 Smith e Jones  
 01.00 A Ausência  
 (de Peter Handke, Fr./Alem./1992, com Jeanne Moreau, Alex Descas, Bruno Ganz, Sophie Semin, Eustáquio Barja. Ver Destaque)

**SIC**  
 08.00 Buéréré  
 11.55 O Nosso Mundo  
 13.00 Primeiro Jornal  
 14.00 Como Agarrar um Marido  
 (de Fran Oz, EUA/1992, com Steve Martin, Goldie Hawn, Dana Delany, Julie Harris, Donald Moffat. Comédia Romântica)  
 16.00 Big Show Sic  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 Mundo VIP  
 22.00 Ai os Homens  
 23.15 Mulher

Domingo, 31

**RTP 1**  
 08.00 Infantil / Juvenil  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.40 Made in Portugal  
 15.00 Que Vida Esta!  
 16.15 Sub 26  
 17.30 Futebol: Sporting-Académica  
 20.00 Telejornal  
 20.50 Casa Cheia  
 21.30 Débora  
 22.05 Docas 2  
 23.05 Domingo Desportivo  
 00.40 Perigo Iminente  
 01.40 24 Horas

**RTP 2**  
 09.30 Novos Horizontes  
 10.30 Missa  
 11.30 A Grandes Viagens de Comboio  
 12.10 Histórias do Muro  
 13.10 Ela Voltou  
 14.30 Sarilhos com Elas  
 15.00 Desporto 2  
 18.30 Jornal de África  
 18.55 A História de Nikita  
 19.30 Bom Bordo  
 20.00 Os Simpsons  
 20.30 Onda Curta (Trompe L'Œil. Curta-metragem)  
 21.25 Artes e Letras  
 22.00 Jornal 2  
 22.30 Horizontes da Memória  
 23.00 Olhos nos Olhos

**SIC**  
 08.00 Buéréré  
 12.30 BBC - Vida Selvagem  
 13.00 Primeiro Jornal  
 13.45 Três Homens e Uma Menina  
 (de Emile Ardolino, EUA/1990, com Tom Selleck, Steve Guttenberg, Ted Danson, Nancy Travis. Comédia)  
 15.45 Buffy, Caçadora de Vampiros  
 17.55 Libertem o Willy - 3  
 (de Sam Pillsbury, EUA/1997, com Jason James Richter, August Schellenberg, Annie Corley. Comédia)  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.05 Polícias à Solta  
 21.30 Chuva de Estrelas  
 22.45 Hilda Furacão  
 23.45 Na Vigília da Noite  
 (de Ridley Scott, EUA/1987, com Tom Berenger, Mimi Rogers, Lorraine Bracco. Ver Destaque)  
 01.50 Último Jornal  
 02.25 Dra. Quinn  
 03.25 Portugal Radical

**TVI**  
 09.00 Animação  
 10.30 Novos Ventos  
 11.10 Missa  
 13.00 Aventuras Selvagens  
 14.00 Sétimo Céu  
 14.50 Conquista da Justiça  
 (de James Keach, EUA/1993, com Jane Seymour, D. W. Moffett, Lou Walker, Michelle Joyner. Ver Destaque)  
 16.10 Jogos de Rivals  
 (de Jack Bender, EUA/1997, com Shannen Doherty, Jennifer Blanc, Jason London. Drama)  
 17.50 Arma Infrutífera I  
 (de Gene Quintano, EUA/1993, com Emilio Estevez, Samuel L. Jackson, Jon Lovitz, Tim Curry. Comédia)  
 19.30 Futebol (Campeonato de Itália)  
 21.15 Directo XXI  
 22.00 O Rosto da Lei  
 23.00 Crua Verdade  
 (de Kristiner Peterson, EUA/1994, com Eric Roberts, Michael Rooker, Lysette Anthony. Drama)  
 00.45 A Máquina Americana  
 (de Bob Clark, EUA/1993, com David Strathairn, Eddie Bracken, Kelly Preston, Loren Dean. Drama)  
 02.25 PSI Factor

Segunda, 1

**RTP 1**  
 08.00 Infantil  
 10.10 Malha de Intrigas  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.45 Consultório  
 14.55 Esmeralda  
 15.40 Chiquititas  
 16.35 O Amigo Público  
 18.15 País País  
 19.00 País Regiões  
 19.15 Os Lobos  
 20.00 Telejornal  
 20.45 Contra Informação  
 21.00 Nós os Ricos  
 21.35 Canções da Nossa Vida  
 23.00 Sala de Conversas  
 00.10 24 Horas  
 01.00 Poltergeist

**RTP 2**  
 15.00 Informação Gestual  
 15.40 Rumo ao Sul  
 16.35 O Nosso Charly  
 17.30 Madeira  
 18.00 Informação Religiosa  
 18.30 Hugo  
 19.10 Um, Dó, Li, Tá  
 21.00 Portugalmente  
 21.30 Remate  
 22.00 Jornal 2  
 22.35 Acontece  
 22.50 Jogo Falado  
 23.50 Nash Bridges

**SIC**  
 08.00 Buéréré  
 12.30 Malucos do Riso  
 13.00 Primeiro Jornal  
 14.00 Juiz Decide  
 15.00 Fátima Lopes  
 17.00 Camilo  
 17.30 Meu Bem Quer  
 19.00 Pecado Capital  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 Torre de Babel  
 22.00 Roda dos Milhões  
 00.10 Salazar  
 01.15 Último Jornal  
 01.50 Fúria de Viver  
 (de Nicholas Ray, EUA/1955, com James Dean, Natalie Wood, Sal Mineo, Jim Backus, Ann Doran. Ver Destaque)  
 04.20 Vibrações

**TVI**  
 09.00 S.O.S. Urgências  
 09.45 TVI Jornal  
 10.00 Animação  
 12.30 Fascinação  
 13.30 TVI Jornal  
 14.00 Serras Azuis  
 15.05 Mulher Perigosa  
 16.00 Animação  
 18.00 As Novas Aventuras do Super-Homem  
 19.00 Marés Vivas  
 20.00 Heróis por Acaso  
 21.00 Directo XXI  
 22.00 Decker, O Justiceiro  
 (de Anson Williams, EUA/1991, com Christopher Walken, Charlie Schlatter, Josie Bisset. «Thriller»)  
 24.00 Picar o Ponto  
 01.35 PSI Factor

Terça, 2

**RTP 1**  
 08.00 Infantil  
 10.10 Malha de Intrigas  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.45 Consultório  
 14.55 Esmeralda  
 15.40 Chiquititas  
 16.35 O Amigo Público  
 18.15 País País  
 19.00 País Regiões  
 19.15 Os Lobos  
 20.00 Telejornal



«Histórias do Muro» (de Berlim, já se vê) também é britânico mas só pode ser dramático...

21.00 Espelho Meu  
 21.35 Herman 99  
 23.35 A Guerra Fria  
 00.35 24 Horas  
 01.25 Seaquest, Brigada Submarina

**RTP 2**  
 15.00 Informação Gestual  
 15.40 Conversa Acabada  
 (de João Botelho, Port./1980, com Fernando Cabral Martins, André Gomes, Julie Berto, Jorge Silva Melo, Luís Pacheco, Manoel de Oliveira. Ver Destaque)  
 17.30 Euronews  
 18.00 Informação Religiosa  
 18.30 Hugo  
 19.00 Um, Dó, Li, Tá  
 20.10 O Macaco Dourado  
 21.00 Portugalmente  
 21.30 Remate  
 22.00 Jornal 2  
 22.35 Acontece  
 22.50 The Crown and the Country  
 23.20 Ler para Crer  
 00.20 À Noite com Jools Holland

**SIC**  
 08.00 Buéréré  
 12.30 Malucos do Riso  
 13.00 Primeiro Jornal  
 14.00 Juiz Decide  
 15.00 Fátima Lopes  
 17.00 Camilo  
 17.30 Meu Bem Quer  
 18.45 Pecado Capital  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 Médico de Família  
 22.00 Torre de Babel  
 23.15 Casos de Polícia  
 00.15 Balada de Nova Iorque  
 01.15 Toda a Verdade  
 02.20 Último Jornal  
 03.15 Vibrações

**TVI**  
 09.00 S.O.S. Urgências  
 09.45 TVI Jornal  
 10.00 Animação  
 12.30 Fascinação  
 13.30 TVI Jornal  
 14.00 Serras Azuis  
 15.05 Mulher Perigosa  
 16.00 Animação  
 18.00 As Novas Aventuras do Super-Homem  
 19.00 Marés Vivas  
 20.00 Heróis por Acaso  
 21.30 Directo XXI  
 22.00 No Trilho Secreto  
 (de David S. Jackson, EUA/1993, com Pierce Brosnan, Patrick Stewart, Alexandra Paul, Christopher Lee. Acção)  
 24.00 Ilha do Terror  
 (de Tommy Lee Wallace, EUA/1992, com June Lockhart, Joe Lara, Kathy Ireland, Richard Beymer. Drama)  
 02.20 Picar o Ponto  
 02.55 Feedback  
 03.40 PSI Factor

Quarta, 3

**RTP 1**  
 08.00 Infantil  
 10.10 Malha de Intrigas  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.45 Consultório  
 14.55 Esmeralda  
 15.40 Chiquititas  
 16.35 O Amigo Público  
 18.15 País País  
 19.00 País Regiões  
 19.15 Os Lobos  
 20.00 Telejornal



21.00 Diário de Maria  
 22.05 Jovem Procura Companhia  
 (de Barbet Schroeder, EUA/1992, com Bridget Fonda, Jennifer Jason Leigh, Steven Weber, Peter Frieeman. Ver Destaque)  
 00.15 24 Horas

**RTP 2**  
 15.00 Informação Gestual  
 15.40 Derrick  
 16.35 Páginas Negras de Patricia Highsmith  
 17.30 Euronews  
 18.00 Informação Religiosa  
 18.30 Hugo  
 19.00 Um, Dó, Li, Tá  
 21.00 Portugalmente  
 21.30 Remate  
 22.00 Jornal 2  
 22.35 Acontece  
 22.50 Zoom  
 23.45 Carlos Cruz  
 00.45 Dharma e Greg

**SIC**  
 08.00 Buéréré  
 12.30 Malucos do Riso  
 13.00 Primeiro Jornal  
 14.00 Juiz Decide  
 15.00 Fátima Lopes  
 17.00 Camilo  
 17.30 Meu Bem Quer  
 19.00 Pecado Capital  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.05 Conversa da Treta  
 21.30 Cantigas de Mal Dizer  
 22.30 Torre de Babel  
 23.45 Gente Fina, Um Vira-Latas no Parlamento  
 (de Jonathan Lynn, EUA/1992, com Eddie Murphy, Lane Smith, Sheryl Lee Ralph, Joe Don Baker. Comédia)  
 01.55 Último Jornal  
 03.00 Vibrações

**TVI**  
 09.00 S.O.S. Urgências  
 09.45 TVI Jornal  
 10.00 Animação  
 12.30 Fascinação  
 13.30 TVI Jornal  
 14.00 Serras Azuis  
 15.05 Mulher Perigosa  
 16.00 Animação  
 18.00 As Novas Aventuras do Super-Homem  
 19.00 Marés Vivas  
 20.00 Heróis por Acaso  
 21.00 Directo XXI  
 22.00 Pulsões Explosivas  
 (de Wolfgang Petersen, EUA/1994, com Bob Hoskins, Greta Scacchi, Tom Berenger, Corbin Bernsen. Ver Destaque)  
 24.00 Ally McBeal  
 01.00 Picar o Ponto  
 01.55 Lanterna Mágica  
 02.20 PSI Factor

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



Campeonato da Europa de Patinagem Artística: toda a semana na RTP2

21.05 BBC - Vida Selvagem  
 21.40 Torre de Babel  
 23.15 Esta Semana  
 01.00 Da Terra à Lua  
 02.00 Último Jornal  
 02.55 Vibrações

**TVI**  
 09.00 S.O.S. Urgências  
 09.45 TVI Jornal  
 10.00 Animação  
 12.30 Fascinação  
 13.30 TVI Jornal  
 14.00 Serras Azuis  
 15.05 Mulher Perigosa  
 16.00 Animação  
 18.00 Flipper  
 19.00 Asas nos Pés  
 20.00 Heróis por Acaso  
 21.00 Directo XXI  
 22.00 Ficheiros Secretos  
 23.00 O Mistério de Rosewell  
 (de Jeremy Kagan, EUA/1994, com Martin Sheen, Kyle MacMachlan, Kim Greist, Peter Macnicol. Ficção Científica)  
 01.00 Picar o Ponto  
 01.50 O Mundo do Futebol  
 02.15 PSI Factor

22.40 Torre de Babel  
 24.00 Donos da Bola  
 02.10 Último Jornal

**TVI**  
 09.00 S.O.S. Urgências  
 09.45 TVI Jornal  
 10.00 Animação  
 12.30 Fascinação  
 13.30 TVI Jornal  
 14.00 Serras Azuis  
 15.05 Mulher Perigosa  
 16.00 Animação  
 18.00 Flipper  
 19.00 Asas nos Pés  
 20.00 Heróis por Acaso  
 21.00 Directo XXI  
 22.00 Primeira Vaga  
 23.00 A Cama do Diabo  
 (de Sam Pillsbury, EUA/1994, com Nicolette Sheridan, Joe Lando, Adrian Pasdar. Drama)  
 01.00 Picar o Ponto  
 01.50 O Rapaz do Descapotável  
 (de Mary Lambert, EUA/1994, com Mark Dacascos, Natasha Gregson Wagner. Drama)  
 03.10 PSI Factor

00.15 Afrodísia  
 00.45 Recordação Fatal  
 (de Bethany Rooney, EUA, com Angie Dickenson, Eve la Rue, Jeffrey Nordling. Telefilme / Melodrama)  
 03.05 Último Jornal

**TVI**  
 09.00 S.O.S. Urgências  
 09.35 Animação  
 13.30 Desporto  
 14.55 Acção em Acapulco  
 15.45 A Caixa de Música  
 (de Michael Kenedy, EUA/1994, com Mel Harris, Rob Stewart, Oliver Tobias. Espionagem)  
 17.25 A Espia  
 (de Felix Enriquez Alcalá, EUA/1995, com Tori Spelling, Patrick Muldoon, Richard Belzer, Reginald Veljohnson. Drama)  
 19.00 Vamos Estragar o Dia do Pai  
 (de Fred Gerber, EUA/1998, com Judge Reinhold, Tony Rosato, Cody Jones. Comédia)  
 21.00 Directo XXI  
 22.00 Grito de Amizade  
 (de Lloyd Kramer, EUA/1998, com Sidney Poitier, Lukas Haas, Brittany Murphy, Debi Mazcar. Drama)  
 24.00 Teia Assassina  
 (de Gail Harvey, EUA/1997, com Adam Baldwin, Ben Grass, Shannon Tweed, Henry Czerny. «Thriller»)  
 02.00 PSI Factor



Down French, protagonista de «Crimes do Pior», humor-horror britânico absolutamente desconcertante



A RTP volta à evocação do general Marshall e do seu plano de recuperação do capitalismo no pós-guerra

## TELEVISÃO

## Por isto e por aquilo...

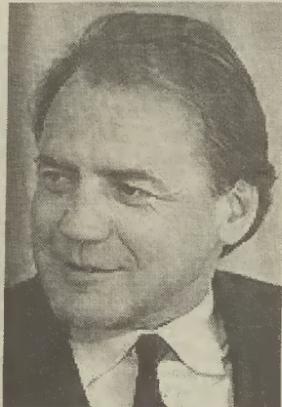


Vincent D'Onofrio e Tracey Ullman, em «Santos da Casa», um interessante filme de Nancy Savoca

### Para Sempre Mozart

(Quinta, 22.55, RTP2)

«Visão muito pessoal do conflito na Bósnia, "Para Sempre Mozart" é uma realização de mestre Godard que assim volta a abordar, no seu cinema, o tema da guerra de forma particularmente "sui generis". Como sempre pleno de citações e referências, "Para Sempre Mozart" é um filme desconcertante onde Godard reflecte sobre os meandros e as complexidades da representação da guerra, num filme sobre a Bósnia rodado nas margens do Lago Léman na Suíça, enquanto retoma com sincera melancolia interrogações habituais e recorrentes, como a eterna meditação sobre o estado do cinema e a função da arte.» Assim nos revela o Boletim de Programas da RTP o argumento deste filme do cineasta suíço Jean-Luc Godard, a descobrir agora no pequeno ecrã.



Jeanne Moreau e Bruno Ganz, intérpretes principais de «A Ausência», um filme do austríaco Peter Handke

a transformasse em algo mais do que um filme apenas escorrido e que cumpre a função de bem entreter. No entanto, as «novidades» não são mais do que duas ou três, uma negativa e as outras positivas: 1) os intérpretes principais (Mimi Rogers e Tom Berenger) não acrescentam nada de particularmente interessante ao que deles se esperava; 2) o estilo de Ridley Scott surge neste filme, com vantagem, relativamente despidido dos efeitos espectaculares e pleonásticos que, por vezes, o caracterizam; 3) a interpretação de Lorraine Bracco (no papel de mulher do polícia) é que acaba por ganhar maior peso.

### Fúria de Viver

(Segunda, 01.50, SIC)

No mesmo ano de *A Leste do Paraíso*, James Dean seria convidado por Nicholas Ray para desempenhar um dos principais papéis de *Fúria de Viver* - obra mítica para toda uma geração de espectadores, que fariam do actor um verdadeiro herói. Aqui, está em foco o desespero e a falta de perspectivas de uma certa camada da juventude norte-americana. Porventura surgindo hoje aos nossos olhos como um pouco datado, o filme ficou de qualquer maneira como um marco histórico e, para além de James Dean, contou na sua distribuição com actores e actrizes de grande talento, que então despontavam, como Natalie Wood, Sal Mineo ou Dennis Hopper.

### Conversa Acabada

(Terça, 15.40, RTP2)

É esta a primeira obra cinematográfica de um dos nossos melhores cineastas - João Botelho - aqui debruçando-se sobre o percurso de dois vultos essenciais da cultura e da modernidade portuguesas do século XX, Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro. Um filme encenado com hábil engenho técnico e beleza formal, a partir dos textos dos dois criadores literários. Entre os intérpretes, a presença de Fernando Cabral Martins, André Gomes, Jorge Silva Melo e, ainda, do escritor Luís Pacheco e do cineasta Manoel de Oliveira.

### Pulsões Explosivas

(Terça, 22.00, TVI)

Com umas pinceladas de «erotismo» à mistura com algum «suspense», mas sobretudo arremedando Hitchcock, *Pulsões Explosivas* é um filme realizado nos EUA por um europeu, Wolfgang Petersen, cineasta relativamente incharacterístico para a estética do cinema alemão, com algumas obras fortemente comerciais e bem conseguidas em termos narrativos e de sucesso de público e um pendur para o cinema industrial que, precisamente, lhe abriu as portas de Hollywood. Neste filme, as personagens, embora esforçadamente desempenhadas por intérpretes da qualidade de Tom Berenger, Bob Hoskins ou Greta



Uma cena violenta e dramática de «Fúria de Viver», um filme de culto de James Dean, realizado por Nicholas Ray

Scacchi, não têm «espessura» suficiente para aguentar uma história que (neste caso) nasceu à partida demasiado complicada. E o problema é que era na sua aparente simplicidade que Hitchcock se revelava um Mestre...

### Jovem Procura Companheira

(Quarta, 22.05, RTP1)

A jovem Allison que acaba de zangar-se com (e separar-se do) o seu namorado coloca um anúncio no

jornal em busca de uma companheira que a ajude a partilhar o custo da renda. E é então que surge Hedy a qual, de início, parece ser altamente prazenteira e cordata. Simplesmente, pouco a pouco, sobretudo depois da reconciliação de Allison com o namorado e da sugestão desta para que a companheira arranje outro local para viver, tudo se complica: Hedy parece enlouquecer e revela o terrível instinto sanguinário de que afinal estava possuída. Um thriller inquietante que se diz bem congeminado por Barbet Schroeder e interpretado a preceito por Bridget Fonda e Jennifer Jason Leigh.

## CABO & SATÉLITE

### Telejornais alternativos

Se, para além dos telejornais dos canais nacionais, o leitor estiver particularmente interessado na informação televisiva - e pretende, por exemplo, dispensar a onnipresença da CNN, BBC ou de outros canais anglo-saxónicos - poderá optar também, por exemplo, pela informação de origem francófona, embora, em termos de entendimento do mundo actual, ela não seja necessariamente muito diversa, no fundamental, da corrente dominante do chamado «pensamento único».



Por exemplo, a TV 5 reformulou recentemente o formato e as durações dos seus períodos de informação, havendo agora disponíveis: **Flashes Informativos TV 5** (2'30" de duração) às 7, 8, 11, 12, 16, 20 e 24 horas; **Jornal TV 5** (12') às 09, 13, 15, 17, 21 e 01 horas. E **Telejornais** nacionais em directo (ou ligeiramente diferidos) como o **Jornal France 3**, às 11.30; **Jornal RTBF** (Bélgica), às 19 horas (sextas, sábados e domingos); **Jornal TSR** (Suíça), às 19 horas (de segunda a quinta); **Jornal France 2**, às 19.30; **Jornal RTBF**, às 23 horas (de segunda a quinta); **Jornal TSR** (Suíça), às 23 horas (sexta, sábado e domingo); e **Jornal France 3**, às 23.30. (TV 5, diariamente ou às horas e nos dias indicados).



especialidade de dança-pares (programa livre). A não perder. (Eurosport, sexta-feira, das 17.30 às 21.30)

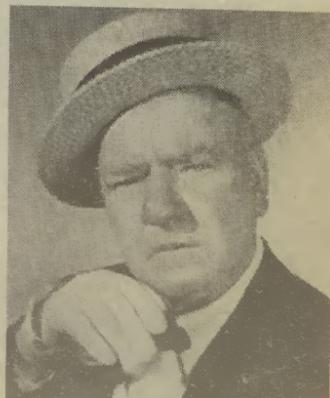
### Um cómico quase desconhecido

Depois da patinagem artística, se o leitor quiser conhecer um cómico de referência (mas muito pouco divulgado entre nós, como é o norte-americano W. C. Fields), poderá sintonizar o canal franco-alemão **Arte** assistir à projecção de uma série de curtas metragens por ele protagonizadas. Entre outras, veremos peças célebres da cinematografia de **Fields**, como por exemplo «*The Dentist*», realizada por **Leslie Pearce** (1932), *The Fatal Glass of Bier*, de **Clyde Bruckman** (1933), *The Golf Specialist*, de **Monte Brice** (1930), e *Pool Sharks*, de **Edwin Middleton** (1915). É de morrer a rir! (Arte, sexta-feira, das 22.50 às 00.05)

### Proseguie o Campeonato de Europa



Os amadores da patinagem sobre o gelo poderão continuar a seguir pelo **Eurosport**, com uma duração que ultrapassa em muito as curtas transmissões de outros canais, os actuais **Campeonatos de Europa** da especialidade que este ano se realizam em Praga. Por exemplo, na Sexta-feira, durante cerca de 4 horas em directo, serão transmitidas as provas dos concorrentes à



### Santos da Casa

(Sexta, 01.05, RTP1)

Se, em *Verdadeiro Amor* (1989), sua primeira obra cinematográfica de fôlego, Nancy Savoca nos dava já a conhecer o ambiente tão especial da comunidade italo-americana do bairro de Bronx, aqui, em *Santos da Casa*, a cineasta volta de novo a debruçar-se sobre essa paisagem humana, concretamente, três gerações de mulheres de ascendência italiana e operária, vivendo em Nova Iorque: uma velha emigrante, a sua nora, conquistada pelo seu filho, e a sua própria filha, uma fervorosa beata. Uma comédia que se diz ser bem interessante e sensível, produzida por Jonathan Demme.

### A Ausência

(Sábado, 01.05, RTP2)

O realizador austríaco Peter Handke propõe-nos, neste filme extremamente belo do ponto de vista visual, uma jornada na companhia de diversas personagens (um escritor, um soldado, um jogador e uma jovem) que têm, em comum, a procura dos sonhos e da sua própria essência pessoal. No conjunto dos intérpretes, o destaque vai para os papéis de Jeanne Moreau e Bruno Ganz.

### Conquista da Justiça

(Domingo, 14.50, TVI)

Em meados dos anos 50, numa pequena cidade do Mississippi (EUA), a população negra está prestes a conquistar os seus direitos cívicos. Uma jornalista toma a defesa destas pretensões no jornal local mas é apanhada pela fúria racista da população mais conservadora da cidade quando denuncia o incumprimento da decisão do Supremo Tribunal de conceder aos cidadãos negros o direito de os jovens frequentarem as escolas públicas. Um drama intenso, protagonizado por Jayne Seymour, num filme politicamente empenhado e apresentado pelas referências como uma obra de qualidade. A confirmar.

### Na Vigília da Noite

(Domingo, 23.40, SIC)

A história conta-se em poucas palavras: uma bela mulher da sociedade nova-iorquina é testemunha de um crime, sendo designado um polícia para a proteger. Tudo o que interessaria num filme como este era averiguar se o realizador seria capaz de introduzir, na encenação desta história mais do que banal, qualquer coisa de diferente e original - o «golpe de génio» que

# Jogar à câmara cega...

Há muito que vozes amigas me aconselhavam a frequentar uma simpática rubrica - «Portugalmente» - que, pouco a pouco, se foi impondo na programação do segundo canal da RTP como um oásis de inteligente convívio humano e inovadoras propostas estéticas, à revelia do primarismo hoje imperante na paisagem audiovisual portuguesa.

E o certo é que, independentemente de amiúde por ali ter passado, assim confirmando de forma fragmentada as qualidades que me anunciavam, não pode dizer-se, com propriedade, que alguma vez tenha visto o programa «com olhos de ver».

Uma persistente falta de assunto levou-me, entretanto, a aproveitar dois dos últimos programas, para finalmente me deter com mais delongas nas emissões do tão falado «Portugalmente». E, se não me arrependo propriamente de o ter feito, já que comprovei mais uma vez ser impossível ficar-lhe indiferente, a verdade é que bem podia ter escolhido melhor ocasião. Passo a explicar.

O maior problema que se apresenta a um autor de docu-

mentários audiovisuais é a escolha apropriada dos dispositivos mais aconselháveis para investigar tal ou tal «objecto» digno de documentação e, sobretudo, da forma como ele é dado a ver ao espectador. A expressão «ver com olhos de ver», por mim atrás convocada, até nem deixa de vir a propósito destas reflexões, já que, ao ver estas duas emissões de «Portugalmente», me confrontei com alguns flagrantes equívocos quanto à sensibílíssima relação sempre existente na situação de olhar com a câmara ou de olhar para a câmara.

Por exemplo, na sexta-feira passada, a convidada do programa era nada menos do que **Simonetta Luz Afonso**. Com o Pavilhão de Portugal na Expo em fundo - ou servindo mesmo de acolhimento mais repousado no seu interior - tudo indicava tratar-se de um dos muitos, possíveis, locais mais indicados para entrevistar a convidada, de tal forma ela estivera recentemente ligada, em concreto, aos projectos relacionados com esse meio envolvente.

Bem depressa se percebeu que não só as perguntas do entrevistador tinham porventura sido eliminadas, para apenas serem ouvidas as respostas (uma forma de montagem mais do que habitual), mas também que a «originalidade» do programa estava, afinal, em contrariar o mais óbvio formato da entrevista para passar ao registo do depoimento, filmado com maior ou menor invenção formal. E foi, precisamente, no dispositivo encontrado para servir essa «invenção» que as coisas patinaram, por vezes dramaticamente.

Imposta a **Simonetta Luz Afonso** (e, pelos vistos, pacificamente aceite por esta!) a claríssima proibição de olhar para a câmara, assistimos a uma sucessão de planos, assumindo várias escalas e movimentos, em que era patente um esforço patético e sobre-humano para desviar o olhar em direcção ao «vago», ao mesmo tempo que se diziam coisas que não só não pertenciam

ao registo da «reflexão interior» produzida em voz alta (mais aceitável face ao dispositivo formal em presença, porque quase-ficcional), como tão-pouco eram próprias do mais corriqueiro e habitual depoimento prestado a **alguém** (o entrevistador e, por seu intermédio, o espectador), através da invisível presença de uma interposta «coisa», afinal uma «câmara de filmar», que, em matéria de comunicação, é algo há muito interiorizado pela própria prática quotidiana desse receptor.

Resultado: se, teoricamente, ninguém melhor do que **Simonetta Luz Afonso** seria susceptível de ajudar a prender as atenções ao televisor, a realidade é que, na prática e contraditoriamente, **nada se ouviu** do que foi dito e, portanto, **nada se ganhou** com o dispositivo formal encontrado.

De uma forma radicalmente diferente mas com resultados igualmente negativos, também a reportagem sobre o **Arquivo Nacional de Imagens em Movimento (ANIM)** transmitida na passada terça-feira não deixou de frustrar as atenções do espectador mais fiel e atento destas emissões do «Portugalmente».

Mais uma vez, o problema de fundo se resumiu à deficiente relação sistematicamente estabelecida entre a câmara e o exclusivo anfitrião da nossa visita às instalações desse importante serviço público, **José Manuel Costa**.

Perseguido de forma sistemática pela câmara que diligentemente caminhava no seu encalço atrás das suas costas (!), raras vezes aquele teve a oportunidade de olhar a câmara de frente, acabando por ter de se desdobrar (em situações fisicamente incómodas) por infinitas explicações sobre as finalidades e as virtudes do arquivo, as quais, pela dose excessiva e pela ausência de planos de corte que, por exemplo, nos «mostrassem» em pormenor as delicadas operações técnicas de restauro laboriosamente descritas, se arriscaram a cansar e a frustrar o espectador.

Mais: chegou-se ao assumido absurdo de nos ter sido impedido, de forma deliberada, o visionamento de excertos de algumas preciosidades fílmicas guardadas no ANIM e exaltadas por **José Manuel Costa**, pela simples razão de que - através de um estudado posicionamento da câmara, que não em função de um qualquer incompetente desleixo - jamais a nuca do nosso anfitrião deixou de sistematicamente tapar a pequena janela da sala do projeccionista!

Enfim, faço aos talentosos autores do programa a justiça de perceber que se trata de **fazer assim** porque não se quer **fazer de outra forma**, porventura mais «conservadora». Estaríamos, então, perante afloramentos de alguns tiques de «modernismo», aos quais não é alheia a vontade da centelha de um qualquer registo de «provocação», tão artística, tão em voga...

O problema é que, para se ser assim «provocador» em matéria de audiovisual, não chega ter jeitinho - é fundamental, pelo menos, tentar perceber (e, ao mesmo tempo, aprender com) os porquês do «génio» de... um **Jean-Luc Godard**, por exemplo!

# Recusa do árbitro

Continuam as escaramuças nos céus do Iraque. E as cadeias de televisão, que nos brindaram com os últimos bombardeamentos no Golfo, em directo, à semelhança do que haviam feito noutros momentos do passado recente, renovam imagens de um conflito cujo termo se não vislumbra. Imagens que tecem a perfeição dos ataques cirúrgicos, o espaço da noite iluminando-se com reverberações e movimentos de asa, aves de fogo, ícones de um poder sobre todos redentor, imagens às vezes, menos vezes?, tintas de sangue, do sangue dos inocentes, imagens podres, cheias de escombros e cinza. Vieram os

comentadores e repetiram até à náusea os mesmos argumentos. É claro que o tirano de Bagdad não cum-

pre, cabe-lhe na fita o papel do que nunca cumpre seja o que for, coloca-se a jeito, anda a pedi-las, é claro que William Jefferson Clinton, com a maioria republicana a morder-lhe as canelas por causa da pudica Lewinsky, tinha que fazer alguma coisa, aproveitou a maré e pôs o coração dos americanos a bater em unísono contra o inimigo, é claro que urge destruir o arsenal nuclear de Saddam Hussein, firmeza e vigilância, eis a legenda, os aliados só podem ser isso que são, aliados, e Portugal?, evidentemente que sim, para o que der e vier, a Europa vai-se ao beir de Túnis, é claro que. Impressiona sempre ouvi-los, na CNN, na BBC ou na SIC, em qualquer redon-

Guterres ou José Maria Aznar? Como vai o direito internacional público, tão embrionário e indispensável, sobreviver a práticas do tipo da agora perpetrada uma vez mais pelo bófia do mundo? Como se vê, matéria que não interessa em demasia aos especialistas a quem, salvo excepções, tem cabido a palavra na comunicação social do nosso país e do estrangeiro.

Valem a pena, entretanto, umas quantas observações em torno das posições do Governo PS durante os confrontos. Irá um salto de pulga, no plano das alocações proferidas, entre António Guterres, Jaime Gama e Veiga

Simão, coincidentes num apoio de facto à iniciativa do Pentágono. As sutilezas de tom, quando ocorreram,

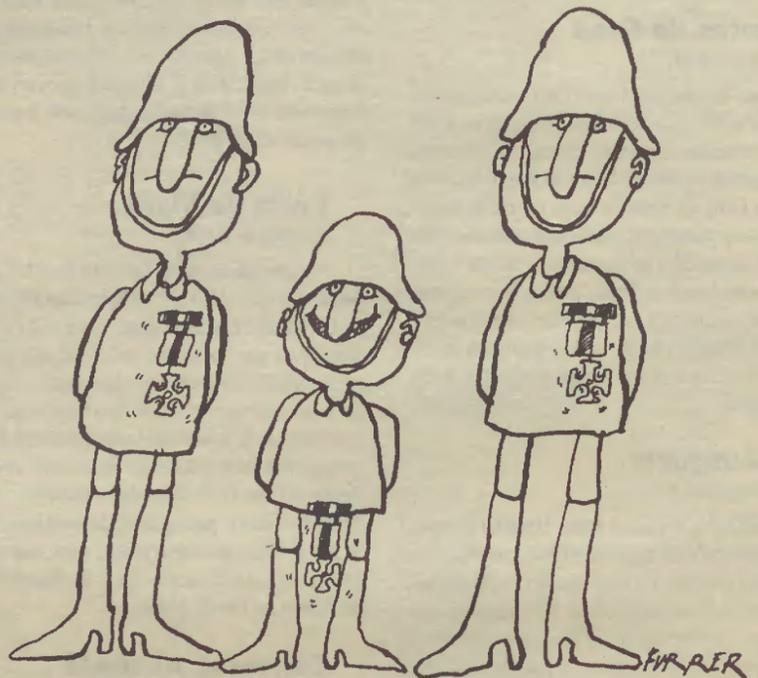
jamais assumiram a clarividência de uma demarcação, sensível que fosse. Ao ministro da Defesa foi naturalmente confiado o entusiasmo, envolto naquela linguagem de ranços a que recorre desde os idos em que estagiou nos executivos da ditadura. As Lajes? Por que não? *Ad usum domini*, até será uma honra! E nem sequer se interrogou sobre o silêncio intolerável do Conselho de Segurança das Nações Unidas... A enunciação menos estapafúrdia do titular das Necessidades e o pronunciamento do seu líder não manifestaram a intenção de exigir, os sítios idóneos, a irrepetibilidade de condutas que tendem a implodir tudo o que a custo se erigiu no âmbito das

## TVISTO

Francisco Costa

## ANACRÓNICAS

Manuel de Melo



del onde o debate se produz ou simula, via ecrã, nas barbas de todos. Tanta tagarelice, e amiúde tão pífia, para aplaudir ou abençoar uma agressão unilateral, desprovida de seriedade nos fundamentos e perorações!

E, entretanto, há questões nucleares que poucos formularam e a que ainda ninguém oficialmente respondeu. Com que legitimidade agiram os Estados Unidos e o amigo inglês? Quem lhes deu carta de alforria para pulverizar a regra do primado da diplomacia, deixando a decisão de um acto bélico à mercê do simples caprichismo, da conveniência, do cálculo de oportunidade política ou pessoal? O sr. Kofi Annan, que quase nem tugiou diante do eclodir das hostilidades, caucionou a operação? Caso contrário, que diligências empreendeu para impedi-la ou, no mínimo, exauri-la, à luz das normas em vigor na Organização de que é Secretário-Geral? E a Europa, a plataforma do Euro e da Internacional Rosa, de uma proclamada e volátil autonomia em relação à Casa Branca, que disse? Como juntar a voz de Lionel Jospin à de Tony Blair, António

relações entre povos soberanos. Uma tal postura pode adequar-se aos ademanos do pensamento único mas afasta-se, sem sombra de dúvida, das orientações que nesta matéria se acham inscritas na Constituição da República.

Saddam Hussein, sublinhe-se a finalizar, justifica a condenação generalizada que sobre ele se abateu, todas as cautelas e punições até. Mas num quadro de recusa do árbitro, da selvajaria em nome da força sem controlo, da imoralidade, da rasura do Direito. Insiste na subjugação do Kuwait? Mente, ludibria, alimenta um espírito militarista cego, estrutura a ocultas o retorno ao expansionismo? A resposta terá que buscar-se, contra os mísseis que dizimam Bagdad e provocam milhares de mortos sem culpa, na performatividade das normas que regem a ONU, não obstante as suas tibiezas, e numa diplomacia que vá além da rotina, do embuste, da auto-suficiência incapaz. Ou da gente como o sr. Richard Butler, que se mantém no cargo apesar da confirmação do papel sinistro que vem desempenhando sob a égide de piás declarações...



## ESCAPARATE

## LisboaArte Contemporânea 1999

A Câmara Municipal de Lisboa e a Associação Portuguesa de Galerias organizam mais uma vez este ano uma nova edição da iniciativa intitulada «LisboaArte Contemporânea» que conhecerá o seu primeiro ciclo através da inauguração simultânea de várias exposições nalgumas das principais galerias de Lisboa. Estas exposições e galerias são as seguintes: Pintura e Desenho de Miguel Telles da Gama na 111; Pintura de José Brito na Ara; Pintura de Carlos No na Arte Periférica; Pinturas, Objectos e Esculturas de Manolo Calvo na Diferença; Pintura, Performance e Vídeo de Joey Kotting na João Graça; Colóquios e Art Talks na Luís Serpa; Projecção de Vídeos de Gabriela Albergaria na Monumental; Pintura de Helena Lousinha na Novo Século; Pintura de Pedro Chorão na Palmira Suso; Pintura de Nuno Medeiros na São Bento; e, finalmente, pintura de Manuel Abreu na S. Francisco.

## Duas exposições no Centro de Arte Moderna

É inaugurada amanhã, sexta-feira, no Piso 1 do Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian, uma exposição subordinada ao título genérico «Linhas de Sombra», escolhido pelos comissários João Miguel Fernandes Jorge e Helena de Freitas a partir de uma alusão ao romance *A Linha de Sombra* de Joseph Conrad. Pode ler-se no texto de apresentação da exposição: «*Aí estão; aqui se encontram tecendo entre si linhas de sombra. Afastando-se e aproximando-se não só a partir do lugar que temporalmente lhes atribuímos, como a partir dos lugares de aproximação e de distância que aquele que as "visita" lhes vai encontrando quer por associação quer por contiguidades quer por imediata recusa.*» Trata-se de um conjunto de peças habitualmente não expostas e que foram escolhidas entre as reservas do Centro de Arte Moderna, do Museu Gulbenkian, do Museu Nacional de Arte Antiga e do Museu de Etnologia.

Alguns dias mais tarde, em 3 de Fevereiro e prolongando-se até 18 de Abril, será inaugurada no mesmo Centro de Arte Moderna - mas, desta vez, na Sala de Exposições Temporárias - uma exposição de um conjunto de desenho do pintor Pires Vieira, feitos a carvão e sépia, em 97 e 98. «*A série de desenhos desenvolve-se à maneira de uma variação, como se um tema-forte fosse sempre reconhecível nalgumas das suas diversidades.*»



Exposição em Montemor-o-Novo e na Malaposta

Entretanto, é já no próximo sábado às 18.30 que terá lugar a inauguração na Galeria Municipal de Montemor-o-Novo (Convento João de Deus) da exposição de pintura do pintor Mário Tropa que continuará patente ao público até 22 do mesmo mês. Horário: segunda a sexta, das 10 às 12 e das 14 às 18 horas; sábados, das 14 às 18 horas.

Também no Centro Cultural Malaposta (Oliveira Basto) se realiza até final de Fevereiro a exposição «Educação, Arte e Cultura», uma iniciativa que conta com o apoio do Serviço de Educação da Fundação Calouste Gulbenkian e que, acolhendo visitas guiadas dos alunos das escolas dos quatro concelhos abrangidos pela AMASCULTURA, reflecte o trabalho dos precursores da Educação Pela Arte ao longo das últimas quatro décadas.



## O Ballet Nacional de Espanha em Lisboa

É já nos próximos dias 30 e 31 de Janeiro e, ainda, nos dias 1 e 2 de Fevereiro que actuará entre nós o célebre Ballet Nacional de Espanha, companhia dirigida por Aida Gómez. Trata-se de uma digressão por vários países da Europa comemorativa do seu 20.º aniversário e, nestes espectáculos realizados entre nós no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, esta companhia apresentará o seguinte programa: «Rango» com coreografia de Rafael Aguilar (reposta por Manuela Aguilar); «Silencio Rasgado», com coreografia de Aida Gómez; «Luz de Alma», com coreografia de Javier Latorre; e «Grito», com coreo-

grafia de Antonio Canales. Segundo o programa destes espectáculos, preenchidos com algumas das suas últimas produções, nas quais estão presentes estilos tão diversos da dança espanhola passando pela dança clássica e pelo flamenco, «*ao longo destes 20 anos o Ballet Nacional de Espanha actuou nos mais importantes Festivais e Teatros do mundo como o Festival de Spoleto, a Bienal de Lyon, o Festival Ibero-Americano de Bogotá, a Metropolitan Opera House de Nova Iorque, o London Coliseum, entre outros.*»

O mesmo programa será ainda apresentado nos próximos dias 4 e 5 no Coliseu do Porto.

## INFANTIL

## Um espectáculo muito especial no ACARTE

Especialmente dedicado às crianças, é ainda possível assistir às duas últimas representações de um espectáculo

Guilherme, ao espreitar para o CD, cai lá dentro. Gira primeiro ao ritmo normal, depois vertiginosamente, como a casa de Dorothy em «O Feiticeiro de Oz». O rapaz passa para o lado de lá, como a «Alice no País das Maravilhas». Cai num laboratório fantástico onde se compõe a música escolhida: uma partitura barroca, último andamento da Sonata n.º 2 em Dó Maior de G. P. Telemann (em canon).» Trata-se, portanto, de uma fantasia que ajuda a explicar às crianças o acto da criação musical, como acto de comunicação universal, o seu impacto emocional, a experimentação acústica, os efeitos sonoros e os fenómenos físicos que estão na sua origem.

## ESPECTÁCULOS

## Espectáculos diversos em Évora

Os próximos dias serão bastante preenchidos em Évora em vários campos da actividade artística e cultural. Assim, por exemplo, depois de um «Workshop» de Dança Contemporânea organizado pela Companhia de Dança Contemporânea de Évora, com o apoio da Câmara Municipal desta cidade e do Ministério da Cultura, realizar-se-á no dia 29, pelas 22 horas, na Casa dos Bonecos - Teatro de Marionetas, um espectáculo musical pelo grupo Kromelek. No dia seguinte, sábado 30, agora na Igreja da Graça (e com a colaboração especial do Coro Luísa Todi, de Setúbal), realizar-se-á às 17 horas um Concerto Comemorativo do 20.º Aniversário do Coral Évora. Também no sábado 30, mas no Teatro Garcia de Resende, será a vez de actuar a Orquestra «Sons da Lusofonia», dirigida por Carlos Martins, num espectáculo organizado pelo Centro Regional das Artes do Espectáculo do Alentejo. Finalmente, será inaugurada no dia 30 pelas 17.30, e continuará patente ao público até 4 de Março, uma Exposição de Pintura de Manuel Caeiro e Rui Macedo, na Galeria Évora-Arte (R. Manuel do Olival).

## MÚSICA

## Uma obra-prima de Joseph Haydn

É já hoje à noite e amanhã ao fim da tarde que se re realizam no Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian dois concertos de interesse excepcional. Respectivamente às 21.30 e às 19 horas, os espectadores poderão assistir a duas realizações de «A Criação», de Joseph Haydn. Para além das obras sinfónicas e da música de câmara que compôs, em particular os seus célebres quartetos, Haydn destacou-se também na música para canto e orquestra, tendo composto mais de vinte óperas, as mais importantes das quais são *L'Infedeltà Delusa*, *Il Mondo della Luna*, *L'Isola Disabitata* ou *La Fedeltà Premiata*. Mas a sua obra «A Criação» é, a par de «As Estações», uma verdadeira obra-prima no domínio da oratória. E terá como intérpretes, nestes concertos, Anna Korondi (soprano), Cyndia Sieden (soprano), Ian Bostridge (tenor), David Wilson-Johnson (baixo) e Detlef Roth (baixo). O maestro será o célebre Frans Brüggen que dirigirá o Coro e a Orquestra Gulbenkian.



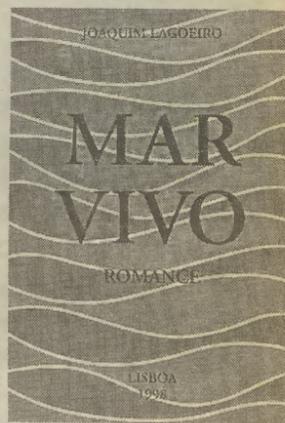
## REVISTAS

Urbano  
Tavares  
Rodrigues

## Os Campos da Promessa

## Os Campos da Promessa

Mais um livro - um novo livro de Urbano Tavares Rodrigues. E novo também na eleição de um tema e de um tempo invulgar na prosa literária do autor. Vai ele ao passado ressuscitar uma personagem tão familiar aos portugueses mas tão longe do que dele se costuma contar. Eis o Gama, sim, o Vasco da Gama, o descobridor das Índias ou, pelo menos, do seu caminho marítimo, o que chegou finalmente a bom termo perseguindo a rota que Bartolomeu Dias desbravou até lhe faltarem as forças. Não é porém a espuma das ondas nem os faustos da pimenta que servem de cenário a esta história, nem as peripécias de uma aventura. São, sim, os sonhos do Gama, em terras do Alentejo, as suas, entre Sines e Évora, a projectar um mundo novo, à espera dele. *Os Campos da Promessa*, livro lançado recentemente pela *Ataegina*, teve a edição patrocinada pelo Ministério da Cultura e pela Câmara Municipal de Évora.



## Mar Vivo

Joaquim Lagoeiro publica mais um livro, um romance que segue no tempo, capítulo a capítulo, história a história, a saga de personagens que uma terra une e modela. Terra Marinha, onde se desenrola o tempo e a história, acaba por ser, erguida da memória do autor, a personagem central do romance, tão viva aparece a receber e a dar vida às gentes. Memória de «um tempo podre»? Certamente. Mas um tempo em cuja seiva corria já a esperança de um tempo novo. Que os homens e as mulheres construíram, como hoje, em outros tempos, o fazem. Um belo romance, este *Mar Vivo*, na prosa segura e impressiva a que Joaquim Lagoeiro nos habituou.



estreado na semana passada no ACARTE e intitulado «Colher de Pauta» e que se realiza no sábado 30 pelas 16.30 e no domingo 31 pelas 11.30 horas. Com direcção artística de Madalena Walenstein, guião de Margarida Fonseca Santos, cenografia e figurinos de Miguel Cuña, desenho de som de João Lucas, desenho de luzes de Jorge Ribeiro, serão intérpretes deste espectáculo os actores Conceição Martinho, Guilherme Duarte, Hugo Samora, Marina Albuquerque e Paulo Pinto e os músicos Joana Bagulho, Pedro Castro e Sofia Diniz. É o seguinte o argumento deste espectáculo: «*Atraído pelo brilho e pelos reflexos de cor,*

## ATALHE DE FOICE

### Enganos

Quando a esmola é grande o pobre desconfia, diz o saber de experiência feita, por de mais escaldado com as aparências, que nem tudo o que luz é ouro. Veja-se, por exemplo, os casos recentes das benesses anunciadas com pompa e circunstância. Ele era a redução das tarifas telefónicas, que afinal são aumentos de oito por cento na fatia mais gorda das comunicações, aquelas que todos fazemos por imperiosa necessidade, que falar ainda é uma inerência da humana condição, diariamente refazendo laços que a vida persiste em desfazer. Ele era o aumento mais chorudo da legislatura para a Função Pública, traduzido na hora da verdade nuns magros três por cento, sem que a escandalosa situação dos trabalhadores que continuam a receber abaixo do salário mínimo nacional fosse resolvida de uma vez por todas. Ele era o bónus de dois dias suplementares de férias para a assiduidade, afinal um mero expediente para abrir portas à efectiva redução do tempo de férias, agora só garantidas em dez dias úteis. Ele era a preocupação com a discriminação das mulheres na vida política a mobilizar o Governo para a batalha dos 25 por cento, não em casa própria mas na alheia, como convém, que isto de meter o bedelho na organização dos partidos e de abordar pela rama problemas que são de fundo é tentação nacional que vem de longe; de tal forma se embrulharam que esta história das quotas mais parece a implementação de uma loja dos trezentos da participação política no feminino.

Outros exemplos a legitimar desconfianças podiam ser aduzidos, mas não vale a pena. É que nos tempos que correm, se os 'pobres' têm motivos para desconfiar, outro tanto se pode dizer dos 'ricos', coisa que sem sectarismos nem mesquinices qualquer um deve reconhecer e, com a magnanimidade dos justos, lamentar.

Inspirados sem dúvida nos expedientes aplicados às bases, os bem pensantes do jogo político aventuraram-se agora a altos voos na esperança de se livrarem de incómodas companhias. Os tolos de baixo enganam-se com papas e bolos, os tolos de cima com promoções europeias.

O aplauso entusiástico do professor Marcelo à eventual candidatura de Guterres a um alto cargo na União Europeia dá, no mínimo, para desconfiar. Os rasgados elogios ao adversário escondem mal a esperança de o ver pelas costas, deixando vago o lugar cobiçado. Apresentando Guterres como que talhado a propósito para ocupar lá fora, com brilhantismo capaz de encher de orgulho qualquer compatriota, cargos que, cá dentro, são permanentemente alvo de crítica e oposição, Marcelo dá mostras de uma hipocrisia e cinismo de fazer corar os mais maquiavélicos. Nesta nova versão da política à portuguesa, em que os queridos inimigos deixam de lado a frontalidade de antanho - «vossa excelência, senhor doutor, é uma besta» - para se presentear mutuamente com prendas envenenadas, a vivência democrática assemelha-se cada vez mais a uma paródia.

Um dia destes, talvez valesse a pena mandá-los a todos para a Europa, que no meio de outros pares se calhar ninguém dava por eles. Nós, por cá, ficávamos bem melhor, lá diz o ditado, vale mais sozinho que mal acompanhado. Talvez então as mulheres, sem loja de trezentos da política, arranjassem maneira de arrumar a casa.

■ Anabela Fino

## Lei das quotas PCP vota contra proposta do Governo

O PCP pronuncia-se contra a proposta de lei do governo de imposição de uma quota obrigatória de 25% de mulheres nas listas para o Parlamento Europeu e Assembleia da República e assume o compromisso público de assegurar um significativo reforço da participação de mulheres nas suas listas.



Carlos Carvalhas ladeado por Fernanda Mateus e Rosa Rabiais

Em conferência de imprensa realizada terça-feira, na sede central do PCP, Carlos Carvalhas sublinhou que os comunistas estão claramente «à frente dos restantes partidos no esforço de contribuir para uma maior participação política das mulheres».

Referindo alguns dados concretos, o secretário-geral do PCP lembrou que, nas eleições de 95, as mulheres foram 22% dos candidatos comunistas e corresponderam a 26,7% dos eleitos pela CDU.

No Grupo Parlamentar do PCP, com 13 deputados, foram eleitas 2 mulheres (15%) e no grupo parlamentar do Partido Ecologista "Os Verdes" forma eleitas 2 mulheres (100%).

No PS as mulheres representam 12,5% dos seus deputados, no PSD, 8% e CDS-PP 20%.

Carvalhas lembrou ainda que, no conjunto dos órgãos autárquicos, no mandato de 93/97, as mulheres eram apenas 7,5% dos eleitos. Na CDU correspondiam a 14,5% dos seus eleitos, no PS

7,2%; no PSD 6,7% e no CDS-PP 5,7%.

Neste quadro, como se afirma na Declaração à comunicação social, a posição do PCP neste matéria define-se em torno de quatro ideias fundamentais e indissociáveis:

1.ª - O PCP pronuncia-se contra a proposta de lei do Governo e considera que este a deve retirar da Assembleia da República.

2.ª - Recordando que, nas últimas eleições legislativas, a percentagem de mulheres candidatas nas listas da CDU ascendeu a 22%, o PCP assume o compromisso público de, nas próximas eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República, assegurar um significativo reforço da participação de mulheres nas listas, o que corresponderá obviamente a uma percentagem superior à que a proposta de lei do Governo (25%) pretende impor para as eleições deste ano e de 2003.

3.ª - O PCP desafia as outras forças políticas a assumirem publicamente compromissos similares, assim se poupando ao desprestígio de só por imposição de uma lei serem capazes de fazer o que deveria estar ao seu alcance fazer por decisão própria, voluntária e soberana.

4.ª - O PCP apela a todos os

cidadãos e a todos os eleitores, designadamente aos que justamente consideram que é necessário aumentar a participação das mulheres na vida política, para que acompanhem a forma como os diversos partidos concretizam ou não os compromissos que assumirem, integrando também este elemento no processo de formação da sua opção de voto.

\*\*\*

Como se vê, a posição do PCP não se resume a um simples não à proposta de lei do Governo.

Sem esquecer os problemas e condicionantes de fundo, a posição do PCP comporta convictamente a ideia de que cabe aos partidos darem sinais e testemunhos de que querem promover avanços na participação feminina na vida política que, por sua vez, favoreçam uma dinâmica de mais largo fôlego.

Mas é sobretudo a proposta da passagem do terreno da imposição autoritária por lei para o terreno da responsabilização e empenho voluntário dos partidos. É também a proposta da passagem do terreno da imposição administrativa para o terreno - seguramente eficaz - da pressão dos movimentos de opinião e da sanção ou prémio em termos eleitorais.»

## CNA considera insuficientes medidas para a agricultura

São muito insuficientes e até mal concebidas as medidas do Governo para as calamidades de 1997/98. Esta a avaliação da Confederação Nacional da Agricultura, CNA, divulgada, terça-feira passada, em conferência de imprensa.

O documento da direcção nacional da CNA começa por referir as sensíveis quebras de produção registadas no conjunto da agricultura, da ordem dos 166 milhões de contos (comparativamente a 1996), e lembra o conjunto de medidas que propôs, de apoio à

agricultura, nomeadamente à agricultura familiar:

- A indemnização aos agricultores pelos prejuízos sofridos;
- Que essa indemnização fosse atribuída a todos os agricultores dos concelhos e culturas atingidos, diferenciando embora situações entre os que tinham e os que não tinham feito seguro/SIPAC;
- A revisão do sistema de segurança social para a agricultura familiar;
- O lançamento de linhas de desendividamento e de crédito

para relançamento à taxa 0 para a agricultura familiar.

Na avaliação que faz do conjunto de medidas tomadas pelo Governo, a CNA considera que se trata de «medidas completas e insuficientes», embora se verifiquem alguns aspectos positivos, «atendendo-se a propostas e reclamações desde há muito expostas pela CNA, nomeadamente as questões de crédito bonificado a 100%, um tratamento diferenciado para a agricultura familiar, a segurança social e o alargamento em termos de concelhos e culturas

(proposto pela CNA e parcialmente atendido)».

A Confederação Nacional da Agricultura considera entretanto que, no quadro das medidas implementadas pelo governo, muitas das opções dos pequenos produtores «acabaram por ser a candidatura através da linha dos 40 milhões, o que fará diluir o alcance da propagandeada bonificação a 100% para os mesmos».

Assim, e para além das outras propostas, que mantém, a CNA considera «indispensável e urgente que o governo:

- Aumente o *plafond* de crédito bonificado por exploração para níveis adequados - 5 ha de vinha/pomar/tomate para a indústria e 75 hectares de cereais de praga;

- Prorroge o tempo de isenção da contribuição para a segurança social por um período mínimo de 9 meses e um ano (campanha agrícola das culturas afectadas);

- Estude uma nova forma de contribuição da agricultura familiar para a segurança social (por exemplo, que os agricultores suportem os descontos na ordem dos 11% do salário mínimo nacional ou do rendimento base, como acontece com os trabalhadores por conta de outrem)».

## Odivelas

### Câmara de Loures defende diálogo

«Continuamos disponíveis, após esclarecimento das várias dúvidas jurídico-institucionais presentes, para encontrar um caminho tendente à resolução que melhor sirva os interesses de Odivelas e de Loures», afirma, em comunicado agora divulgado, o presidente da Câmara de Loures.

Um esclarecimento que se impôs perante a polémica instalada em torno do processo de criação do Município de Odivelas e a posição assumida pelo presidente da comissão instaladora, o socialista Manuel Vargas, que se declarou candidato à presidência do município em 2001.

No comunicado da presidência do Município de Loures, sublinha-se que qualquer solução terá necessariamente de ser «dialogada, contratualizada» e respeitar «as legitimidades presentes, muito particularmente a de aqueles que foram democraticamente eleitos, com o objectivo final de se garantir a governabilidade do processo e o bem-estar das populações».

O presidente da Câmara lembra ainda que nunca se registaram afirmações ou actos susceptíveis de serem interpretados como posições contra Odivelas ou contra a criação do município e, pelo contrário, «têm-se tomado todas as iniciativas no sentido de ser garantido às populações em causa a normal manutenção dos serviços indispensáveis».

Face à posição assumida pelo presidente da comissão instaladora, questiona-se se o verdadeiro objectivo não é transformar essa comissão, «dotada de meios excepcionais, e, porventura, ilegítimos, numa verdadeira comissão eleitoral do anunciado candidato».

O comunicado da Câmara de Loures põe em causa, em particular, «a deliberação unilateral que levou ao corte imediato de cerca de dois milhões de contos ao orçamento do município», por surgir como «desenquadrado do quadro legal ainda em vigor e desadequado das necessidades reais existentes».

